



**Câmara Municipal
de Oeiras**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2021

ATA NÚMERO OITO/DOIS MIL E VINTE E UM

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - APROVAÇÃO DE ATAS**
- 3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 5 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES**
- 6 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO**
- 7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR**
- 8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO**
- 9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOAQUIM RAPOSO**
- 10 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA HELOÍSA APOLÓNIA**
- 11 - INFORMAÇÕES – SR. PRESIDENTE**
- 12 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES**
- 14 - APRESENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
NO DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA**
- 15- PROPOSTA Nº. 1171/20 - GAP - AFIXAÇÃO DE MENSAGENS DE PROPAGANDA
POLÍTICA E ELEITORAL NO CONCELHO DE OEIRAS**
- 16 - PROPOSTA Nº. 175/21 - PM - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
PARA A ATIVIDADE DOS GUARDAS-NOTURNOS**
- 19 - PROPOSTA Nº. 178/21 - DD - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
ESTABELECIDO NO CONTRATO-PROGRAMA Nº. 324/2020, COM A SERUL, NO
ÂMBITO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 354/20 - REGULAMENTO DE APOIO
AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO DE OEIRAS**

- 20 - PROPOSTA Nº. 179/21 - DD - CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO - PROJETOS PONTUAIS 2020 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTATUAL**
- 21 - PROPOSTA Nº. 180/21 - DPU - LICENCIAMENTO DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO “UNIDADE DE EXECUÇÃO 2”, EM TERCENA - REQUERIMENTOS 11947, 7769/2020 E 22889/2019 APENSOS AO PROCº. Nº. 7/2004**
- 22 - PROPOSTA Nº. 181/21 - DOM - Pº. 2020/190-DGEP - “PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO À AV. DUQUE DE LOULÉ E DA RUA MANUEL SILVA GAIO, EM LINDA-A-VELHA” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO E. APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**
- 23 - PROPOSTA Nº. 182/21 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE “REMODELAÇÃO/EXECUÇÃO DE CAIXAS E INSTALAÇÃO DE TUBAGEM E ACESSÓRIOS EM VÁRIOS LOCAIS DE CONSUMO, NO CONCELHO DA AMADORA - ANOS 2021 A 2024”**
- 24 - PROPOSTA Nº. 183/21 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA EXECUÇÃO DE “EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO INTERIOR DE AMBAS AS CÉLULAS DO RESERVATÓRIO DO TORNEIRO, EM OEIRAS, E OUTROS TRABALHOS GENERALISTAS EM OUTRAS INSTALAÇÕES”**
- 25 - PROPOSTA Nº. 184/21 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO, PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE REPARAÇÃO DE ROTURAS NA REDE E RAMAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO CONCELHO DA AMADORA - ANOS DE 2021 A 2024**
- 26 - PROPOSTA Nº. 185/21 - SIMAS - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM**



PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À HIGIENE E LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES DOS SIMAS DE OEIRAS E AMADORA PARA OS ANOS DE 2018 A 2020 -- REPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO, EM FUNÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA / REVISÃO DO PREÇO CONTRATUAL

- 27 - PROPOSTA Nº. 186/21 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA A EMPREITADA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO “TEMPLO DA ÁGUA”, NO CONCELHO DE OEIRAS**
- 28 - PROPOSTA Nº. 187/21 - SIMAS - REESCALONAMENTO DO CABIMENTO E ADJUDICAÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS AO “FORNECIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E SUPORTE DE UMA NOVA SOLUÇÃO PARA AS INFRAESTRUTURAS DE SERVIDORES, “STORAGE, SAN E BACKUPS”, ATRAVÉS DE UMA MODALIDADE DE SERVIÇOS COM PAGAMENTO POR CONSUMO (PPU) - INFRAESTRUTURAS DE SERVIDORES E ARMAZENAMENTO”**
- 29 - PROPOSTA Nº. 188/21 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 6ª. ALTERAÇÃO PERMUTATIVA ORÇAMENTAL**
- 30 - PROPOSTA Nº. 189/21 - DP - CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO, DE FRAÇÃO LOCALIZADA NA RUA INSTITUTO CONDE AGROLONGO, Nº. 42-LOJA E, BAIRRO DO ALTO DA LOBA, EM PAÇO DE ARCOS**
- 31 - PROPOSTA Nº. 190/21 - DP - DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, SITA EM LINDA-A-VELHA**
- 32 - PROPOSTA Nº. 191/21 - DE - ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO PARA APOIO AO**

FUNCIONAMENTO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLA NÃO AGRUPADA - ANO DE 2021 - PRIMEIRA TRANCHE

- 33 - PROPOSTA Nº. 192/21 - GAF - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO - SISTEMA INFORMÁTICO DA JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO**
- 34 - PROPOSTA Nº. 193/21 - GAF - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA A LOJA SOLIDÁRIA**
- 35 - PROPOSTA Nº. 194/21 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO “NOVO RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA”, NO CONCELHO DE OEIRAS**
- 36 - PROPOSTA Nº. 195/21 - DPU - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 9/99, EM QUEIJAS - REQ. 18005/2020 APENSO AO PROCº. 8561/1996**
- 37 - PROPOSTA Nº. 196/21 - DAQV - ISENÇÃO DE TAXAS A FAVOR DE TITULAR DAS BANCAS 21 E 22 DO MERCADO DE LINDA-A-VELHA**
- 38 - PROPOSTA Nº. 197/21 - GAF - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO, DESTINADA A REPARAÇÃO DE PALCO**
- 39 - PROPOSTA Nº. 198/21 - DCS - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OEIRAS - PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS - 2ª. FASE - APOIO PARA A COORDENAÇÃO DO CONSÓRCIO DE OEIRAS - ANO DE 2021**
- 40 - PROPOSTA Nº. 199/21 - DDS - ACEITAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE EQUIPAMENTO DOADO AO MUNICÍPIO**
- 41 - PROPOSTA Nº. 200/21 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBAS A ENTIDADES PARCEIRAS**
- 42 - PROPOSTA Nº. 201/21 - DCS - COVID-19 - PLANO MUNICIPAL DE APOIO À**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL - DISPONIBILIZAÇÃO
DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS**

- 43 - PROPOSTA Nº. 202/21 - DGSH - ANULAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº.
130/2021, DE 26 DE FEVEREIRO RELATIVA À ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA
AZEREDO PERDIGÃO, Nº. 1, 1º. ESQº., BAIRRO DO POMBAL**
- 44 - PROPOSTA Nº. 203/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (ITQB NOVA - INSTITUTO DE TECNOLOGIA
QUÍMICA E BIOLÓGICA ANTÓNIO XAVIER) - PROJETO TESTAR COM CIÊNCIA E
SOLIDARIEDADE - COVID-19**
- 45 - PROPOSTA Nº. 204/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À
POMBAL XXI - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DOS BAIRROS DO POMBAL E
BENTO JESUS CARAÇA, PARA APOIO À MANUTENÇÃO DAS SUAS ATIVIDADES EM
2021**
- 46 - PROPOSTA Nº. 205/21 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA FRANCISCO
MANUEL DE MELO, Nº. 17, 1º. DTO., NO BAIRRO BENTO JESUS CARAÇA**
- 47 - PROPOSTA Nº. 206/21 - GCAJ - PROJETO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE
ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A DOCENTES, PARA EFEITOS DE CONSULTA
PÚBLICA**
- 48 - PROPOSTA Nº. 207/21 - DOT - PLANO DE PORMENOR OCIDENTAL DE PORTO
SALVO - FASE II - ALTERAÇÃO DO LIMITE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO**
- 49 - PROPOSTA Nº. 208/21 - DP - CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE
ESPAÇO PÚBLICO, PARA A EXPLORAÇÃO DE 16 PONTOS DE CARREGAMENTO DE
BATERIAS DE VEÍCULOS ELÉTRICOS NORMAIS, EM LOCAIS PÚBLICOS DE
ACESSO PÚBLICO, NO CONCELHO DE OEIRAS**
- 50 - PROPOSTA Nº. 209/21 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 7ª. ALTERAÇÃO**

PERMUTATIVA ORÇAMENTAL

- 51 - PROPOSTA Nº. 210/21 - DOM - Pº. 2021/44-DGEP - “EXECUÇÃO DA PRAÇA DE TALAÍDE, EM PORTO SALVO” - DECISÃO DE CONTRATAR, ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**
- 52 - PROPOSTA Nº. 211/21 - DRU - Pº. 09/DRU/21 - “INFRAESTRUTURAS - FASE 3, LECEIA” - APROVAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA**
- 53 - PROPOSTA Nº. 212/21 - GAEP - RETIFICAÇÃO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 26/2021 - “OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.” - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL REFERENTE AO 3º. TRIMESTRE DE 2020 E 4º. TRIMESTRE DE 2019**
- 54 - PROPOSTA Nº. 213/21 - DCS - FUNDAÇÃO AGA KHAN PORTUGAL - ADENDA AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO Nº. 98/2019, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2021**
- 55 - PROPOSTA Nº. 214/21 - DOM - RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA, DEDUZIDA PELA “FUTURE PROMAN, S.A.”, DO ATO DE ADJUDICAÇÃO NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIREÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA OBRA DO FÓRUM MUNICIPAL - INDEFERIMENTO**
- 56 - PROPOSTA Nº. 215/21 - DOM - Pº. 2021/17-DEM - “BENEFICIAÇÕES DIVERSAS - PALÁCIO ANJOS, ALGÉS” - DECISÃO DE CONTRATAR, ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**
- 57 - PROPOSTA Nº. 216/21 - DOM - “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO**



Câmara Municipal
de Oeiras

- PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE ALARME DO MUNICÍPIO DE OEIRAS” - DECISÃO DE CONTRATAR, DISPENSA DA APLICAÇÃO DO N.º 1, DO ART. 73.º, DA LOE2021 - ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**
- 58 - PROPOSTA N.º. 217/21 - DOM - P.º. 2018/80-DEM - “PALÁCIO DO MARQUÊS DE POMBAL (OEIRAS) - RECUPERAÇÃO DE FACHADAS, CANTARIAS E ORNAMENTOS” - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES N.ºS 2 E 3**
- 59 - PROPOSTA N.º. 218/21 - GCAJ - EMPREITADA “CONSTRUÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL, EM OEIRAS” - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**
- 60 - PROPOSTA N.º. 219/21 - GCAJ - REVOGAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º. 666/2020, DE 5 DE AGOSTO E APROVAÇÃO DOS TERMOS DO NOVO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E OS MUNICÍPIOS DE LISBOA E DE LOURES, A COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M., S.A., E O METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E. - “LIOS - LINHA INTERMODAL SUSTENTÁVEL”**
- 61 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2021 -----

----- ATA NÚMERO OITO/DOIS MIL E VINTE E UM -----

----- Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, nesta Vila de Oeiras, reuniu em videoconferência, através da Plataforma Ciscowebex, a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores Carlos Alberto Ferreira Morgado, Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Joaquim Moreira Raposo, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia, Professora Doutora Marlene Braz Rodrigues e Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto. -----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às quinze horas e cinquenta e sete minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia. -----

2 - APROVAÇÃO DE ATAS: -----

----- O **Senhor Presidente** submeteu à votação a ata número seis, de dois mil e vinte e um, de vinte e seis de fevereiro, previamente distribuída pelo que foi dispensada a sua leitura, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia. -----

3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----

-----Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de vinte e dois de março de dois mil e vinte e um a vinte e seis de março de dois mil e vinte e um, tendo o **Senhor Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e um, constatando-se um saldo orçamental positivo de noventa e cinco milhões duzentos e noventa e cinco mil quinhentos e treze euros. ----

4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios:-----

-----Número trinta e seis, remetendo cópia da deliberação sobre proposta de recomendação - “Colocação de recipientes com álcool/gel em todos os autocarros do “Combus”, apresentada pelo Grupo Político Municipal do PSD, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com vinte e sete votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, um do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Bloco de Esquerda e um do Partido-Pessoas-Animais-Natureza, recomendar à Câmara Municipal de Oeiras a colocação de recipientes com álcool/gel em todos os autocarros do “Combus”.-----

-----Número trinta e oito, remetendo cópia da deliberação sobre Moção - “Oeiras evoca o Dia Internacional da Mulher”, apresentada pelo Grupo Político Municipal do PS, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, saudar as mulheres e os homens que diariamente constroem a igualdade e



Câmara Municipal
de Oeiras

prestar homenagem a todas as Mulheres, comprometendo-se a aprofundar as medidas de política municipal que contribuam marcadamente para o avanço da igualdade de género em Portugal, tornando o Município de Oeiras um exemplo e uma referência nas políticas de igualdade. -----

----- Número trinta e nove, remetendo cópia da deliberação sobre Voto de Louvor a todas as Mulheres - Dia Internacional da Mulher, apresentado pelo Grupo Político Municipal do PSD, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com vinte e nove votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, cinco do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar um Voto de Louvor a todas as Mulheres, reconhecendo a justeza da sua luta pela igualdade em todos os domínios e atividades. -----

----- Número quarenta e um, dando conhecimento que na reunião de nove de março de dois mil e vinte e um apreciou a proposta de deliberação número mil e tinta e quatro, de dois mil e vinte - GAM - Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do Município de Oeiras - dois mil e dezanove e conseqüente Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do Município de Oeiras (Incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas). -----

----- Número quarenta e dois, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número mil cento e sessenta e quatro, de dois mil e vinte - DMAG/DFP/DP - Desafetação de parcelas de terreno do domínio público para o domínio privado do Município de Oeiras, sitas no número quatro, da Alameda Calouste Gulbenkian, em Paço de Arcos, na qual deliberou, por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com um voto contra do Bloco de Esquerda, aprovar a desafetação das

seguintes parcelas de terreno do domínio público para o domínio privado do Município de Oeiras: -----

-----Uma com a área de quarenta e quatro vírgula trinta metros quadrados, confrontando a norte com domínio público municipal, a sul com domínio público municipal, a nascente com domínio público municipal-alvará de loteamento doze, de setenta e quatro e a poente com número quatro, da Alameda Calouste Gulbenkian, avaliada em dois mil seiscentos e sessenta e oito euros e oitenta e cinco cêntimos-----

-----E outra com quarenta e cinco vírgula quarenta metros quadrados, confrontando a norte com domínio público municipal, a sul com domínio público municipal, a nascente com domínio público municipal-alvará de loteamento doze, de setenta e quatro e a poente com número quatro, da Alameda Calouste Gulbenkian, avaliada em dois mil setecentos e trinta e quatro euros e noventa cêntimos.-----

-----Número quarenta e três, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número mil cento e sessenta e cinco, de dois mil e vinte - DMAG/DFP/DP - Desafetação de parcelas de terreno do domínio público para o domínio privado do Município de Oeiras, sitas no n.º 2, da Alameda Calouste Gulbenkian, em Paço de Arcos, na qual deliberou, por maioria, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com um voto contra do Bloco de Esquerda, aprovar a desafetação das seguintes parcelas de terreno do domínio público para o domínio privado do Município de Oeiras: -----

-----Uma com a área de quarenta e seis vírgula quarenta metros quadrados, confrontando a norte com domínio público municipal, a sul com domínio público municipal, a nascente com domínio público municipal-alvará de loteamento doze, de setenta e quatro e a poente com



Câmara Municipal
de Oeiras

número dois, da Alameda Calouste Gulbenkian, avaliada em dois mil setecentos e noventa e cinco euros e trinta e sete cêntimos.-----

----- E outra com cento e onze vírgula sessenta metros quadrados, confrontando a norte com domínio público municipal, a sul com domínio público municipal, a nascente com domínio público municipal-alvará de loteamento doze, de setenta e quatro e a poente com número dois, da Alameda Calouste Gulbenkian, avaliada em seis mil setecentos e vinte e três euros e trinta e quatro cêntimos.-----

----- Número quarenta e quatro, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número treze, de dois mil e vinte e um - DMOTDU/DPERU/DRU - AUGI do Casal da Choca - valor de taxas, compensações e comparticipações para emissão do alvará de loteamento e construção de infraestruturas - Artigos matriciais décimo segundo e décimo terceiro, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar as retificações ao loteamento para os artigos matriciais décimo segundo e décimo terceiro, já com a correção dos limites coincidindo com os limites do artigo cadastral, de acordo com a retificação no respetivo processo, bem como o novo quadro de valores que cabe a cada comproprietário, já com a redução dos valores.-----

----- Número quarenta e cinco, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número setenta e cinco, de dois mil e vinte e um - DMOTDU/DPERU/DRU - Procedimento número dois/Divisão de Reabilitação Urbana/dois mil e vinte - “Requalificação dos espaços exteriores da Quinta da Estrangeira”, no Casal da Choca - Aprovação de relatório final e adjudicação da empreitada, aprovação da minuta de contrato e alteração orçamental, na qual

deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a descabimentação do saldo diferencial entre o valor base fixado para a empreitada “Requalificação dos espaços exteriores da Quinta da Estrangeira” (setecentos e oitenta e nove mil e setecentos euros) e o valor da proposta do concorrente vencedor (quinhentos e cinquenta e sete mil e trinta euros), valores com IVA incluído, nomeadamente o valor de duzentos e trinta e dois mil seiscentos e setenta euros. -----

-----Número quarenta e seis, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número noventa e quatro, de dois mil e vinte e um - DMEDSC/DDS/DCS - Plano Municipal de Apoio à População em situação de Vulnerabilidade (Covid-Dezanove) - Apoio extraordinário a entidades com resposta de apoio alimentar, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar as seguintes participações financeiras que totalizam o montante de cento e cinco mil quinhentos e cinquenta e cinco euros, a entidades com resposta alimentar, nos seguintes termos:-----

-----Entidade - Valor: -----

-----Associação de Amigos da Mulher Angolana - treze mil e setenta euros; -----

-----Projeto Família Global - treze mil e dez euros; -----

-----União de Freguesias de Carnaxide e Queijas - nove mil trezentos e oitenta euros;-----



Câmara Municipal
de Oeiras

- Centro Social Paroquial São Miguel de Queijas - dois mil seiscentos e vinte euros; ---
- União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada/Dafundo - oito mil quinhentos e cinquenta e cinco euros;-----
- Centro Social Paroquial Cristo Rey de Algés - oito mil seiscentos e trinta euros; -----
- Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas - mil novecentos e sessenta euros; -----
- Centro Social e Paroquial Senhor Jesus dos Aflitos da Paróquia da Cruz Quebrada e Dafundo - quatro mil duzentos e vinte e cinco euros; -----
- Centro Social Paroquial Nova Oeiras - dois mil setecentos e quinze euros; -----
- Centro Social e Paroquial São Julião da Barra - quatro mil novecentos e cinco euros;
- Santa Casa da Misericórdia de Oeiras - quatro mil seiscentos e cinquenta e cinco euros;-----
- União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias - oito mil cento e vinte euros;
- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora de Porto Salvo - quatro mil novecentos e cinquenta euros; -----
- Instituto Canossiano - Casa Nossa Senhora de Fátima - dois mil oitocentos e trinta e cinco euros; -----
- Junta de Freguesia de Barcarena - mil euros; -----
- Associação Famílias Solidárias - mil cento e noventa euros; -----
- Associação Sol Fraternal - oito mil seiscentos e sessenta euros; -----
- Centro Comunitário Paroquial Nossa Senhora das Dores - cinco mil e setenta e cinco euros.-----
- Número quarenta e sete, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número cento e trinta e nove, de dois mil e vinte e um - DMEDSC/DDS/DCS -Apoio extraordinário para reforço de resposta alimentar à União das Freguesias de Oeiras e São Julião

da Barra, Paço de Arcos e Caxias, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira extraordinária no valor de três mil euros à União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, no sentido de apoiar a resposta assegurada diretamente pelo Gabinete de Ação e Desenvolvimento Social, em termos de bens alimentares e de higiene (pessoal e habitacional), junto de munícipes em situação de vulnerabilidade económica, não cobertos pelas respostas alimentares existentes. -----

-----Número quarenta e oito, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número cento e vinte, de dois mil e vinte e um - DMAG/DFP/DPOC - Primeira alteração orçamental modificativa do ano dois mil e vinte e um (Primeira revisão orçamental), na qual deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, um do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, dois do Partido Social Democrata e um do Centro Democrático Social-Partido Popular, com nove votos contra, sendo cinco do Partido Socialista, três da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda e com uma abstenção do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a primeira Alteração Orçamental Modificativa de dois mil e vinte e um (primeira revisão) e a primeira Alteração Modificativa às Grandes Opções do Plano (primeira revisão). -----

-----Número cinquenta e sete, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número mil cento e oitenta e três, de dois mil e vinte - DMOGAH/DOM/DEM - Reprogramação financeira do contrato de prestação de serviços número oitocentos e trinta, de dois mil e



Câmara Municipal
de Oeiras

dezanove - Aquisição de serviços de manutenção preventiva e eventual manutenção corretiva de cento e vinte espaços de jogo e recreio e espaços “fitness”, na qual deliberou, por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com quatro votos contra, sendo três da Coligação Democrática Unitária e um do Bloco de Esquerda, aprovar a reprogramação financeira do contrato de prestação de serviços número oitocentos e trinta, de dois mil e dezanove - “Aquisição de serviços de manutenção preventiva e eventual manutenção corretiva de cento e vinte Espaços de Jogo e Recreio e Espaços “Fitness”:

----- PPI - dois mil e vinte - dois mil e vinte e um - dois mil e vinte e dois: -----

----- Saldo PPI atual (Preço base) - quatrocentos e vinte e oito mil euros - trezentos mil euros - trezentos mil euros. -----

----- Compromisso atual - quatrocentos e oito mil trinta e sete euros e treze cêntimos - trezentos e dois mil trezentos e três euros e vinte e cinco cêntimos - cento e cinquenta e nove mil seiscentos e sessenta e nove euros e trinta e oito cêntimos.-----

----- Compromisso após a Reprogramação - duzentos e setenta e sete mil setecentos e três euros e vinte e cinco cêntimos - duzentos e noventa mil três euros e vinte e cinco cêntimos - trezentos e dois mil trezentos e três euros e vinte e cinco cêntimos. -----

----- Reforços ao PPI outubro dois mil e vinte - dois mil trezentos e três euros e vinte e cinco cêntimos. -----

----- Número cinquenta e oito, dando conhecimento que na reunião de dezasseis de março de dois mil e vinte e um apreciou a proposta de deliberação número vinte e quatro, de dois mil e vinte e um - GAEP - Plano e Orçamento e Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e um, da “Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, Empresa Municipal” -

Revogação da deliberação número mil e doze, de dois mil e vinte, de dezoito de novembro e sujeição a nova aprovação. -----

-----Número cinquenta e nove, dando conhecimento que na reunião de dezasseis de março de dois mil e vinte e um apreciou a proposta de deliberação número vinte e cinco, de dois mil e vinte e um - GAEP - “Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras, Empresa Municipal, Sociedade Anónima” - Relatório trimestral de execução orçamental referente ao terceiro trimestre de dois mil e vinte. -----

-----Número sessenta, informando que a proposta de deliberação número vinte e seis, de dois mil e vinte e um - GAEP - “Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, Empresa Municipal” - Relatório trimestral de execução orçamental referente ao terceiro trimestre e quarto trimestre de dois mil e vinte - Foi retirada na reunião de dezasseis de março de dois mil e vinte e um, para reformulação.-----

-----Número sessenta e um, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número cento e treze, de dois mil e vinte e um - GAF - Redução de cabimento da proposta de deliberação número quatrocentos e vinte e sete, de dois mil e dezanove e anulação do cabimento da proposta de deliberação número duzentos e dezanove, de dois mil e vinte, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e dois votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Social Democrata e um do Bloco de Esquerda, aprovar a alteração dos cabimentos insertos na proposta de deliberação número quatrocentos e vinte e sete, de dois mil e dezanove e na proposta de deliberação número duzentos e dezanove, de dois mil e vinte e a consequente redução ou anulação da cabimentação nelas previstas.-----

-----Número sessenta e dois, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número cento e catorze, de dois mil e vinte e um - DMAG/DFP/DP - Concurso público para a



Câmara Municipal
de Oeiras

concessão de uso privativo para exploração da cafetaria e respetiva esplanada, instalação de equipamento desportivo e utilização do edifício de apoio sites no Parque Urbano do Alto da Terrugem, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, autorizar a decisão de contratar, através de um procedimento, por concurso público, para a concessão de uso privativo para exploração da cafetaria e respetiva esplanada, instalação de equipamento desportivo e utilização do edifício de apoio sites no Parque Urbano do Alto da Terrugem. -----

----- Número sessenta e três, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número cento e dezassete, de dois mil e vinte e um - DMAG/GAEP - “Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, Empresa Municipal” - Alteração de Estatutos, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar a delegação de poderes de liquidação e cobrança de taxas ou tarifas (entenda-se, poderes tributários) à Oeiras Viva, no âmbito das atividades que lhe estão confiadas pelo Município, bem como as alterações estatutárias da empresa. -----

----- Número sessenta e quatro, remetendo cópia da deliberação sobre proposta CMO número cento e dezoito, de dois mil e vinte e um - DMAG/GAEP - “Parques Tejo - Estacionamento de Oeiras, Empresa Municipal, Sociedade Anónima” - Alteração de estatutos, na

qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras de Volta, seis do Partido Socialista, quatro do Grupo Político Municipal Independentes Oeiras Mais à Frente, três da Coligação Democrática Unitária, dois do Partido Social Democrata, um do Centro Democrático Social-Partido Popular, um do Bloco de Esquerda e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza aprovar a delegação de poderes de liquidação e cobrança de taxas ou tarifas (entenda-se, poderes tributários) à Parques Tejo, no âmbito das atividades que lhe estão confiadas pelo Município, bem como as alterações estatutárias da empresa. -----

5 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES:-----

-----O **Senhor Vereador Armando Soares** informou a Câmara do seguinte:-----

-----“Estive em visita com o Senhor Presidente da Câmara Municipal à Associação Nacional de Jovens Empresários, em Algés, no Edifício Siza Vieira, que já foi edifício charneira à época quando foi inaugurada uma peça muito importante na vida empresarial de Algés, a ideia será revitalizar a ligação da Autarquia com esta Associação. -----

-----Nos últimos anos, a Associação Nacional de Jovens Empresários acabou por estar mais ligada ao Norte por questões económicas, e fruto da sua presidência, que estava sediada no Porto, acabou por desprezar um pouco mais o centro-sul.-----

-----Neste momento, existe uma nova Direção que está interessada em reabilitar contactos com a Câmara Municipal de Oeiras, reconhecendo a importância que nós temos no tecido empresarial nacional, aguardamos algumas propostas, possivelmente até de instalação de incubadora de empresas em conjunto com a Autarquia. -----

-----O edifício internamente está em boas condições, tem lá várias empresas sediadas, algumas que já têm ligações com a Autarquia, outras não têm qualquer ligação e também é importante estimular isso, no âmbito do empreendedorismo, marca pela qual Oeiras também é conhecida.- -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Esperamos agora mais alguma informação nesse sentido, para voltarmos a ter a ligação que sempre tivemos com a Associação Nacional de Jovens Empresários, parceiros que sempre considerámos de excelência.”-----

6 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO:-----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte:-----

----- “No dia onze de março, tive uma reunião com a Senhora Secretária de Estado da Educação, doutora Inês Ramires que, basicamente, foi motivada por duas grandes preocupações.

----- Uma preocupação que temos vindo a sentir ao longo dos anos com a aplicação do despacho normativo que regula o processo de matrículas, como sabem essa competência foi delegada no Município com os contratos interadministrativos em dois mil e quinze e ela mantém-se com o atual processo de transferência de competências, porque esse processo não implicou a perda das competências que estavam previstas no contrato e não estão previstas no Decreto-Lei vinte e um, de dois mil e dezanove, que concretiza a transferência no domínio da educação. -----

----- A preocupação tem que ver, basicamente com esta questão, e partilhámos com a Senhora Secretária de Estado, mas já há um longo percurso, já manifestámos esta preocupação várias vezes no Grupo Metropolitano da Educação e isso já originou a constituição de um grupo de trabalho para fazer uma proposta concreta ao Governo, mas não tem havido evolução e esta reunião foi motivada mais uma vez pelo mesmo assunto, uma vez que estamos na altura do ano, em que se começa a preparar tudo para o início das inscrições para o próximo ano letivo.-----

----- O problema tem que ver basicamente com os critérios que estão fixados para admissão ao pré-escolar, em que o critério preponderante de prioridade é a idade, e bem, porque do nosso ponto de vista, não me parece que possa haver pontos de vista contrários.-----

----- O que sucede é que, quando o critério área de residência não é concomitante com o critério idade e com igual importância e ponderação na admissão dos alunos, isso gera uma

grande distorção do sistema e vou dar um exemplo, há vários no nosso Concelho e talvez o mais gritante seja o que se passa em Nova Oeiras, na Escola António Rebelo de Andrade, também conhecida pela Nuvem ou Sá de Miranda, os meninos que vivem ali ao lado da escola, muitos deles para acederem ao primeiro ano de escolaridade, a grande maioria não tem vaga.-----

-----E porque é que não têm vaga?-----

-----Porque nesse agrupamento entraram muitos meninos que não são daquela residência, muitos até do Concelho de Cascais, cumprindo o critério da idade, vincularam-se ao agrupamento de escolas por causa do critério idade e depois quando transitam para o primeiro ciclo vigora a articulação vertical e a permanência no mesmo agrupamento de escolas, ocupando assim as vagas que não podem ser ocupadas por quem ali vive.-----

-----A nossa proposta à Senhora Secretária de Estado foi que este problema pudesse ser visto pelo Governo, porque acreditamos que fere a bondade do espírito do despacho normativo com grandes perversões, que depois são uma complicação enorme para Municípios como é o caso de Oeiras e não é o único no País, há vários, porque quando estas distorções acontecem e o responsável é o Ministério de Educação, ninguém vai lá no Cinco de Outubro bater à porta, mas quando a responsabilidade é do interveniente Município depois é um problema muito difícil de gerir com as famílias.-----

-----O tema forte da reunião foi esse, a Senhora Secretária e Estado prometeu rever o assunto, embora fosse adiantando também que era muito complicado, porque o despacho é aplicado a nível nacional, para concelhos urbanos, como é o caso de Oeiras, concorda que faz todo o sentido, mas noutras áreas territoriais com características diferentes isso pode significar ir frequentar uma escola a sessenta quilómetros de distância, ficou de analisar a questão.-----

----- - No dia dezassete de março, vai ficar assinalado como dia em que se inaugurou um novo tempo, uma nova era de relação institucional entre e o Município de Oeiras e a Escola Superior Náutica Infante Dom Henrique, com a assinatura do Memorando de Entendimento que



Câmara Municipal
de Oeiras

fixa um conjunto de áreas de colaboração, que estamos convencidos que no âmbito da estratégia, Oeiras, Ciência e Tecnologia vai ter consequências práticas, quer do ponto de vista da disponibilização de uma série de serviços à comunidade, quer do ponto de vista do aceleração do desenvolvimento do projeto científico, educativo e cultural da própria Escola Superior Náutica, em particular, no desenvolvimento da economia azul em áreas muito concretas, designadamente, na robótica oceânica em parceria com o Centro de Competência Robótica do Instituto Superior Técnico, a área do “shipping” muito relacionada com as formações e com o “core” da atividade da Escola Náutica e a área da segurança marítima. -----

----- - No dia dezanove de março, teve lugar a última reunião do grupo de trabalho para o desenvolvimento integrado do Centro Desportivo Nacional do Jamor, criado por despacho do Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, digo última, porque conseguiu-se produzir uma versão textual de compromisso entre as várias partes envolvidas, designadamente a Faculdade de Motricidade Humana, a Câmara Municipal e o IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude, auscultados também os agentes desportivos, designadamente, as instituições supra federativas e o Comité Olímpico e Paralímpico. -----

----- A partir daqui, o resultado deste trabalho será apresentado ao Senhor Presidente e ao Senhor Secretário de Estado e esperemos que com a concordância do Governo fique fixado o novo modelo de integração da participação destas entidades para uma nova visão na gestão daquela parcela do nosso território muito ancorada, naquilo que é a história, a tradição e a dinâmica do Centro Nacional Desportivo, mas também do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Faculdade de Motricidade Humana, em particular, o desenvolvimento do “cluster” ativo para a promoção e inovação do desporto na atividade física. -----

----- - No dia nove de março, participei a convite da Confederação do Desporto de Portugal numa conversa “online” sobre a importância das autarquias no apoio ao desporto, um tema bastante relevante, relevante sempre, relevante ontem e relevante hoje e certamente

relevante no futuro, mas mais relevante na atualidade dada a situação particular que estamos a viver e o impacto muito forte que esta pandemia está a ter no associativismo desportivo e nas suas dinâmicas que são, por um lado, a coluna vertebral do sistema desportivo, tudo acontece nos clubes locais e, por outro lado, uma grande força de dinamização das nossas comunidades. -----

----- - No dia vinte e dois de março, teve lugar a reunião ordinária do Grupo de Trabalho Metropolitano da Educação, onde se fez um balanço daquilo que foi o regresso ao ensino presencial para as creches, pré-escolar e primeiro ciclo na Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----De uma forma geral, o balanço foi bastante positivo, dessa reunião resultaram um conjunto de recomendações, que foram enviadas à AML, ao Ministério da Educação e que tinham, sobretudo, que ver com a necessidade de antecipação da preparação do regresso ao ensino presencial para os restantes ciclos, designadamente no que diz respeito à testagem, porque aconteceu que, depois de regressarem ao ensino presencial em vários concelhos, muitos alunos tiveram que voltar para casa outra vez depois de serem feitos testes e terem saído os resultados e terem testado positivo e isso originou uma grande perturbação na comunidade escolar, talvez a recomendação mais veemente, é no sentido de planear mais cedo e antecipar as etapas e as fases.

----- - Hoje teve lugar uma reunião presidida pelo Senhor Presidente da Câmara com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas do nosso Concelho e da Escola não Agrupada da Quinta do Marquês, onde como consequência de um trabalho já quase com um ano e meio, com o apoio de uma equipa de investigação externa do ISCTE, que nos assessorou no trabalho, com vista à reorganização da Carta Educativa do Município de Oeiras e a elaboração do Plano Educativo Municipal, dois mil e vinte/dois mil e trinta. -----

-----Como resultado desse trabalho, que foi muito participado por toda a comunidade, inclusivamente pelos senhores diretores, foi hoje apresentada a proposta de versão final de reorganização da rede escolar pública de Oeiras, proposta essa que foi bem recebida, naturalmente com algumas interrogações e dúvidas também pelos senhores diretores, que agora



Câmara Municipal
de Oeiras

serão dirimidas em onze reuniões parcelares, com as onze direções nas próximas semanas para depois o documento, já depois de compromissado com os senhores diretores dos agrupamentos, poder ser apresentado ao Conselho Municipal de Educação, o que prevemos vá acontecer até ao final do mês de abril, princípio da primeira semana de maio, o mais tardar.” -----

7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR: -----

----- A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** informou a Câmara do seguinte:-----

----- “Começo por informar o que aconteceu hoje de manhã no centro de vacinação. -----

----- Como já devem ter visto, tivemos um aglomerado de pessoas, porque houve um erro na marcação da vacinação e foram chamadas todas as pessoas ao mesmo tempo, de tal maneira, que há uma hora da tarde já tinham sido vacinadas setecentas pessoas, num total do dia onde eram previstas oitocentas, por volta das catorze horas e trinta minutos já estava toda a gente vacinada.-- -----

----- Logo que tivemos conhecimento acionámos tudo o que foi possível para minimizar os efeitos que estavam a acontecer, desde cadeiras, águas, lanches, sombras e reforço da proteção civil, correu tudo da melhor forma possível, tendo em conta o que aconteceu no agendamento das vacinas. --- -----

----- Ao dia de hoje já foram vacinadas dez mil pessoas no centro de vacinação e no próximo fim de semana serão vacinados o pessoal docente e não docente do pré-escolar, no total de mil e quinhentas pessoas que tinham sido adiadas devido à vacina AstraZeneca. -----

----- No âmbito do início das aulas, reforçámos setenta e duas estruturas na área da infância no Concelho da rede solidária e privada com EPI's, o serviço de táxis também está a ser um sucesso, as pessoas estão a utilizar e já tivemos duas mil e oitocentas pessoas que utilizaram este serviço para serem vacinadas.-----

----- Relativamente aos dados COVID, ontem tínhamos um total de doze mil duzentos e quarenta e dois casos acumulados, recuperados onze mil oitocentos e trinta e cinco, óbitos

duzentos e oitenta e ativos cento e vinte e sete, desde o dia nove de março até ontem e que são os catorze dias tivemos cento e três casos, o que dá uma incidência de cinquenta e nove casos por cem mil habitantes.”-----

8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO: -----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto**, no âmbito das suas informações, disse o seguinte: -

-----“Só fazer uma atualização, estávamos desde o dia dois de março sem nenhum infetado novo entre o grupo acompanhado pelos Serviços Municipais e foi interrompido esse ciclo positivo, ontem tivemos um funcionário infetado pela avó que veio a falecer. -----

-----O resto da família está também positiva, estamos a acompanhar a situação, sendo que nenhum dos elementos infetados está numa situação preocupante.”-----

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOAQUIM RAPOSO:-----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** referiu o seguinte: -----

-----“Coloco uma situação que já venho a apontar em três reuniões e que é respeitante ao subsídio de insalubridade e penosidade.-----

-----O Senhor Vereador Nuno Neto já tem a lista? Porque já decorreu algum tempo e as coisas já poderiam estar em condições para avançar.-----

-----Qual é a proposta que vamos ter? -----

-----Vai criar as três categorias, uma ou duas? -----

-----Como é que foram feitos esses critérios? -----

-----Quando é que vem a proposta à Câmara, dado que é preciso prever a alteração orçamental correspondente ao que serão os encargos até ao final do ano, em relação aos que estão em sede nessa área, assim como àqueles que, possivelmente, irão ainda entrar dentro do concurso que está em curso.”-----

10 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA HELOÍSA APOLÓNIA: -----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** iniciou o seu período de informações da



Câmara Municipal
de Oeiras

seguinte forma: -----

----- “Relativamente à pandemia e ao confinamento já tenho aqui levantado por diversas vezes a questão, porque é uma preocupação grande que a CDU tem e eu acho que deve ser minuciosamente acompanhada, que tem que ver com as consequências sociais e económicas desta pandemia.-----

----- Eu acho que, ao mesmo tempo que nos é dado sempre o ponto da situação relativamente ao número de casos, número de óbitos, ao número de internados e também a situação particular em relação aos trabalhadores da Câmara, julgo que deveria haver uma informação pormenorizada sobre a situação económica e social do Concelho, ou seja, o que é que de reunião em reunião ou de mês a mês, como é que a Câmara Municipal sente o pulsar da evolução da situação ao nível do desemprego, ao nível da carência e da necessidade de ajudas do ponto de vista social e, fundamentalmente, ao nível do tecido económico, naquilo que concerne às micro, pequenas e médias empresas, porque por este País fora há muita micro, pequena e média empresa a fechar portas e isto traz, evidentemente, consequências económicas e sociais gravíssimas e eu gostava que fosse feito com alguma regularidade esse ponto da situação ao nível do Concelho de Oeiras.-----

----- Queria também perguntar à Senhora Vereadora Teresa Bacelar, tendo em conta a evolução da situação e aquilo que se perspectiva, de como é que no período do Verão nós poderemos estar no Concelho de Oeiras em termos de vacinação, tendo em conta aquela que é a evolução, ou seja, qual é a percentagem da população que, eventualmente, se perspectiva já poder estar salvaguardada desse ponto de vista, neste período.-----

----- Falei com o Senhor Vice-Presidente na altura, mas eu gostava de colocar formalmente esta questão na reunião de Câmara, porque tive necessidade de me deslocar ao meu gabinete para tratar de questões relativas ao trabalho da Câmara Municipal e fui confrontada com uma informação por parte da Polícia Municipal, de que os lugares de estacionamento que estão

em frente ao edifício da Câmara para efeitos de Vereação, estão apenas reservados aos Vereadores com pelouros. -----

-----Gostava que me fosse confirmada esta situação, se é verdade ou não e gostava de saber se, porventura, ela for real, porque é que foi tomada essa decisão, tendo em conta que os Vereadores sem pelouro também têm necessidade de se deslocar não tão recorrentemente, mas com alguma regularidade aos seus gabinetes e gostava de saber porque é que essa decisão foi tomada dessa forma.-----

-----A CDU traz recorrentemente às reuniões de Câmara, questões colocadas por munícipes, porque acho que esse também é o nosso dever, de sermos porta-vozes nos órgãos onde estamos representados daquelas que são as preocupações, as necessidades dos cidadãos e os problemas do Concelho e não só os problemas, mas a dinâmica do próprio Concelho, mas também aquelas que parecem ser pequenas questões, mas que são questões que afetam a vivência diária das pessoas e que me merecem também resoluções rápidas e muitas vezes são mais fáceis do que as grandes questões. -----

-----Nesse sentido, nós da CDU recebemos queixas de moradores de Barcarena, no sentido de denunciar que, na Quinta da Politeira, as escadas ou o passadiço de madeira, que dão acesso à piscina, representam algum perigo, tendo em conta a degradação dessa escadaria e passadiço com tábuas partidas e com alguns pregos levantados. -----

-----A informação que tenho de uma equipa da CDU que se deslocou ao local para confirmar a questão, é que foram substituídos dois troços nas laterais da piscina de Barcarena, mas o restante percurso precisa de uma manutenção e que há determinadas partes do passadiço que estão perigosas.-----

-----Nesse sentido gostaria de advertir a Câmara Municipal para esta questão e que fizessem uma observação no local, para que fosse feita a manutenção e regularizada a situação, de modo a garantir maior segurança na utilização desta escadaria e deste passadiço.”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

11 -INFORMAÇÕES – SR. PRESIDENTE: -----

----- O **Senhor Presidente** prestou à Câmara as seguintes informações: -----

----- “No passado dia doze, o Senhor Vereador Pedro Patacho apresentou-me um relatório sobre o ponto de situação dos estabelecimentos da infância e da rede solidária, que dará azo a uma proposta de dotação que oportunamente será apresentada à Câmara Municipal, mas que entre outras coisas nos dá uma visão daquilo que são e do que é a capacidade desses estabelecimentos.-----

----- Todos teremos uma surpresa, na medida em que, afinal, já temos uma cobertura quase de cem por cento ao nível do pré-escolar e da infância, o problema está noutra sede que é a possibilidade de se financiarem as famílias a pôr as crianças nas creches, é apenas uma informação, porque oportunamente iremos discutir isso em reunião de Câmara. -----

----- - Ainda durante este dia, tive oportunidade de estar presente na vacinação de alguns centenários aqui no Concelho. -----

----- Gostaria de lhes dizer, não propriamente em tom crítico, mas há momentos em que não podemos deixar de levantar a questão sobre aquilo que se passou hoje e ao longo de um mês e tal que já vamos de vacinação, tem corrido espetacularmente bem, com um grau de satisfação enorme da parte dos idosos, que ficam muito reconhecidos com o pessoal de apoio e de toda a ajuda que ali é prestada, de todo o pessoal médico, enfermeiros, etc.. -----

----- O que se passou hoje, foi uma situação absolutamente anormal e inesperada, porque estava a fazer-se uma média de quatrocentas vacinas por dia e hoje passou para oitocentas, mas o problema não está em passar para oitocentas, porque o centro de vacinação tem capacidade até para mais.- -----

----- Nós temos de ter aqui alguma solidariedade com o Ministério da Saúde, mas o que acontece é que as pessoas responsabilizam muito os Municípios se as coisas correm mal.-----

----- Em termos de logística, nós temos assegurado toda a logística, mesmo hoje, perante a

anormalidade a que se assistiu, mesmo em termos de socorro de bombeiros, proteção civil, cadeiras, etc., tudo aquilo que foi necessário se instalou, mas é indiscutível que e, na minha opinião, é preciso dizer isto, não é só erro de informática, passou de quatrocentos para oitocentos, a verdade, é que foram convocadas pessoas excessivas para o início do dia, para as dez ou dez horas e trinta minutos da manhã e não havendo capacidade de resposta, quando chegaram os do meio-dia ou uma da tarde houve ali um aumento, nem terá sido com as pessoas da tarde que acabaram por se juntar aos da manhã, mas o período pior foi por volta do meio-dia e da uma e meia, porque muita gente que devia ter aparecido ao meio-dia apareceu às dez horas, porque os convocaram e disseram a todos que era a essa hora. -----

-----Enquanto nos dia anteriores uns tantos são convocados para as dez, outros para as dez e trinta e outros para as onze, onze e meia ou meio-dia, por aí fora, o que aconteceu foi que o ACES não esteve bem e, portanto, tem que se responsabilizar, depois é fácil vir com o argumento do computador, do erro informático, terá havido aqui erro informático, admito que sim, mas também houve erro humano e não vejo nenhum problema que quando há erro humano que se assuma. ---- -----

-----Devo dizer, que quando me disseram que estava a ocorrer uma afluência significativa, fui lá para falar com as pessoas e procurar compreender o que é que se estava a passar, sei que por volta das duas horas o assunto estava resolvido e foi efetuada a vacinação. ----

-----Tudo estava a correr muito bem, as pessoas estavam muito satisfeitas, mas claro que tem de haver uma direção, a dada altura, já havia pessoas a sugerir para se passar para outro dia, tiram-se os nomes dos que estão à espera, era pior a emenda que o soneto, porque as pessoas esperaram hoje e depois tinham que esperar noutro dia. -----

-----Das conversas que eu tive com as pessoas, particularmente com os idosos que lá estavam, a maior parte deles compreenderam a situação, claro que havia um ou outro mais debilitado, mas também nesses casos procurava-se que passasse à frente, mesmo assim, apesar de



Câmara Municipal
de Oeiras

tudo, só recebi elogios, as pessoas estavam um bocadinho preocupadas por estar tanto tempo à espera, mas ao mesmo tempo satisfeitos pela forma como foram encaminhadas, agora é preciso é que isto não se repita.-----

----- - No passado dia dezasseis, estive presente numa reunião com a Federação Portuguesa de Futebol que nos apresentaram a terceira fase da Cidade do Futebol e logo que esteja em condições será apresentado à Câmara Municipal.-----

----- - No dia dezanove, tive o prazer de visitar os trabalhos na Estação Agronómica Nacional, dois ou três dias antes já tinha ido ver os trabalhos de limpeza da Cascata do Ouro, já dá um certo prazer poder circular por ali, há muitos munícipes que já se aventuram a circular na Estação Agronómica Nacional, os trabalhos têm vindo a avançar, sobretudo ao nível da limpeza, alguma arborização já está a ser feita, julgo que este ano no Sete de Junho haverá condições de o comemorar lá.”-----

12 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES:-----

----- Reportando-se à questão colocada pela Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, o **Senhor Vereador Nuno Neto** clarificou o seguinte:-----

----- “Relativamente às escadas dos passadiços da Quinta da Politeira, estamos atentos à questão, já estava detetada há muito tempo, não vamos fazer uma mera manutenção, está neste momento no Tribunal de Contas para obtenção de Visto.-----

----- A requalificação integral do Parque Urbano da Politeira conta com a criação de novos passadiços, áreas de desporto e áreas de lazer.-----

----- Contamos começar a obra muito em breve logo que a questão do visto esteja resolvida.-----

----- Dizer ao Senhor Vereador Joaquim Raposo, que o suplemento penosidade é um dossier que está na minha mão e será aplicado a cerca de oitocentos assistentes operacionais do Município de Oeiras dos mais variados Serviços, para aqueles que tínhamos obrigação estrita de

aplicar, como seja recolha de resíduos, etc., mas também aos outros que entendemos sejam enquadrados nesta norma. -----

-----Vamos aplicar os três níveis de insalubridade ou penosidade, os três trinta e seis para o nível baixo, os quatro zero nove para o médio e os quatro noventa e nove. -----

-----O dossier está fechado, já tem o parecer, foi desenvolvida uma matriz inicial que foi aos Serviços do Ambiente e aos Serviços do DOM para enquadramento de cada função nos diferentes níveis de risco. -----

-----Já tem o parecer da Unidade de Segurança no Trabalho quanto à aplicação da proposta pelos Serviços, está pronto para ir amanhã à consulta que é obrigatória às estruturas representativas e conto que esteja em condições de ser submetido à próxima reunião de Câmara com os pareceres de todos os envolvidos.” -----

-----Em relação à questão apontada pela Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, a **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** esclareceu o seguinte:-----

-----“Gostaria muito de ter uma certeza e poder responder com um número exato de vacinação o que, neste momento, é impossível, dou-lhe um exemplo disso, hoje estava previsto vacinar seiscentas pessoas e foram vacinadas oitocentas, todos os dias os números que eles preveem vacinar mudam. -----

-----Nós estamos disponíveis para vacinar duas mil pessoas por dia, no Verão tínhamos cento e cinquenta mil pessoas vacinadas de uma forma tranquila e serena, agora depende das vacinas que estiverem disponíveis para o Município de Oeiras.”-----

-----Reportando-se às questões colocadas pelos Senhores Vereadores o **Senhor Presidente** elucidou o seguinte: -----

-----“Relativamente ao estacionamento dos Senhores Vereadores sem pelouros que a Senhora Vereadora Heloísa referiu, julgo que terá razão, pelo menos nos dias das reuniões de Câmara faz todo o sentido que tenham um espaço onde estacionar. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O problema é que não se pode reservar estacionamento permanente para quem vem de vez em quando à Câmara Municipal, fez bem em pôr o problema, teremos que encontrar uma solução para nos dias de reunião de Câmara ou mesmo quando vier à Câmara por qualquer razão, terem uma forma expedita de poder estacionar, vamos analisar o assunto para ver se se encontra uma forma adequada. -----

----- Quanto ao balanço quinzenal das condições económico e sociais decorrentes desta pandemia, o que a Câmara Municipal pode fazer, não é propriamente um balanço, é um relatório mensal que se está a fazer, a propósito do COVID, mas pode ser feito quinzenal e pelas solicitações que são feitas à Câmara, aliás, em todas as reuniões de Câmara vêm propostas de deliberação relativas à pandemia, como seja apoios às várias instituições e que decorrem da alteração das circunstâncias no Concelho, a sensação que temos é que há um aumento de pedidos de apoio das famílias através do FES. -----

----- Agora, o balanço das condições económicas e sociais a nível do Concelho, essa informação global, como é natural, nenhum Município português tem essa informação, isso é um assunto que terá de ser o Instituto Nacional de Estatística, o Governo é que tem essa informação e pode divulgá-la ou não uma vez por mês. -----

----- Ao nível da evolução do desemprego temos essa informação mensal, há alguma informação que temos e que é trabalhada no Gabinete de Inteligência Territorial, agora parece-me que de quinze em quinze dias também é muito curto, vamos tentar, mas julgo que o ideal é fazer essa informação mensal. -----

----- Quanto à perspetiva da vacinação, neste momento, temos condições para aumentar seis a oito postos se for necessário, no Pavilhão Carlos Queirós, mas também se for preciso instalamos outro centro de vacinação onde o Ministério da Saúde entender, tudo depende da disponibilidade de vacinas. -----

----- Haja vacinas, porque se as houver a Câmara Municipal está preparada para

disponibilizar as condições logísticas à quantidade de vacinas que queiram ministrar, não será por dificuldades da Câmara Municipal que isso acontecerá. -----

-----Finalmente, quanto à Quinta da Politeira o Senhor Vereador Nuno Neto já respondeu, é uma questão que a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia tinha colocado, realmente aquele parque que vem desde o bairro até à piscina, mais propriamente, até à Casa dos Escuteiros, por um lado, é o problema da humidade naquele espaço, por outro lado, é a inclinação daquela estrutura em madeira que carece de uma manutenção permanente. -----

-----A verdade, é que vai ser tudo substituído, a empreitada está adjudicada, está no Tribunal de Contas e logo que se pronuncie é uma obra que irá avançar, julgo que são perto de dois milhões de euros, é uma grande empreitada que se vai traduzir na requalificação de todo aquele espaço, que é preciso depois garantir a manutenção. -----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** referiu o seguinte:-----

-----“Não me foi respondida uma questão, relativa às consequências económicas e sociais da pandemia, acho que era importante a Câmara Municipal ir acompanhando a evolução da situação ao nível do Concelho de Oeiras. -----

-----Relativamente ao estacionamento, compreendo o que o Senhor Presidente diz e agradeço a disponibilidade para repensar de alguma forma a questão, mas nem que fosse reservado apenas um lugar para os Vereadores sem pelouro ou nós pudéssemos informar a Câmara Municipal que nos deslocaríamos naquele dia, de modo a que a uma determinada hora pudesse haver uma reserva de lugar, qualquer coisa que pudesse facilitar o estacionamento para o desenvolvimento do nosso trabalho, se isso for possível.-----

-----Agradeço de novo ao Senhor Presidente a possibilidade para pensar, de alguma forma, numa solução para esta questão.”-----

-----O **Senhor Presidente** frisou o seguinte: -----

-----“Eu respondi à questão das consequências da pandemia nas condições económicas ou



Câmara Municipal
de Oeiras

sociais, acontece que, há aqui uma dimensão de informação de que a Câmara dispõe e há outra informação que a Câmara não dispõe e que é a informação a nível nacional.-----

----- Vou mandar sintetizar aquilo que são as consequências, sobretudo, da natureza social e económica que decorre dos pedidos que são feitos à Câmara Municipal, como seja o número de famílias e as situações e, por outro lado, no âmbito do Gabinete de Inteligência Territorial vamos pedir para fazer um relatório que condense de uma forma mais exaustiva toda a informação estatística, cuja análise é feita mensalmente e que, normalmente é distribuída na Câmara, sobretudo, através dos relatórios relativos à evolução do emprego, mas que podemos alargar a outra informação disponível, vou procurar se até quinze de abril temos esse relatório para podermos analisar em reunião de Câmara.”-----

13- ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE LUÍS MARIANO: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta verbal da **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** exarar em ata um voto de pesar pelo falecimento do Luís Mariano, eleito pela CDU na Assembleia Municipal. -----

----- O qual deverá ser transmitido à família.-----

14 - APRESENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO NO DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA: -----

----- Antes de dar início à apresentação o **Senhor Vereador Pedro Patacho** salientou o seguinte: -- -----

----- “Farei uma introdução e depois passarei a palavra aos senhores dirigentes, o doutor Luís Afonso, do Departamento de Desenvolvimento Social, a Chefe de Divisão de Desporto, doutora Carla Ribeiro, mas a título de introito aquilo que eu gostaria de dizer é que se trata de um

processo de certa forma longo, já com mais de um ano, que envolveu intensamente os Serviços e houve um esforço também de auscultação dos agentes desportivos.-----

-----O Município de Oeiras ao longo dos anos foi reconhecido a nível nacional e na nossa região foi sempre um Município de grande pioneirismo, no que diz respeito ao desporto e à promoção do desporto para todos, isso é reconhecido, o trabalho do Município de Oeiras é recorrentemente objeto de análise e exemplo para outros Municípios. -----

-----Realiza-se muita coisa boa na área do desporto e há muitos anos, o que acontece, é que sentimos necessidade de, por um lado, agregar toda essa tradição e aquilo que se faz num plano integrado e coerente e, por outro lado, nos permitisse também apontar áreas prioritárias de intervenção onde, provavelmente, se calhar, temos que fazer mais e correr mais depressa.-----

-----Acontece que foi aprovado recentemente o Plano de Ação Global de Promoção da Atividade Física da Organização Mundial de Saúde, aliás, a apresentação desse plano teve lugar aqui em Oeiras, muito recentemente, na Cidade do Futebol e é preciso atender também à estratégia nacional para a promoção da atividade física, saúde e bem-estar que está perfeitamente alinhada com a estratégia mundial da Organização Mundial de Saúde. -----

-----Obviamente, que as coisas não podem nascer por geração espontânea e é preciso que haja um olhar sistémico, porque o desporto e a promoção da atividade física não são ilhas, estão relacionadas com o território, com o planeamento desse território, com a gestão urbanística do mesmo, com as oportunidades para as pessoas serem ativas, com os equipamentos que se colocam do território, com os programas e com os projetos, com educação de toda a população, mas, particularmente, da população mais jovem em idade escolar, enfim, é uma dimensão que penetra todas as dimensões das nossas vidas e tudo aquilo que nos cerca e que acontece no território, porque tudo acontece no território.-----

-----A questão aqui é pensar numa intervenção global e sistémica ancorada em quatro grandes áreas de atuação: sistemas, cidadãos, ambientes e sociedade, que permita de uma forma



Câmara Municipal
de Oeiras

mais integrada e coerente, avançar mais velozmente na valorização e priorização das políticas de investimento no desporto e na promoção da atividade física, criando por um lado, na componente dos sistemas capacidade de liderança, capacidade de gestão, mais capacitação profissional, mais mobilização de recurso, implementação de ações coordenadas, de modo a aumentar os níveis de atividade física e reduzir o comportamento sedentário. -----

----- No que diz respeito concretamente aos cidadãos, promover de forma mais intensa oportunidades concretas de acesso a espaços e a programas para serem fisicamente ativos, terem práticas mais regulares, quer individualmente, quer em família, quer em comunidade.-----

----- No que diz respeito aos ambientes, criar, recriar e manter os que já existem permitindo acesso equitativo a todos a lugares e a espaços com segurança para poderem praticar regularmente atividade física, ao fim e ao cabo para conseguir ter uma sociedade ativa, aumentando para todos o conhecimento, a compreensão e a valorização dos múltiplos benefícios de ser fisicamente ativo e com uma grande finalidade, sendo aquilo o que Oeiras é, com os níveis de desenvolvimento que atingiu é a única meta que pode ambicionar num plano de largo espectro para uma década de trabalho integrado, coerente, consistente e sistémico na promoção do desporto e da atividade física, que é tão só sermos a população urbana fisicamente mais ativa do País, é mesmo isso que devemos ambicionar e almejar, porque também somos a população urbana do País mais instruída e, portanto, faz todo o sentido que sendo a mais instruída, a mais qualificada e a mais literada, consigamos ser também aquela que é fisicamente mais ativa, porque está ciente da correlação entre a atividade física, a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida. -----

----- Dito isto, de certa forma é um enquadramento político da necessidade de termos um Plano de Desenvolvimento e Inovação na Atividade Física.-----

----- Passo para uma breve apresentação pelo Diretor de Departamento e pela Chefe de Divisão, que tem como objetivo oferecer uma leitura resumida do plano.” -----

----- O **doutor Luís Afonso** referiu o seguinte: -----

-----“A apresentação está a ser partilhada comigo e com a doutora Carla Ribeiro, mas antes gostaria de agradecer ao Senhor Vereador Pedro Patacho e dizer-lhe que é com muito agrado que estou aqui reunido com a doutora Carla Ribeiro e que estamos a apresentar este plano ao final deste tempo de auscultação e de partilha com os demais agentes locais do território e teve a participação ativa, quer dos Serviços da Divisão de Desporto, quer com os demais parceiros no território.-----

-----Agradecer no fundo, este trabalho produtivo e colaborativo que foi desenvolvido nos últimos tempos para a construção deste Plano Municipal de Desenvolvimento e Inovação no Desporto e na Atividade Física.-----

-----Esta apresentação já foi previamente partilhada com os Senhores Vereadores, que têm o documento completo relativamente a este plano de ação, nós vamos fazer como o Senhor Vereador também já disse uma apresentação sumária, eu vou fazer aqui uma apresentação relativamente à vertente mais estratégica, depois passarei à doutora Carla Ribeiro que abordará a questão dos eixos de intervenção operacional deste plano.”-----

-----Sobre o Plano Municipal de Desenvolvimento e Inovação no Desporto e Atividade Física, o **doutor Luís Afonso** e a **doutora Carla Ribeiro** fizeram uma apresentação através da aplicação Webex da Cisco, a qual fica inserida no Salão Nobre Digital.-----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** observou o seguinte:-----

-----“Gostaria de dar um justo agradecimento aos Serviços, aos senhores dirigentes e como a Chefe Divisão disse ao icebergue que está lá atrás de todos os que colaboraram e têm vindo a colaborar neste trabalho e também não queria terminar sem o muito justo agradecimento ao doutor Marco Correia, adjunto deste gabinete que, entre o gabinete e os Serviços foi também fazendo sempre um trabalho muito aturado de acompanhamento da produção deste documento.”

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** frisou no seguinte:-----

-----“Querida agradecer muito as três intervenções que foram feitas para a apresentação do



Câmara Municipal
de Oeiras

Plano que foram bastante claras. -----

----- Gostava só de sublinhar algumas coisas, começando por referir que mesmo esses cinco vírgula dois por cento de pessoas que dizem que não praticam desporto ou não praticam mais desporto porque é caro, eu acho que se chegarmos ao objetivo que zero por cento o digam isso seria espantoso e bom, porque o que interessa é que ninguém fique de fora deste objetivo pelo facto de não ter condições económicas e acho que um dos objetivos que está traçado no plano é, justamente, promover ações que contribuam para diminuir barreiras socioeconómicas, o acesso à prática da atividade física e do desporto, isto para mim é um objetivo bastante importante. -----

----- Eu também não sei exatamente qual foi o universo de inquiridos que levou à apresentação destas conclusões e destas respostas e deste trabalho que foi apresentado, nem sei tão pouco como é que ele se divide do ponto de vista socioeconómico, de qualquer maneira, acho que é importante para traçarmos objetivos que pretendemos. -----

----- Uma outra questão que me suscitou alguma curiosidade tem a ver com o facto de não me ter apercebido quando é que foi feito o inquérito às pessoas. -----

----- Sobre a pergunta onde é que costumam praticar atividade física, a resposta é que foi muito mais no espaço exterior, designadamente, no passeio marítimo, espaços verdes, do que em espaço fechado, mas eu não sei se isto no Inverno terá uma resposta diferenciada daquela que é feita no Verão e não sei também se esta resposta decorre ou não deste período específico que estamos a viver de pandemia, em que os ginásios estão encerrados e as pessoas que frequentam os espaços fechados, são obrigadas a praticar atividade física no exterior, ainda por cima se o fizerem com regularidade e tiverem essa necessidade, obviamente que têm que procurar os espaços abertos. -----

----- Queria procurar compreender a viabilidade destes dados, tendo em conta o período concreto que estamos a viver e a época do ano que também estamos a viver. -----

Por outro lado, também me parece bastante importante o objetivo do fomento do associativismo desportivo. -----

-----Uma outra questão que eu acho que é importante, porque é um grupo etário que acaba sempre por ser esquecido e que são os mais velhos, como seja nos lares e noutros espaços onde as pessoas mais idosas estão e que frequentam, julgo que a importância da atividade física adequada à sua condição física e à sua idade é extraordinariamente importante, não só na componente física, mas também na componente mental, e aquilo que verifiquei foi que no título ou subtítulo do Plano diz qualquer coisa dos não sei quantos anos aos cem e depois no inquérito que nos é apresentado dá dados até aos setenta e quatro anos. -----

-----No fundo só queria fazer um alerta, para que as pessoas mais idosas não fossem esquecidas, mesmo para além dos setenta e quatro anos, na sua necessidade de promoção da atividade física.” -----

-----A **doutora Carla Ribeiro** esclareceu o seguinte: -----

-----“Estamos em sintonia, é uma preocupação que temos e já existe um projeto, no âmbito do CLS - Contrato Local de Segurança para estas igualdades, mas é preciso fazer mais e é isso que se pretende.-----

-----Relativamente ao estudo, far-lhe-ei chegar o roteiro preliminar completo, isto tem questões metodológicas que estão associadas com o inquérito nacional que foi feito e para termos dados comparáveis foi seguida a mesma metodologia que foi utilizada para esse inquérito nacional e, então assim conseguimos comparar dados comparáveis. -----

-----A amostra teve uma dimensão de novecentas pessoas e, na altura, falámos com o GIT - Gabinete de Inteligência Territorial, trabalhámos com eles sobre quais seriam os dados representativos da população e foi feita por género, por idade, por freguesia, uma amostra para cada freguesia estratificada e segundo esses estudiosos uma amostra representativa de qualidade, mas farei chegar assim que tiver o relatório final, porque isto está tudo muito esmiuçado e



Câmara Municipal
de Oeiras

explicado aqui, não quis estar a fazer essa questão.-----

----- Terminando para dizer que, relativamente aos idosos, nós somos dos Municípios que já em mil novecentos e oitenta avançou programas para as pessoas mais velhas e nós temos no Fit Sénior pessoas já com noventa e muitos anos e fomos dos poucos Municípios que não fechou a porta aos idosos durante a pandemia, mantivemos atividades e já conversei com o Senhor Vereador temos condições de retomar já em abril e é extremamente importante.-----

----- Fizemos esta semana uma aula experimental no Centro Madre Maria Clara e temos como objetivo já no próximo ano começar a fazer atividades para as pessoas que estão em lares ou centros de dia, porque são pessoas muito difíceis de aceder, mas da nossa parte nunca serão esquecidos.-----

----- Sobre a data de recolha começámos um pouco antes de novembro, em dezembro parámos por causa das férias e depois veio o confinamento, daí faltar estes valores.-----

----- É possível que haja alguma influência no confinamento nas instalações, mas a verdade, é que está em linha com aquilo que também se vai vendo internacionalmente, é que o espaço público está a ganhar uma propensão cada vez maior, para aquilo que se entende que é um estilo de vida ativo.”-----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** mencionou o seguinte:-----

----- “Só para complementar aquilo que a Chefe de Divisão disse, relativamente ao estudo, nós quisemos dar aqui um gostinho de alguns dados preliminares que já são bastante fiáveis e que dão o panorama do que é que vem aí, mas eu penso que se deve aguardar pelos resultados definitivos do estudo que eles depois serão preparados para serem devidamente apresentados em toda a sua abrangência com todos os detalhes.-----

----- Uma segunda nota, como viram na apresentação, é nosso objetivo que este barómetro se venha a converter num observatório do desporto e da atividade física no nosso Concelho e que este estudo, como a doutora Carla Ribeiro disse e bem, está alinhado com aquilo que são os

indicadores a nível nacional, este estudo que se pretende seja comparável com os indicadores a nível nacional, que nós o repetimos regularmente de X em X anos para irmos monitorando aquilo que é a flutuação dos hábitos dos cidadãos de Oeiras, no que diz respeito ao desporto e à prática da atividade física e depois podermos de forma com maior propriedade, fundamentar aquilo que são também os processos decisórios de tudo aquilo que tem que ver com o desporto e a atividade física, converter isto num instrumento de observação regular periódica.” -----

-----O **Senhor Vereador Carlos Morgado** referiu o seguinte: -----

-----“Gostaria de agradecer ao Vereador Pedro Patacho, ao doutor Luís Afonso e à doutora Carla Ribeiro pela excelente apresentação que nos foi feita, bastante clara, sucinta e objetiva. --- -----

-----O desporto e a atividade física assumem um papel extremamente importante na nossa sociedade. Quer seja a nível profissional ou amador, regular, sistemático ou ocasional, muitas pessoas participam nas diversas atividades físicas e desportivas existentes.-----

-----Para além dos benefícios para a saúde dos praticantes, o desporto desempenha um papel importante tanto ao nível económico como ao nível social, contribuindo para a inserção e integração social.-----

-----Todavia, devem-se fazer mais esforços para explicar às pessoas de diferentes níveis etários o que o desporto e atividade física significam para o seu modo de vida, não só do ponto de vista da sua saúde e capacidade funcional, mas também ao nível das relações sociais. -----

-----As autarquias locais são as instituições que melhor se encontram colocadas para garantir o direito de todos os cidadãos à prática do desporto, já que são, de todas as estruturas do poder, aquelas que mantêm um grau de maior proximidade das necessidades das populações e são quem está mais próximo das pessoas e quem tem maiores facilidades para as escutar. -----

-----Por essa e outras razões, deverão promover, desenvolver e operacionalizar práticas desportivas à medida de cada um, consoante a idade, a condição física, o sexo e a motivação. ----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- As autarquias são, no fundo, as estruturas melhor posicionadas para intervir no chamado “Desporto para Todos”. São estas que deverão ter a responsabilidade e uma visão macroscópica do sistema desportivo local.-----

----- A autarquia deve procurar ter a visão global nas diversas áreas de práticas desportivas, seja no desporto formal ou informal.-----

----- O Município deve desenvolver a adequada promoção desportiva entre os seus cidadãos para assegurar uma maior qualidade de vida, uma população mais sã e cobrir de uma forma eficaz os tempos livres da população.-----

----- As autarquias devem intervir diretamente na dinamização e generalização da prática desportiva, criando programas que contemplem os diferentes níveis de prática, os diferentes grupos sociais e os diferentes escalões etários.-----

----- Deverão ser criadas mais e melhores condições para a prática desportiva, de acordo com as aspirações, motivações e necessidades dos munícipes, com o objetivo principal de aumentar o número de praticantes desportivos.-----

----- Há que dotar o concelho de mais equipamentos e espaços com qualidade, adequados para a prática desportiva e recreativa de todos, sejam crianças, jovens, menos jovens, portadores de deficiência, mulheres e homens. Deve-se continuar a estimular e incentivar a prática do associativismo, proporcionando aos Clubes, Coletividades e a outras entidades que se dedicam à promoção do desporto e atividade física, condições e meios para a melhoria da qualidade e incremento dos serviços que prestam aos cidadãos.-----

----- Vou citar aqui uma pessoa que já esteve ligada a esta Câmara Municipal e que teve uma enorme responsabilidade no maior incremento do desporto e atividade física neste Concelho - Professor José Manuel Constantino. Nos anos noventa, referia que “as autarquias deverão estar atentas à qualidade do desporto praticado, deverão assegurar condições que possibilitem aos cidadãos a prática desportiva de acordo com o respeito pelos valores formativos e educativos e

sempre ao lado da escola pública e do mercado tradicional da oferta desportiva (constituído por clubes e outras entidades privadas). Defendia ainda que o desporto do futuro seria o desporto dos cidadãos. Um desporto construído à medida de cada um, à medida dos sexos, da forma física, das motivações, da promoção da saúde, da defesa do meio ambiente, da solidariedade social, da descoberta da expressão através do movimento, da libertação do corpo, do sentido de aventura, do prazer de jogar, mas também do gosto de competir. Uma prática desportiva que respeite acima de tudo a diversidade e pluralidade de objetivos, de motivações, de gosto e de rendimento. O futuro exigirá um novo associativismo desportivo, caracterizado pela informalidade das relações e uma grande união de interesses dos praticantes, gestores da sua própria atividade. -----

-----Democratizar o acesso e culturalizar a prática serão os grandes desafios que as autarquias terão de enfrentar, para que homens e mulheres, jovens e menos jovens, altos e baixos, grandes e magros, todas e todos, possam exigir dos poderes públicos as respostas políticas e uma melhor qualidade de vida, uma existência feliz, equilibrada e saudável. -----

-----Como é hábito referir-se, o caminho faz-se caminhando. No fundo é isto que tem sido feito, está a ser feito e estou certo que com a concretização deste Plano Municipal de Desenvolvimento e Inovação no Desporto e Atividade Física continuará a ser feito nos próximos dez anos. -- -----

-----É um trabalho árduo de geração em geração.-----

-----Não nos podemos esquecer dos progressos que foram realizados, particularmente, ao longo das últimas três décadas. -----

-----Se, por um lado, ao nível da participação, uma Corrida do Tejo nos anos noventa tinha à volta de mil pessoas, hoje tem dez mil; nos Clubes, com a melhoria das suas infraestruturas, foi crescendo de uma forma relevante o número de atletas; por outro lado, ao nível das infraestruturas este concelho foi-se enriquecendo com a construção de vários pavilhões (nas escolas e nos Clubes), com a construção de novos campos de futebol e melhoria de



Câmara Municipal
de Oeiras

condições dos já existentes, nomeadamente, na colocação de relvados sintéticos, com a construção de piscinas e com a construção do Passeio Marítimo, o qual contribuiu, de forma significativa, para a mudança de hábitos de prática desportiva de muitas pessoas, factos que demonstram bem a crescente adesão das pessoas à prática da atividade física.-----

----- Assim, no sentido de dar continuidade ao trabalho feito até aqui é muito importante que se definam estratégias para o trabalho a realizar nos próximos dez anos, pelo que concordo plenamente com o Plano apresentado e com os seus seis eixos estratégicos: -----

----- Um - Valorizar o desporto e atividade física no contexto escolar - inculcar logo desde cedo nas crianças o gosto pela prática desportiva, fazendo caminhar o desporto ao lado da escola pública. --- -----

----- Dois - Promover o desporto e atividade física para a saúde - a OMS - Organização Mundial de Saúde estima que num país como o nosso em que cinquenta por cento da população seja insuficientemente ativa, exista um custo anual de mil milhões de euros, derivado da inatividade física.-----

----- Três - Fomentar o desporto e atividade física para a coesão social e desenvolvimento social - inserção e integração social. -----

----- Quatro - Potenciar o desporto como atividade turística e económica - tentar captar eventos desportivos de relevância á semelhança, por exemplo, do que acontece com a cultura em que temos o NOS Alive. -----

----- Cinco - Dinamizar o associativismo desportivo - embora tenhamos um tecido associativo bastante sustentado, torna-se fundamental criar mais e melhores condições. -----

----- Seis - Modernizar e aumentar as infraestruturas para o desporto - uma das chaves para a integração do maior número de munícipes na atividade desportiva está na transformação do espaço público, devendo privilegiar-se a proximidade dos equipamentos e dos espaços que facilitam o acesso à prática desportiva; aqui realço algumas obras que se tornarão importantes no

reforço da prática desportiva como, por exemplo, a conclusão do Passeio Marítimo, a construção de corredores pedonais e cicláveis ao longo das ribeiras com ligação ao Passeio Marítimo e equipar os espaços verdes e zonas de lazer com equipamentos de exercício e criar mais circuitos pedonais e cicláveis em várias zonas, como acontece já com alguns troços da ciclovia empresarial que estão a ser bastante utilizados, nomeadamente, nestes últimos tempos, em que o Passeio Marítimo tem estado interdito. -----

-----Finalmente, gostaria de felicitar o Senhor Vereador Pedro Patacho, o doutor Luís Afonso, a doutora Carla Ribeiro e a sua equipa pelo extraordinário documento que elaboraram e que definirá a estratégia desta Câmara Municipal quanto ao desporto e atividade física nos próximos anos.”-----

-----A **Senhora Vereadora Marlene Rodrigues** disse o seguinte:-----

-----“Queria desde já agradecer o trabalho do pelouro do Senhor Vereador Pedro Patacho, bem com do doutor Luís Afonso e da doutora Carla Ribeiro, por este instrumento de trabalho que é muito importante, porque os planos que visam, no fundo, ilustrar uma determinada política têm esta vantagem, que é de integrar já o que existe, por vezes está fragmentado, muitas ações fragmentadas e depois demonstrar aquilo que falta e logo aí isto é um trabalho bastante bom, com um estudo preliminar que foi feito e desde já os meus parabéns e a forma como foi feito e ainda mais porque tem alguns eixos que para mim são fundamentais e um deles é o da inclusão das pessoas, através do desporto. -----

-----A instrumentalidade do desporto, como fator de inclusão é fundamental na minha perspetiva e isso está aqui verdadeiramente patente. -----

-----Uma outra questão que eu aqui considero bastante importante é outra verdade, é que nós nascemos e envelhecemos imediatamente e isso significa que a saúde será tanto melhor em idades mais avançadas, quanto mais cedo e precocemente tivermos hábitos desportivos e de atividade física e neste plano mostra-se claramente essa preocupação de mais precocemente



Câmara Municipal
de Oeiras

possível começar o desporto a atividade física em vários eixos que foram uma aposta e uma aposta fundamental.-----

----- Confesso que não li bem o Plano, mas é o seguinte: a forma da cidade influencia os seus hábitos e neste caso os hábitos de atividade que precisam de diárias para que essa atividade se faça. ---- -----

----- Existe já muita coisa no nosso Concelho, mas uma questão que me ficou aqui a magicar é que, será que este plano para dez anos já tem áreas delimitadas, não apenas para clubes, associações e ginásios, mas para skate, patinagem, bicicleta, andar para além do Passeio Marítimo, houve aqui ou há já algumas áreas delimitadas? -----

----- Mais uma vez os parabéns ao Senhor Vereador Pedro Patacho, à sua equipa, ao doutor Luís Afonso e à doutora Carla Ribeiro e obrigado por este trabalho que eu penso que será a essencial em todas as áreas da nossa Câmara.”-----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** referiu o seguinte: -----

----- “Começar por agradecer ao Senhor Vereador Pedro Patacho, ao doutor Luís Afonso e à doutora Carla Ribeiro o trabalho.-----

----- Algumas questões já foram levantadas, mas também tenho duas pequenas notas mais preocupantes relacionadas com os mais novos e com os mais velhos.-----

----- Relativamente aos mais novos e ao seu enquadramento do ponto de vista da sua formatação como cidadão, com respeito a um conjunto de normas respeitantes aos mais novos em que alguns não vivem nas melhores condições, com famílias destruídas e é preciso trabalhar com essa gente, no sentido de eles entrarem no caminho certo, não só no desporto, mas também à sua forma de estarem na vida e evitar alguns caminhos desviantes -----

----- No que diz respeito a esses jovens, é mais fácil cativá-los para a escola e muitas vezes a escola nem sempre lhes dá as oportunidades, no sentido da motivação com atividades desportivas e com o desporto, porque caso contrário, para muitos desses jovens a escola torna-se

uma chatice se não tiverem alguma coisa agradável que eles próprios gostem de fazer.-----

-----A determinada altura, pensou-se e fez-se uma escola chamada Escola das Profissões do Desporto, porque era a forma de obrigar os meninos a terem que cumprir um conjunto de ensinamentos, nomeadamente o ensino preparatório e o secundário e depois o acesso à universidade e ao mesmo tempo aprendiam uma profissão e também tinham todos os dias horas dedicadas ao desporto e isso é uma motivação e uma forma de prender esse tipo de miúdos. -----

-----Em relação aos mais velhos, mesmo algumas instituições que lidam com pessoas mais idosas é muito mais fácil dopá-los e colocá-los a dormir do que participarem em atividades, há algumas em que se paga caro e ao princípio eram feitas e depois deixou de existir, penso que isso leva a que as pessoas comecem a ter problemas de mobilidade, levantam-se e deitam-se e essa é uma tarefa para as quais é importante que as pessoas possam envelhecer de saúde e bem fisicamente e psicologicamente e é nesse sentido que eu acho que devíamos fazer uma aposta. ---

-----Muitas vezes, o problema desse tipo de atividade nos mais velhos é custar dinheiro e nem sempre as famílias têm mais dinheiro do que aquele que já pagam para lá estarem, dever-se-ia pensar que não é pelo facto de as pessoas não terem dinheiro que não fazem atividade física, era preciso acautelar esta situação, porque é importante que as pessoas envelheçam com saúde e não deitados na cama e sem nenhum tipo de atividade e sem interação. -----

-----É importante tal e qual como queremos tratar do jovem, também queremos tratar das pessoas mais idosas e que todos eles sejam felizes, com saúde e que morram felizes, julgo que isso não é difícil e é isso que se pretende, deixo este apelo, é um percurso que vai ser desenvolvido, no sentido de podermos atingir os objetivos.-----

-----O trabalho está bem feito, não esperaria outra coisa, agora é a sua aplicabilidade e depois motivar e incentivar os diferentes organismos e instituições para que possam desenvolver um desporto ou atividade desportiva.”-----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** observou o seguinte:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Só uma última nota relativamente àquilo que a Senhora Vereadora Marlene Rodrigues e o Senhor Vereador Joaquim Raposo acabarem de dizer.-----

----- A preocupação expressa pela Senhora Vereadora Marlene Rodrigues também é minha e está expressa no documento.-----

----- As ações expressas no plano e foi dito durante a apresentação, são ações que se referem a coisas que estão em curso ou que estão a ser preparadas, o próprio documento é um documento dinâmico e, no âmbito do modelo sistémico de intervenção e dos vários eixos estratégicos e dos objetivos estratégicos que estão definidos, há muito espaço para trabalhar, designadamente aumentar a rede de equipamentos para a prática do desporto e da atividade física enquadrada no eixo estratégico seis, uma das coisas que nos preocupa é aquilo que a Senhora Vereadora Marlene Rodrigues referiu, que é diversificar as infraestruturas e os equipamentos para a prática de desporto e atividade física, mas de verificar os equipamentos e relativamente à sua tipologia também, como a Senhora Vereadora falou, por exemplo, nos skate, na pistas para as BMX, patins, evidentemente, que não podemos ter só pavilhões e campos de futebol, porque há muita modalidade desportiva, muita atividade, para além daquilo que são as modalidades mais praticadas e, além disso, com também vimos os dados que o barómetro está a apontar, apontam para uma grande valorização do espaço público e quando está lá essa ação de aumentar a rede de equipamentos, o que nos preocupa é isso, aumentar a rede de equipamentos, mas diversificando a tipologia de equipamentos para diversificar também as oportunidades.-----

----- Relativamente à nota do Senhor Vereador Joaquim Raposo, essas são também preocupações nossas, estamos alinhados e, é nesse sentido que queremos trabalhar, reforçando aquilo que já se faz, tanto nas áreas para os mais novos como para os mais velhos já fazemos muita coisa, mas como a doutora Carla Ribeiro disse na apresentação há muito caminho para andar e o Senhor Vereador Joaquim Raposo também o disse na sua intervenção.-----

----- A nossa aposta é, sabendo que essas duas áreas são áreas muito importantes e que há

muito caminho para andar, é acelerar o passo e andar.”-----

-----O **Senhor Vereador Armando Soares** referiu o seguinte: -----

-----“Trata-se de uma área que, inevitavelmente teria sempre que fazer algum comentário, porque dá-se a feliz coincidência de à época, sendo eu Presidente de uma associação desportiva criativa e desportiva do nosso Concelho, ter recebido, quer o Senhor Presidente no aniversário dos seus oitenta anos, quer o Senhor Vereador Pedro Patacho nalgumas das nossas iniciativas.---

-----A verdade, é que se há área em que a Câmara Municipal de Oeiras funciona bem e são várias, evidentemente para não dizer todas, esta é precisamente uma daquelas áreas em que as apostas têm sido fortes e têm sido bem conseguidas, mérito não só dos seus funcionários e, evidentemente do Senhor Vereador Pedro Patacho, mas também dos dois dirigentes que aqui tivemos o prazer de escutar. -----

-----Daquilo que conheço e, certamente é partilhado por todos, várias associações desportivas do nosso Município, para não falar das outras áreas, repito, mas esta que estamos neste momento a analisar, sobrevivem fruto de tantas iniciativas de auxílio que têm sido votadas pelo Executivo em sede de reunião da Câmara Municipal.-----

-----Na verdade, se há área também em que o nosso Concelho é conhecido é precisamente por ter espaços dotados para a atividade física, não necessariamente sempre de desporto, mas para poder fazer atividade física e a par de vários hectares que temos em jardins espalhados um pouco por toda a parte e temos também os pavilhões espalhados alguns na parte das associações e outros na gestão da Oeiras Viva, que colabora connosco como entidade empresarial municipal.

-----Saudar este plano, é um Concelho que a par também do que vai seguindo a lógica nacional é um Concelho que vai ficando envelhecido, evidentemente que continua a apostar nas gerações mais novas, mas há que ter uma preocupação particular com os mais velhos. -----

-----A pandemia veio ainda agravar mais aquilo que é a saúde mental e se há forma de a poder tratar, é também com a atividade física com a aposta na mobilidade e, por isso, dizer que



Câmara Municipal
de Oeiras

foi com grande agrado que ouvi este plano que foi apresentado, com a qualidade que já se adivinhava e acreditar que Oeiras continuará na vanguarda também nesta área.”-----

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “São muito importantes todos os comentários que os Senhores Vereadores fazem a propósito deste plano ou deste programa. -----

----- O exercício que estamos sempre aqui a fazer, lamentavelmente nenhum Governo faz a propósito de qualquer política sectorial ou nacional, os decretos-lei chegam ao Governo e são aprovados sectorialmente, cada Ministro apresenta lá as suas coisas, não há tempo para discutir e estou farto de dizer que uma das coisas que faz falta em Portugal é o planeamento a médio e a longo prazo e como sabem, não temos planeamento sectorial em termos nacionais e nesse aspeto sempre dei muita importância ao planeamento estratégico e é por isso que vos queria falar em duas outras questões. -----

----- Habitação, em mil novecentos e oitenta e sete fizemos um programa, um plano estratégico para erradicação das barracas que ia até mil novecentos e noventa e sete.-----

----- Esse plano for revisto em mil novecentos e noventa e três, devido ao PER - Plano Especial de Realojamento, curiosamente, não terminou em noventa e sete, mas terminou em dois e três, teve um atraso de cinco anos. -----

----- Em mil novecentos e oitenta e seis, fizemos um plano, não lhe chamávamos plano estratégico, mas era um plano de construção de quartéis de bombeiros, era preciso fazer sete quartéis de bombeiros, a verdade, é que se planeou e o último vai ser feito agora que é de Oeiras, pode-se dizer que este durou quase trinta anos, pois durou, porque houve vicissitudes várias, designadamente o projeto do quartel dos Bombeiros de Oeiras arrasta-se há para aí seis ou sete anos.-----

----- Ficou definido que Oeiras era o último, porque em oitenta e seis o quartel de Oeiras era um luxo na época, na medida em que havia quartéis que eram uma desgraça, como seja o de

Carnaxide, Algés, Barcarena e este foi ampliado.-----

-----A existência de um plano chame-se estratégico ou que quisermos, tem desde logo uma virtude, que é de vincular a quem tem o poder de decisão de fazer, de monitorizar, etc.-----

-----Nesta matéria do desporto começaria por felicitar a equipa, o Senhor Vereador Pedro Patacho e a equipa que elaborou este plano, porque não podemos dizer que seja um plano novo, ele vai rever tudo aquilo que ao longo dos anos foi feito neste Concelho. -----

-----Lembro que nos finais dos anos oitenta/noventa, Oeiras foi pioneira nesta área do desporto e da atividade física e do desporto para todos, aliás, o Senhor Vereador Carlos Morgado falou nessa questão e também no doutor Constantino que foi o grande “pivot” nessa matéria, mas há duas pessoas que eu gostaria de lembrar com menor dimensão, porque também não tinha grandes meios o Professor Celorico Moreira, sobretudo ao nível do associativismo desportivo teve um papel importante, depois o Vereador Noronha Feio e o Professor Sebastião Cruz. -----

-----Gostaria de lembrar aqui que nos anos oitenta/noventa, ao nível do desporto escolar Oeiras foi mesmo pioneira, porque foram elaborados vários manuais de desporto escolar que eram divulgados por todo o País e fomos dos primeiros municípios a investir no desporto escolar no primeiro ciclo, por outro lado, o conceito do desporto para todos e, hoje em dia, há aí uns palavrões, mas o objetivo é o mesmo. -----

-----As Senhoras Vereadoras Marlene Rodrigues e Heloísa Apolónia que falavam na atividade física para os idosos, a questão de gerontomotricidade era muito falada nos princípios dos anos noventa e associado à saúde também as chamadas Férias em Saúde também foi um programa que nasceu exatamente em Oeiras por volta de mil novecentos e oitenta e sete/oitenta e nove, que se continua a fazer, juntam-se vinte ou trinta idosos uma semana num hotel, normalmente têm algumas indicações respeitante aos hábitos alimentares, à automedicação, mas também a atividade física, o que quer dizer que em Oeiras sempre se apostou muito nesta dimensão do desporto e da atividade física para todos os grupos etários. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O que acontece, é que tudo está muito dependente, por um lado, da existência de espaços, mas também de políticas públicas que não deixem esmorecer o entusiasmo das pessoas e nós para os idosos temos programas de atividade física, natação, ginástica e chegámos a ter mais de mil idosos a terem estas práticas, que com a pandemia houve uma paragem. -----

----- Com ou sem pandemia municipal, basta que a Câmara Municipal afrouxe as suas políticas e os programas que tem em curso para as coisas começarem a decair, porque a criação de hábitos de atividade física, do desporto, dependem em parte da vontade de cada um e da educação da cultura de cada um, mas depois também dependem da disponibilidade dos espaços e das políticas que o Município desenvolve junto do associativismo desportivo e fora dele.-----

----- Há atividade física formal e informal, tudo isto conta de tal maneira que muitas vezes e como o Senhor Vereador Carlos Morgado referiu, que o Passeio Marítimo, por exemplo, é uma espécie de pavilhão ao livre.-----

----- Na verdade, quando abriu a primeira e perante a adesão maciça das pessoas, aquilo que nós questionávamos muitas vezes era onde é que esta gente estava, para onde é que iam antes do Passeio Marítimo. -----

----- Há todo um conjunto de atividades políticas públicas, programas, projetos, equipamentos que são o essencial para que uma população seja mais ativa e, por isso, julgo que este programa ou este plano tem justamente essa virtude, que é de através da formalização do programa vincular a própria Câmara Municipal e as suas estruturas a levar por diante um programa que visa uma população mais saudável. -----

----- Julgo que neste plano é fundamental ter o contributo, particularmente, do associativismo desportivo, podem ter um papel importante de pelo menos sentirem que também participam na sua elaboração e mais facilmente aderirem.-----

----- O programa foi-me apresentado, eu gostei muito, felicito mais uma vez a equipa, mas há um aspeto onde nós com frequência falhamos, que tem a ver com o facto de não termos

associados a estes planos estratégicos, um plano de comunicação adequado, não há que ter pruridos nesta matéria, porque normalmente é assim, se não se divulga, não há, se se divulga excessivamente, está-se a fazer propaganda.-----

-----Ora, o plano de comunicação é fundamental para que aquilo que está à disposição das pessoas chegue, para que elas tenham consciência disso e vou dar o exemplo a propósito do confinamento, desta quase depressão de muita gente que está metida em casa e que está ansiosa por vir para a rua. -----

-----Ao mesmo tempo aparecem pessoas a dizer que há falta de espaço, há falta de espaços verdes, há aí uns fundamentalistas de vez em quando só vêm betão e acusam a Câmara que é só betão, particularmente o Presidente da Câmara. -----

-----A questão é que nós temos espaços de lazer, espaços verdes do ponto de vista convencional ocupamos o primeiro lugar em Portugal e, neste momento, a propósito da pandemia está em preparação uma brochura com os espaços verdes, jardins, parques, etc., que o Concelho tem e muita gente vai ficar surpreendida, porque eu também fiquei, é esmagador a dimensão dos espaços verdes que este Concelho tem. -----

-----Não tenho dúvidas em afirmar que a quinhentos metros de qualquer casa há espaços verdes adequados para as pessoas descomprimirem e no máximo a um quilómetro há grandes equipamentos, grandes espaços verdes, parques etc, com uma dimensão extraordinária.-----

-----Na realidade, aquilo que vamos fazer para os espaços verdes é fundamental fazer, por exemplo, para os equipamentos desportivos, a divulgação é fundamental, para as pessoas terem consciência que muitas vezes têm equipamentos na proximidade das suas casas que podem usar e que muitas vezes não usam, porque não têm conhecimento, não têm informação adequada. -----

-----Por outro lado, talvez porque a Câmara Municipal e julgo que através deste plano podemos lá chegar, é um desafio também para o Serviço de Desporto do Município, agora estamos com um programa de instalação de equipamento de “fitness” um pouco por todo o



Câmara Municipal
de Oeiras

Concelho, nem toda a gente o sabe utilizar e seria fundamental que a Câmara Municipal ao instalar estes equipamentos possa ter um animador desportivo, um professor de Educação Física que seja capaz em determinados momentos, pontualmente, estar presente e dizer às pessoas como é que o equipamento é utilizado, porque isto vai estar um pouco por todo o lado, está a ser instalado no Fórum, vai ser instalado no Parque Urbano de Miraflores e junto ao Mergulho da Baleia, no Passeio Marítimo. -----

----- Há uns anos foi instalado algum equipamento desta natureza, mas era muito desajeitado.-----

----- A propósito de referências que foram feitas aos idosos, não é qualquer equipamento que serve para um idoso fazer exercício, tem que ser algo seguro, que não o desequilibre, tudo isto tem de ser muito cuidado.-----

----- Este programa tem a virtude, de alguma forma, densificar tudo aquilo que tem vindo a ser feito e, sobretudo, constituir um novo arranque, não sei se nós temos dados comparativos de “benchmarking” com outros Municípios à volta de Lisboa, mas era importante saber isso, nós fazemos o levantamento daquilo que são as perceções das pessoas no Concelho, mas julgo que era importante termos uma noção, hoje há muita informação, mas era importante termos uma noção do que é que está a acontecer, particularmente, nos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, porque julgo que se está a fazer muita coisa e era bom sabermos também em que pé estamos da parte do desporto e da atividade física. -----

----- Dito isto, o que é importante é que estes planos são submetidos à Câmara, para cada um dos Senhores Vereadores se pronunciar, temos todo o tempo do mundo para discutir, para sugerir e os planos do Governo só podem ser enriquecidos.-----

----- É fundamental que o Senhor Vereador Pedro Patacho, a doutora Carla Ribeiro e o doutor Luís Afonso tomem bem nota daquilo que todos nós estamos a dizer, porque daqui pode decorrer ainda o aperfeiçoamento do documento.” -----

15- PROPOSTA Nº. 1171/20 - GAP - AFIXAÇÃO DE MENSAGENS DE PROPAGANDA POLÍTICA E ELEITORAL NO CONCELHO DE OEIRAS: -----

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

16 - PROPOSTA Nº. 175/21 - PM - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA A ATIVIDADE DOS GUARDAS-NOTURNOS: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira aos Guardas-noturnos para: -----

-----Aquisição de fardamento, conforme consta da legislação e do Regulamento Municipal, com periodicidade anual, no montante de duzentos e cinquenta euros e que só será atribuído, se o Guarda-noturno tiver exercido a sua atividade por um período de dias/meses, igual ou superior a seis meses no ano anterior, de acordo com a listagem mensal de assiduidade do serviço efetivamente prestado.-----

-----Apoio à mobilidade de viaturas/aquisição de combustível, com periodicidade mensal de cento e setenta euros.-----

-----Que o apoio seja atribuído no mês seguinte à realização da atividade, sendo somente contabilizado para o efeito, os dias em que efetivamente prestou o serviço, isto é, não se contabilizam os dias de férias, doença, entre outras faltas, sejam elas justificáveis ou não.-----

-----Que a atribuição dos apoios financeiros acima referidos, não se constitui como um direito adquirido dos guardas-noturnos do Concelho de Oeiras, ficando a sua atribuição dependente de uma deliberação anual do Executivo Municipal, podendo ser suspensa a qualquer momento.-- -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número sessenta e nove, de dois mil e quinze, de dezasseis de julho, conjugado com a Lei número cento e cinco, de dois mil e quinze, de vinte e cinco de agosto e artigo sexcentésimo trigésimo sétimo, número dois, do Regulamento de Permissões Administrativas.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

17 - PROPOSTA Nº. 176/21 - DPU - ALTERAÇÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 16/1996, EM QUELUZ DE BAIXO:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração do alvará de loteamento número dezasseis, de mil novecentos e noventa e seis, para retificação das áreas dos lotes sessenta e um e sessenta e dois, com o acréscimo de vinte e cinco metros quadrados de área no lote sessenta e um e um decréscimo de vinte e cinco metros quadrados na área do lote sessenta e dois.-----

----- A notificação do requerente.-----

----- A notificação da Conservatória do Registo Predial competente para efeitos de averbamento, que deverá conter a informação dos elementos em que se traduz a alteração.-----

----- Nos termos dos artigos quinto, vigésimo terceiro, número um, alínea a) e vigésimo sétimo, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro.-----

-----Artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea n) e trigésimo terceiro, número um, alínea y), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação dada pela Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto.-----

18 - PROPOSTA Nº. 177/21 - GCAJ - APROVAÇÃO DO PROJETO DO “REGULAMENTO DE GESTÃO DAS PRAIAS DO MUNICÍPIO DE OEIRAS” PARA EFEITOS DE CONSULTA PÚBLICA - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS:-----

-----I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo mencionou o seguinte:-----

-----“Acho muito bem esta transferência, mas temos que acautelar o futuro e como o Senhor Presidente diz é bom que se mentalize estas pessoas que delegam essas competências para estas praias.-----

-----Oeiras tem mais praias e vai ter uma praia da Cruz Quebrada em condições e também vai ter de se reabilitar a praia de Caxias como todos sabemos, daí que, no futuro, além dessas vamos ter que acrescentar esta, pena é que não possa ter mais gestão do que apenas isto, no entanto, é melhor isto do que nada, sendo certo que as Câmaras deviam de ter mais delegações de competências nesta área que esta mera gestão de toldos.-----

-----Há muito mais do que isso seguramente, de qualquer modo, no futuro, temos porta aberta para alterar e reforçar a necessidade do que Oeiras pode fazer das praias, só não falo de Algés, porque já há ali alguns prolemas que é preciso resolver, mas é preciso saber que projeto vai para a frente, não sei se o projeto apresentado pelo Ministério do Mar, e sobre ele tenho algumas reservas, que vá todo para a frente e que em relação a ele não pudessem partilhar o desenvolvimento do mesmo e uma nova adaptação à realidade e aos momentos.-----

-----O planeamento daquela zona é evolutivo, como tal, é preciso um conjunto de intervenções para criar condições para depois podermos fazer o tipo de aproveitamento, nomeadamente da praia de Algés.-----

-----A praia da Cruz Quebrada vai ter condições de funcionar, toda aquela zona já não



Câmara Municipal
de Oeiras

tem os problemas que tinha anteriormente e também em relação à praia de Caxias não se consegue fixar a areia, os molhes estão todos partidos, é preciso fazer uma intervenção e o Senhor Presidente já sabe o que penso sobre esta matéria, inclusivamente há um projeto, condiciono a questão de haver uma intervenção quanto à criação de uma praia na Cruz Quebrada e à reabilitação e recuperação da praia de Caxias.” -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** frisou o seguinte:-----

----- “Pegando nas palavras do Senhor Vereador Joaquim Raposo, dizer que este regulamento não é uma proposta fechada a médio e a longo prazo, até porque a médio e a longo prazo algumas das nossas praias vão ter alguns reajustamentos.-----

----- Já é objetivo estratégico das equipas técnicas dos Serviços Municipais as correções e a valorização constante daquilo que vai ser a praia de Caxias, a praia da Cruz Quebrada, a praia do Dafundo e a praia de Algés, aliás, tem sido motivo constante e reiterado nas reuniões de despacho que faço com o Departamento de Ambiente e com o Departamento de Obras a valorização constante destas praias e é já na próxima época balnear que vai ter o seu início a um de junho, vamos ter a valorização destas praias com um novo equipamento.-----

----- No que respeita à praia de Caxias esta valorização irá acontecer com a consagração daquilo que é o novo troço do Passeio Marítimo de Paço de Arcos a Caxias e aquilo que vai ser a consolidação da praia de Caxias. -----

----- A praia do Dafundo vai ter um novo desempenho já hoje em dia tem, não com a perspetiva balnear, mas com uma estadia de permanência, com uma limpeza constante que fazemos da praia.-----

----- A praia de Algés este ano espero que se inicie uma intervenção ao nível da convenção para proporcionar a introdução de equipamento fitness, equipamento infantil, mobiliário urbano, plantações na praia de forma a proporcionar um melhor usufruto daquele espaço.”--- -----

-----O **Senhor Presidente** acrescentou o seguinte:-----

-----“Quando falamos da praia da Cruz Quebrada estamos a falar de duas praias, uma da margem esquerda e outra da margem direita da ribeira.-----

-----Na margem direita onde se vai desenvolver o Projeto Porto Cruz, está previsto e muitas vezes as pessoas só falam no que querem e só veem o que querem, mas de acordo com esse projeto está previsto triplicar a dimensão da praia da Cruz Quebrada na margem direita. -----

-----Na margem esquerda vamos ter a praia da Cruz Quebrada essa já melhorada, este ano tencionamos já fazer uma intervenção e depois na praia do Dafundo, que são pegadas a montante do Rio do Jamor, estão seguidas e depois segue-se a de Algés, vão existir ali três praias seguidas, a Cruz Quebrada, Dafundo e Algés.-----

-----A última a ter um maior investimento será a de Algés, pela razão de que nós temos que avançar à medida da melhoria da qualidade das águas balneares, não é por acaso que começámos na praia da Torre, desta à praia de Santo Amaro, Paço de Arcos e Caxias sul e norte no Forte de São Bruno, agora avançamos para a Cruz Quebrada e Dafundo.-----

-----Algés, a ideia é criar condições e as pessoas já vão lá à praia e não vale a pena deixar de ver que vão lá, daí ter que se criar condições para ser uma zona de estar, ainda não é uma zona para banhos, é claro que ninguém pode impedir que as pessoas tomem banho, mas devo dizer que está muito melhor hoje a praia de Algés do que no final dos anos oitenta estavam as praias Paço de Arcos, de Santo Amaro ou da Torre, que tinham esgoto a céu aberto a sair ao longo das ribeiras.-----

-----Foi com saneamento básico da Costa do Estoril que se iniciou todo o processo de despoluição das ribeiras e isso implicou trabalhos em grande profundidade de saneamento, particularmente no Concelho de Oeiras, no Concelho da Amadora na parte que vinha para este lado e nos Concelhos de Sintra e Cascais. -----

-----Não bastou instalar o coletor, o intercetor geral de esgotos e depois fazer todo um



Câmara Municipal
de Oeiras

trabalho de saneamento de ligação de coletores, alguns oficiais outros clandestinos que despejavam diretamente para a ribeira e ainda hoje, de vez em quando, há descargas clandestinas que conspurcam as ribeiras e obrigam a que se vá à procura da fonte poluidora, mas houve uma melhoria extraordinária e só isso justifica que a praia da Torre, a praia de Santo Amaro e a praia de Caxias tenham hoje Bandeira Azul e o nosso sonho é que a da Cruz Quebrada possa vir a chegar lá, mas isso vai depender muito dos trabalhos que a montante do rio Tejo sejam feitos, no sentido da despoluição das águas.”-----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Na zona onde desagua a praia de Algés é o território de Lisboa onde existe o mar morto, um fundão onde não há viva alma que viva lá, é preciso descontaminar isso, porque há uma contaminação de há muitos anos e, como tal, não desaparece de um dia para o outro, o mar morto dificilmente fica vivo se não houver intervenção.-----

----- Grande parte de desaguamento para a ribeira vinha de Lisboa, nomeadamente do Bairro da Boavista, durante anos houve problemas, a zona tem um grande fosso, onde não há viva alma naquela zona, como tal é preciso descontaminar, isto em relação a Algés. -----

----- Quanto à Cruz Quebrada, tirando aquilo que vai ser aquele projeto do qual eu sou defensor dentro daquelas condições e das alterações que houver e de acordo com o que eu sempre disse desde que beneficie a população, nomeadamente em relação à praia da Cruz Quebrada e à do Dafundo, que está colada e ao mesmo tempo que haja a tal marina, a piscina olímpica e também uma piscina marítima e ao mesmo tempo que se faça a reabilitação de Caxias. ---- -----

----- Caxias está a perder areia, os pontões estão partidos e é preciso fazer uma intervenção e estou convencido que estas três praias a curto prazo terão condições para ficarem muito melhor e poderem ser utilizadas pela população em geral.-----

----- Este é um documento evolutivo, não só do ponto de vista daquilo que é a questão das

praias, mas também em relação àquilo que deve ser mais competência para as Câmaras Municipais, no âmbito das praias.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o projeto do Regulamento de Gestão das Praias do Município de Oeiras.-----

-----A tabela de taxas e respetiva fundamentação económico-financeira em anexo ao Regulamento.-----

-----Publicar o projeto no Boletim Municipal e no sítio da Internet do Município, acompanhado da respetiva nota justificativa, para efeitos da realização de consulta pública pelo prazo de trinta dias.-----

-----Nos termos da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, concretizada pelo Decreto-Lei número noventa e sete, de dois mil e dezoito, de vinte e sete de novembro e pelo Decreto-Lei número setenta e dois, de dois mil e dezanove, de vinte e oito de maio.-----

-----Alínea k), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigo oitavo, da Lei número cinquenta e três-E, de dois mil e seis, de vinte e nove de dezembro.-----

-----Artigos centésimo e centésimo primeiro, do Código do Procedimento Administrativo.-----

19 - PROPOSTA Nº. 178/21 - DD - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA ESTABELECIDO NO CONTRATO-PROGRAMA Nº. 324/2020, COM A SERUL, NO ÂMBITO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 354/20 - REGULAMENTO DE APOIO AO



Câmara Municipal
de Oeiras

ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO DE OEIRAS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, autorizar a prorrogação do prazo de execução do contrato-programa número trezentos e vinte e quatro, de dois mil e vinte, até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, possibilitando a realização das obras referentes a projeto de arquitetura relativo ao processo de licenciamento das instalações da SERUL - Sociedade de Educação e Recreio os Unidos de Leceia -----

----- A minuta de adenda ao contrato, como instrumento de concretização da prorrogação do contrato-programa número trezentos e vinte e quatro, de dois mil e vinte. -----

----- Nos termos da alínea a), do artigo ducentésimo nonagésimo sétimo, números um e dois, do artigo ducentésimo nonagésimo oitavo e artigo tricentésimo décimo terceiro, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigos vigésimo primeiro e vigésimo oitavo, do Decreto-Lei número quarenta e um, de dois mil e dezanove, de vinte e seis de março. -----

----- Decreto-Lei número dezanove-A, de dois mil e vinte, de trinta de abril. -----

20 - PROPOSTA Nº. 179/21 - DD - CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO - PROJETOS PONTUAIS 2020 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTATUAL: -----

----- Nesta votação não participou o **Senhor Vereador Joaquim Raposo**, devido a ausência momentânea. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Armando Soares e Heloísa

Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a prorrogação do prazo de execução, até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, dos contratos abaixo descritos, possibilitando a realização dos eventos desportivos logo que as causas de suspensão da execução contratual deixem de se verificar: -----

-----Contrato-programa de desenvolvimento desportivo número duzentos e cinquenta e sete, de dois mil e vinte, celebrado com a Academia Equestre João Cardiga, a vinte de maio de dois mil e vinte, o qual tem por objeto a comparticipação financeira à execução do projeto “Special Olympics Equitação”; -----

-----Contrato-programa de desenvolvimento desportivo número quatrocentos e trinta e três, de dois mil e vinte, celebrado com a Associação António Ramalho - Boxing Spirit, IPSS, a catorze de julho de dois mil e vinte, o qual tem por objeto a comparticipação financeira à execução do projeto “Segundo Boxing Spirit powered by WBC (International Boxing Tournament Oeiras Portugal dois mil e vinte)”;-----

-----Contrato-programa de desenvolvimento desportivo número duzentos e setenta e dois, de dois mil e vinte, celebrado com a Associação Desportiva de Carnaxide e Miraflores, a vinte e cinco de maio de dois mil e vinte, o qual tem por objeto a comparticipação financeira à execução do projeto “Vigésima Taça Nacional JSKA-P”;-----

-----Contrato-programa de desenvolvimento desportivo número duzentos e quarenta e quatro, de dois mil e vinte, celebrado com a Associação Desportiva de Oeiras, a quinze de maio de dois mil e vinte, o qual tem por objeto a comparticipação financeira à execução dos projetos “Décimo Torneio Oeiras Capital Portuguesa do Hóquei em Patins” e “Vigésima Quinta Taça Vila de Oeiras”; -----

-----Contrato-programa de desenvolvimento desportivo número seiscentos e vinte e cinco, de dois mil e vinte, celebrado com o Centro de Educação Física e Desportos de Combate, a dezasseis de setembro de dois mil e vinte, o qual tem por objeto a comparticipação financeira à



Câmara Municipal
de Oeiras

execução do projeto “Décimo Campeonato do Mundo de Arte Marciais”; -----
----- Contrato-programa de desenvolvimento desportivo número duzentos e setenta e quatro, de dois mil e vinte, celebrado com o Clube Carnaxide Cultura e Desporto, a vinte e cinco de maio de dois mil e vinte, o qual tem por objeto a comparticipação financeira à execução dos projetos “Espetáculo de Final de Época do Clube Carnaxide Cultura e Desporto” e “Festa de Natal do Clube Carnaxide Cultura e Desporto”;-----
----- Contrato-programa de desenvolvimento desportivo número duzentos e sessenta, de dois mil e vinte, celebrado com o Clube Desportivo de Paço de Arcos, a vinte de maio de dois mil e vinte, o qual tem por objeto a comparticipação financeira à execução do projeto “Quinquagésima Terceira Regata Patrão Lopes”; -----
----- Contrato-programa de desenvolvimento desportivo número trezentos e trinta e quatro, de dois mil e vinte, celebrado com o Clube Kayak-Polo da Barra, a dezasseis de junho de dois mil e vinte, o qual tem por objeto a comparticipação financeira à execução do projeto “Taça Portugal Kayak-Polo”; -----
----- Contrato-programa de desenvolvimento desportivo número duzentos e sessenta e cinco, de dois mil e vinte, celebrado com o Clube Recreativo Leões de Porto Salvo, a vinte e um de maio de dois mil e vinte, o qual tem por objeto a comparticipação financeira à execução dos projetos “Formação de Treinadores Futsal nível um e dois”, “Quinquagésimo aniversário do Clube Recreativo Leões Porto Salvo”, “Nono Torneio de Futsal Infantil dois mil e vinte” e “Torneio de Futsal Feminino Jovem dois mil e vinte”;-----
----- Contrato-programa de desenvolvimento desportivo número duzentos e setenta, de dois mil e vinte, celebrado com o Maratona Clube de Portugal, a vinte e dois de maio de dois mil e vinte, o qual tem por objeto a comparticipação financeira à execução dos projetos “Maratona de Lisboa (Oitava Edição)” e “Meia Maratona Internacional de Lisboa (Trigésima Edição)”-----
----- Contrato-programa de desenvolvimento desportivo número seiscentos e setenta e

oito, de dois mil e vinte, celebrado com o PDAC - Paço de Arcos Clube, a um de outubro de dois mil e vinte, o qual tem por objeto a participação financeira à execução do projeto “Oeiras Valley Basketball International Tournament”; -----

-----Contrato-programa de desenvolvimento desportivo número trezentos e vinte e cinco, de dois mil e vinte, celebrado com a Sociedade de Educação e Recreio “Os Unidos de Leceia”, a doze de junho de dois mil e vinte, o qual tem por objeto a participação financeira à execução do projeto “Quarto Trail Serul - Castro de Leceia”; -----

-----Contrato-programa de desenvolvimento desportivo número duzentos e sessenta e um, de dois mil e vinte, celebrado com a Sociedade de Instrução Musical de Porto Salvo, a vinte de maio de dois mil e vinte, o qual tem por objeto a participação financeira à execução dos projetos “Quarto Torneio SIMPS/dois mil e vinte” e “Vigésimo Quinto Open de Badminton - Oeiras dois mil e vinte”; -----

-----Contrato-programa de desenvolvimento desportivo número duzentos e cinquenta e nove, de dois mil e vinte, celebrado com o Sport Algés e Dafundo, a vinte de maio de dois mil e vinte, o qual tem por objeto a participação financeira à execução dos projetos “Grande Prémio Nuno Delgado - Judo” e “Torneios do Centésimo Quinto Aniversário do Sport Algés e Dafundo”; -----

-----Contrato-programa de desenvolvimento desportivo número trezentos e dezanove, de dois mil e vinte, celebrado com o Sport Ponto Come, a nove de junho de dois mil e vinte, o qual tem por objeto a participação financeira à execução do projeto “Oeiras Trail dois mil e vinte”;-----

-----A adenda aos contratos, a celebrar posteriormente com cada uma das entidades, como instrumento de concretização da prorrogação.-----

-----Nos termos do artigo ducentésimo nonagésimo sétimo, alínea a), artigo ducentésimo nonagésimo oitavo, números um e dois e artigo tricentésimo décimo terceiro, do Decreto-Lei



Câmara Municipal
de Oeiras

número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

21 - PROPOSTA Nº. 180/21 - DPU - LICENCIAMENTO DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO “UNIDADE DE EXECUÇÃO 2”, EM TERCENA - REQUERIMENTOS 11947, 7769/2020 E 22889/2019 APENSOS AO PROCº. Nº. 7/2004: -----

----- I - A **Senhora Vereador Heloísa Apolónia** referiu o seguinte: -----

----- “Para que se perceba, às vezes algumas das questões que a CDU levanta com alguma recorrência, a propósito de situações diferenciadas de algumas propostas que nos são apresentadas e daquele que é um objetivo central para nós no Concelho de Oeiras, porque consideramos que essa talvez seja uma das maiores carências no Concelho de Oeiras, tem a ver com a questão da mobilidade e dos transportes. -----

----- Aqui está um exemplo de uma proposta que nos é apresentada, que implica uma densidade de construção de presença de pessoas e aquilo que nos é apresentado ao nível das alterações de mobilidade, são as acessibilidades rodoviárias com algum pormenor, curiosamente, de modo suave ou ativa a utilização da bicicleta é apresentada no parágrafo onde se fala sobre as zonas de lazer, não se integra a bicicleta como um meio de transporte, verdadeiramente alternativo, mas sim como um fator de lazer e de proporcionar às pessoas condições para a utilização da bicicleta como forma de lazer e, por outro lado, não se fala minimamente da componente do transporte público, ou seja, vamos instalar pessoas numa determinada zona sem que haja a perspetiva de como é que essas pessoas podem ser servidas, através de uma mobilidade coletiva necessária para a sua mobilidade. -----

----- Eu queria só pegar neste exemplo concreto, para exemplificar com algumas das questões que a CDU tem aqui manifestado como preocupação, que é aquela questão do pensamento estrutural sobre todas estas matérias com este objeto central na nossa perspetiva, como eu referi, tendo em conta as carências que o Concelho tem a esse nível e que são justamente os transportes e a mobilidade.” -----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

-----“É a opinião que têm e sobre essa matéria não vou opinar. -----

-----Este assunto de Tercena faz parte daquilo que foi a cedência à CDH de mil e setecentos metros quadrados para habitação e promoção municipal, se nós queremos resolver o problema da habitação no Concelho, também temos que ir resolvendo problemas de zonas que têm todas as condições. -----

-----Fica mesmo ao lado do IC Dezanove, há ali uma pequena fatia de terreno e trata-se de cento e cinquenta e oito fogos, são catorze lotes para habitação coletiva e comércio e ao mesmo tempo lugares de estacionamento. -----

-----Pela primeira vez vejo aqui este tipo de intervenção em habitação e estacionamento dos quais duzentos e trinta e cinco são à superfície e duzentos e quarenta são interiores, houve a preocupação de criar estacionamento no interior e daí a alteração para permitir que não existam carros em cima dos passeios e para que haja a possibilidade de fazer ciclovias. -----

-----Acho que tudo isto faz sentido e não vejo nenhum problema em relação ao que é proposto e também o mesmo tempo vai-lhes permitir resolver aquilo que seria um pequeno conflito, no que diz respeito à Câmara de Sintra, porque este tipo de urbanização também pode provocar algumas perturbações no seu território, uma vez que há ali conflitos uns com os outros. -----

-----No futuro é uma questão que poderá ter todas as condições, nomeadamente na acessibilidade futura, não só ao comboio, mas também a outro meio de transporte que irá levar de Oeiras para Sintra, situação que ao nível de planeamento pode ser acautelada.”-----

-----O **Senhor Presidente** mencionou o seguinte:-----

-----“Gostaria de informar a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia que nós não estamos aqui a aprovar nada, nós estamos apenas a dar andamento a direitos constituídos. -----

-----Trata-se do plano de Tercena, da Sociedade Urbanizadora de Tercena, cujo plano é anterior ao Vinte e Cinco de Abril, mas é no âmbito deste plano, que o Município recebeu os



Câmara Municipal
de Oeiras

terrenos para construir o Mercado de Tercena, para construir o estacionamento que está lá agora em construção, onde está o polidesportivo do Grupo Recreativo de Tercena. -----

----- Eu sei que a CDU com frequência diz que está de acordo com a habitação social, mas nunca está de acordo com a aquisição dos terrenos destinados a habitação social, mas se não há terrenos, não há habitação social.-----

----- Neste caso concreto, além da cedência para construção de habitação social, há cedências num contexto em que vai permitir realizar um parque urbano, que vai desde Tercena até ao Lugar do Bico, uma área com alguns hectares que vai permitir fazer aquilo que Sintra não tem condições de fazer, porque Sintra meteu-nos ali uma grande massa edificada, ocupou aquela língua de terreno que tinha e agora quem vai fazer o jardim é Oeiras, na verdade, se aquela gente quiser ter um espaço verde é Oeiras que lhe vai dar.-----

----- No que toca a transportes, tem transporte coletivo ao lado e até tem o comboio a duzentos metros, se há zonas onde não há problema com o transporte público é ali.-----

----- Não posso deixar de enfatizar isto, sistematicamente, a CDU diz que é a favor da habitação social, mas depois não vota a favor.-----

----- Quando se trata de terreno, a Câmara Municipal só tem duas formas de construir habitação social ou compra os terrenos ou consegue obtê-los mediante cedências dos seus proprietários.-----

----- Como calcula comprar terrenos a preços de mercado a Câmara não conseguia situar-se ao nível da habitação social, porque a habitação social está regulamentada, está tabelada em termos do custo final, se o terreno vai custar mais de metade do que aquilo que é o custo final da construção, não podíamos fazer habitação social.-----

----- O argumento é, nós queremos habitação social, mas vão fazer isso suspenso no ar, não vão fazer em terreno, mas o betão precisa de fundações e elas só podem ser feitas em terreno e não no ar, por enquanto a habitação social não pode ser feita no ar.”-----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** observou o seguinte: -----

-----“Às vezes o Senhor Presidente precipita-se, porque o Senhor Presidente ainda não viu como é que eu vou votar a proposta, apenas alertei para uma questão e peguei neste exemplo só para demonstrar algumas das preocupações que a CDU traz recorrentemente à Câmara, como a necessidade de tornarmos a bicicleta como um meio de transporte alternativo e não apenas de lazer, também é importante essa componente, mas não apenas de lazer e como a necessidade de as zonas de maior densificação, densificarmos também a oferta do transporte público ferroviário de proximidade, mas também rodoviário aos vários pontos do Concelho, era só isso Senhor Presidente, mas por acaso precipitou-se porque até vou votar a favor esta proposta.” -----

-----O **Senhor Presidente** concluiu: -----

-----“Fica registado.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a operação de loteamento designada “Unidade de Execução Dois”, para os terrenos localizados junto à Rua Helena de Aragão, em Tercena, confinantes com o limite norte do Concelho de Oeiras com o Concelho de Sintra, com uma área total de seis vírgula sessenta e dois hectares. ----

-----Comunicar ao requerente. -----

-----Nos termos do número um, alínea a), do artigo vigésimo terceiro, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro, na redação dada pela Lei número cento e dezoito, de dois mil e dezanove, de dezassete de setembro. -----

22 - PROPOSTA Nº. 181/21 - DOM - Pº. 2020/190-DGEP - “PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO À AV. DUQUE DE LOULÉ E DA RUA MANUEL SILVA GAIO, EM LINDA-A-VELHA” - APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS PRELIMINAR E



Câmara Municipal
de Oeiras

**FINAL E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO E. APROVAÇÃO DA MINUTA DO
CONTRATO: -----**

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar os relatórios preliminar e final do júri. -----

----- A adjudicação da proposta para execução da empreitada de obras públicas “Parque de estacionamento junto à Avenida Duque de Loulé e da Rua Manuel Silva Gaio, em Linda-a-Velha”, do concorrente Oliveiras, Sociedade Anónima, pelo valor de trezentos e oitenta e sete mil setecentos e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento, e com o prazo de execução de cento e oitenta dias. -----

----- A minuta do contrato. -----

----- Nos termos dos artigos septuagésimo sexto, número um, septuagésimo sétimo, números um e dois e centésimo quadragésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos e ainda prevista nos artigos vigésimo terceiro e trigésimo terceiro, número um, alínea f) e alínea bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho (“ex-vi” do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos). -----

23 - PROPOSTA Nº. 182/21 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE “REMODELAÇÃO/EXECUÇÃO DE CAIXAS E INSTALAÇÃO DE TUBAGEM E ACESSÓRIOS EM VÁRIOS LOCAIS DE CONSUMO, NO CONCELHO DA AMADORA - ANOS 2021 A 2024”: -----

-----I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** aludiu o seguinte: -----

-----“O valor desta empreitada é de duzentos e nove mil novecentos e dez euros, vem à Câmara para ratificar a decisão do Conselho de Administração, a decisão é de oito de março, o critério de adjudicação proposto é do preço quarenta por cento e valia técnica sessenta por cento, há alguma coisa tão específica para que a valia técnica seja sessenta por cento? Trata-se de fornecimento, são pequenas roturas de caixas, tampas e estamos a classificar isto como sessenta/quarenta, ou seja, o preço quarenta e a valia técnica sessenta. -----

-----Em situações idênticas, geralmente, não é isto que se costuma fazer. -----

-----A seguir temos uma proposta, que está a cinquenta/cinquenta.-----

-----Há uma proposta que tem trinta/setenta e estou de acordo, porque é uma questão específica, tecnicamente complicada e específica, como é a situação do Palácio, aí justifica-se, como também no Palácio dos Anjos também se justifica, neste caso, não me parece que se justifique esta diferença tão grande na valia técnica em relação ao preço.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

-----“Às vezes para falarmos sobre as propostas que são submetidas, também temos de perceber e enquadrá-las face ao histórico e também para responder à argumentação aduzida pelo Senhor Vereador Joaquim Raposo.-----

-----Estamos a falar de um concurso generalista de redes e estamos a fazer para os anos dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e quatro, grosso modo três anos.-----

-----O histórico é o procedimento para um ano que teve um preço base de setenta mil euros adjudicado por sessenta e três mil euros a uma determinada empresa, em que o preço e a valia técnica foram cinquenta/cinquenta.-----

-----Neste procedimento estamos a dar o maior peso e preponderância à valia técnica, passou de cinquenta/cinquenta para quarenta/sessenta eu não sei esclarecer o porquê e a razão deste procedimento ter tido esta alteração, mas eu penso que esteja em linha o arquiteto Romano



Câmara Municipal
de Oeiras

de Castro ao qual peço os esclarecimentos sobre a alteração entre o procedimento anterior e o atual procedimento.”-----

----- O **arquiteto Romano de Castro** esclareceu o seguinte:-----

----- “O que ficou decidido em reunião de técnicos nos SIMAS e também proposto pelo Conselho de Administração, é que uma vez que o concurso tem um prazo mais dilatado no tempo, enveredámos pela solução de termos propostas que tivessem três anos e com um preço e uma expressão financeira maior, neste contexto, achámos que seria interessante poder ensaiar, é verdade que é ensaiar, uma solução de avaliação de propostas que fossem diferentes daquela que já tínhamos tido anteriormente para podermos avaliar o resultado do mercado da forma como se apresenta a estas empreitadas por todas as questões que a Senhora Vereadora sabe, daí a razão destes quarenta/sessenta.”-----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Não estou convencido da bondade.”-----

----- O **arquiteto Romano de Castro** referiu o seguinte: -----

----- “É uma iniciativa que tem esta bondade, podemos avaliar a qualidade técnica das propostas.” -----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** frisou o seguinte: -----

----- “Podemos avaliar se isso resultou, do ponto de vista daquilo que foi a alteração do sistema de funcionamento dos concursos.-----

----- Vamos ver.” -----

----- O **Senhor Presidente** aludiu o seguinte:-----

----- “Foi um assunto que foi aprovado no Conselho de Administração, mas depois de ter ouvido o Senhor Vereador Joaquim Raposo também não estou muito convencido, porque não se trata de obra de grande, é de válvulas e armários onde se colocam os contadores.-----

----- Também não me parece devidamente justificada a apreciação que o arquiteto

Romano de Castro fez, tem que haver um argumento mais sólido, o porquê da valia técnica neste caso que não tem complexidade à primeira vista de sessenta por cento. -----

-----Quando se valoriza mais a valia técnica relativamente ao preço tem-se em conta, normalmente, a complexidade da obra, do trabalho que não permita de, alguma forma, criar condições para o adjudicatário fazer o trabalho com segurança, com mais qualidade, comparativamente com outros concorrentes, neste caso também me parece que não é muito convincente, ou seja, não me parece que este seja o melhor exemplo, em que se justifique esta diferenciação passar de cinquenta/cinquenta para quarenta/sessenta.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** observou o seguinte: -----

-----Não, não Senhor Presidente.”-----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

-----Nenhum de nós está convencido, então, julgo que é preferível alterar-se, se estiverem de acordo alteramos já para cinquenta/cinquenta.” -----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

-----“Só há um pequeno problema, a proposta que aprovarem aqui tem que ser a proposta que vão aprovar na Câmara da Amadora.”-----

-----O **Senhor Presidente** observou o seguinte: -----

-----“Tem que ir outra vez ao Conselho de Administração. -----

-----Retiramos a proposta, volta ao Conselho de Administração e depois vê-se como é, estas diferenças devem ser em função da complexidade, devidamente justificado, não podem ser um ensaio ou um exercício numa coisa destas, a proposta foi retirada, mas há uma empresa a quem foi adjudicada, a valia técnica agora até podia servir para continuar a ser a mesma empresa.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

-----“Isso permite uma maior subjetividade, mas também se pode dar maior peso à



Câmara Municipal
de Oeiras

qualidade dos serviços prestados.” -----

----- O **Senhor Presidente** salientou o seguinte:-----

----- “Isto não tem grande complexidade, a proposta é retirada e é avaliada amanhã no Conselho de Administração.” -----

----- II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da agenda. -----

24 - PROPOSTA Nº. 183/21 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA EXECUÇÃO DE “EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO INTERIOR DE AMBAS AS CÉLULAS DO RESERVATÓRIO DO TORNEIRO, EM OEIRAS, E OUTROS TRABALHOS GENERALISTAS EM OUTRAS INSTALAÇÕES”: -----

----- I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** referiu o seguinte:-----

----- “Trata-se de um concurso público de empreitada e reabilitação do interior das células do reservatório do Torneiro, em Oeiras e aqui está cinquenta/cinquenta, até é um contraditório.” -

----- O **Senhor Presidente** salientou o seguinte:-----

----- “Nas propostas que vêm a seguir, está o argumento para não haver a valorização da valia técnica, estamos a falar de duzentos e tal mil euros, quando há empreitadas de milhões em que é cinquenta/cinquenta e, aí sim, há mais complexidade.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de oito de março de dois mil e vinte e um, na qual aprovou a abertura de procedimento por concurso público para execução de “Empreitada de Reabilitação do interior de ambas as células do Reservatório do Torneiro, em Oeiras, e outros trabalhos generalistas em outras instalações”, pelo preço base de cento e oitenta

e cinco mil e quinhentos euros, acrescido de IVA, valor a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante, montante este proposto para preço base do procedimento, a executar no prazo máximo de cento e vinte dias, prevendo-se que a obra decorra no decurso de dois mil e vinte e um, devendo a verba ser repartida para fins cabimentais nos seguintes termos:-----

-----Ano de dois mil e vinte e um - GOP zero dois ponto zero um ponto um dois um ponto um ponto um-mil duzentos e quatro - cento e sessenta e cinco mil e quinhentos euro e ano de dois mil e vinte e um - GOP zero dois ponto zero um ponto um dois três ponto um ponto um - mil duzentos e quatro - vinte mil euros. -----

-----Nomeou o júri do concurso e delegou-lhe competências legalmente admitidas para a prática dos atos inerentes ao procedimento, no âmbito da abertura das propostas, elaboração de relatório preliminar e final a que haja lugar, sendo que o primeiro dos vogais efetivos substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos; -----

-----As peças do procedimento.-----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro;-----

-----Artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho;-----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro; -----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

25 - PROPOSTA Nº. 184/21 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO, PARA A EXECUÇÃO DA EMPREITADA DE REPARAÇÃO DE ROTURAS NA REDE E RAMAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO CONCELHO DA AMADORA - ANOS DE 2021 A 2024: -----

-----I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo frisou o seguinte:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “São quatrocentos e setenta e nove mil euros, mais IVA, de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e quatro e lá estão os quarenta/sessenta, não compreendo, não vejo qual é a explicação técnica.”-----

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Anteriormente estas empreitadas eram de menor dimensão e por um ano, entretanto, resolvemos aumentar para três anos e pergunto era cinquenta/cinquenta?”-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** respondeu o seguinte: -----

----- “O último procedimento era cinquenta/cinquenta.”-----

----- O **Senhor Presidente** observou o seguinte: -----

----- “Se era assim, eu estou de acordo com o Senhor Vereador Joaquim Raposo, o Conselho de Administração tem que ter a explicação técnica, porque é que antes era cinquenta/cinquenta e agora passa para quarenta/sessenta.”-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** esclareceu o seguinte: -----

----- “Aumentámos o horizonte temporal e a verba, mas o termo de adjudicação face ao último procedimento alterou-se.”-----

----- O **Senhor Presidente** frisou o seguinte: -----

----- “Isto pode dar azo a interpretações incorretas, portanto, esta proposta também é retirada, aliás, todas as que tiverem quarenta/sessenta e não esteja devidamente explicado são retiradas.”-----

----- II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da agenda. -----

26 - PROPOSTA N.º. 185/21 - SIMAS - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À HIGIENE E LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES DOS SIMAS DE OEIRAS E AMADORA PARA OS ANOS DE 2018 A 2020 -- REPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO, EM

**FUNÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÍNIMA MENSAL GARANTIDA /
REVISÃO DO PREÇO CONTRATUAL:-----**

-----I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----

-----“Trata-se de uma proposta que tem que ver com o aumento do salário mínimo. -----

-----A proposta foi votada na reunião em oito de março do Conselho de Administração, o cabimento da proposta só foi feito no dia dezasseis de março, ou seja, é bom que se tenha atenção à questão dos cabimentos, porque acabaram por votar, na altura, uma proposta que não estava previamente cabimentada, só o foi à posterior no dia dezasseis.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de oito de março de dois mil e vinte e um, na qual aprovou a revisão do preço, para reposição do equilíbrio financeiro do contrato celebrado com a empresa “Euromex - Facility Services, Limitada”, no âmbito do contrato de prestação de serviços destinados à higiene e limpeza das instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora para os anos de dois mil e dezoito a dois mil e vinte (Concurso público vinte, de dois mil e dezoito), em função da atualização da Remuneração Mínima Mensal Garantida ocorrida nos anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte” e, conseqüentemente, o pagamento à empresa adjudicatária, “Euromex - Facility Services, Limitada”, a título de revisão do preço contratual, da quantia global de vinte e quatro mil seiscientos e quarenta e quatro euros e trinta cêntimos, acrescido de IVA”. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro;-----

-----Artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e



Câmara Municipal
de Oeiras

nove, de oito de junho; -----
----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro; -----
----- Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

27 - PROPOSTA Nº. 186/21 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA A EMPREITADA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO “TEMPLO DA ÁGUA”, NO CONCELHO DE OEIRAS: -----

----- I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo disse o seguinte: -----

----- “Eu digo aquilo que penso e a vida é como é. -----

----- Em relação ao Templo da Água tive a oportunidade de ler a proposta em tempos e na altura pedi que fosse retirada e disse que havia um conjunto de prioridades para além do Templo da Água e tive razão porque falta substituir cem quilómetros de condutas da água, que continua em fibrocimento. -----

----- A nível das questões ambientais e de impacto para as pessoas, é preciso acabar com a questão do fibrocimento, por isso era muito mais prioritário do que fazer esta obra, não quer dizer que esta obra não tenha que ser feita. -----

----- A segunda prioridade é a questão dos contadores, também houve aqui um descuido em relação às prioridades, como todos sabemos, os contadores deixam de ter fugas. -----

----- As fugas provocam que haja calibragem a mais ou a menos e tudo isto era evitado e, por isso, há aqui uma questão que eu gostaria também de dizer, não sendo contra o Templo da Água, porque sei que em relação ao outro Município há outra coisa que escolheram, se perguntarem por que razão não sei responder, porque é relacionado com floresta, enfim, se calhar por ter falta de floresta, pode ser que seja por isso. -----

----- Há uma coisa que eu gostaria de saber, ou seja, o projeto foi aprovado no dia catorze

de janeiro, eu gostaria de ter visto o projeto, pelo menos uma parte do projeto para ter uma visão do mesmo. -----

-----Estar a aprovar uma obra de cinco milhões duzentos e sessenta mil euros sem ver o projeto, é um pouco contrário à minha maneira de estar e de ver as coisas. -----

-----Acho que houve tempo suficiente de catorze de janeiro até agora de terem colocado o projeto à disposição dos Vereadores para se olhar para ele. -----

-----Eu até podia dizer que é ótimo, que é uma grande peça de arte, mas não o vi, não sei que projeto é. -----

-----Eu sou muito tolerante, mas é tolerância a mais.” -----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte: -----

-----“Peço desculpa, porque eu perdi praticamente a intervenção toda do Senhor Vereador Joaquim Raposo, uma vez que tive um problema na ligação à internet e poderei repetir o que já foi dito. -----

-----Eu gostava, fundamentalmente, de saber o que é o Templo da Água, como é que vai funcionar, para que é que vai servir exatamente, quem é que vai gerir a sua utilização, enfim, todo um conjunto de questões, porque há uma carência de informação relativamente a esta matéria. -----

-----Outra questão que se coloca tem a ver com o valor desta obra, que é bastante avultado e gostaria de saber também se não existem outras prioridades de intervenção que não esta, neste momento, especialmente neste momento que estamos a viver onde as exigências das fragilidades económicas e sociais são bastante elevadas. -----

-----Não se pode considerar outro tipo de apoios, designadamente na fatura da água às famílias? -- -----

-----Não há prioridades na manutenção e na regeneração da rede de abastecimento? -----

-----Não há prioridades na realização de obra para melhorar o uso eficiente da água no



Câmara Municipal
de Oeiras

Concelho de Oeiras?-----

----- Aí Oeiras podia ser pioneira relativamente ao resto do País, no sentido do aproveitamento das águas pluviais, ou outro tipo de água reutilizada, para não utilização de água da rede para determinados usos que não necessitariam de água da rede para a sua realização. -----

----- No fundo queria toda a contextualização desta grande e avultada obra, tendo em conta ainda todas estas carências relativamente à matéria de água, do abastecimento e do uso eficiente da água.”-----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Nem sempre posso estar de acordo com aquilo que dizem os Senhores Vereadores, porque também tenho direito à discordância. -----

----- Eu estou um bocadinho cansado de uma argumentação que é usada com frequência, não se invista aí, porque há outras prioridades, temos que investir noutra sítio, então nunca é oportuno fazer-se. -----

----- Para a oposição deste Concelho, o edifício administrativo da Câmara nunca foi uma prioridade e então em período de campanhas eleitorais, dizem sempre que é um desperdício. Dizem que os funcionários estão mal instalados, mas continuam mal instalados. -----

----- Há aqui alguma demagogia da forma como se analisam estas situações.-----

----- Por um lado, passa-se “a mão no pelo dos funcionários” dizendo que realmente é preciso, porque quando subimos para o Planeamento tem que ser um de cada vez, que não dá para cruzar sequer, mas nunca é oportuno fazer esse tipo de investimento e vêm com a história de outras prioridades.-----

----- Sobre a eliminação do fibrocimento das redes de água nos Concelhos de Oeiras e Amadora, vão ser os primeiros Municípios em Portugal livres de fibrocimento.-----

----- Havia um Plano Estratégico que ia até dois mil e trinta e cinco e que este Conselho de Administração antecipou para dois mil e vinte e cinco, haja capacidade para o fazer, estamos a

disponibilizar todos os meios para que até dois mil e vinte e cinco se faça. -----

-----Relativamente aos apoios na fatura da água, quero dizer que a água em Oeiras e Amadora é mais barata, com exceção de Lisboa, do que na maior parte dos outros Concelhos.----

-----Apoios às famílias, a Câmara Municipal está a pagar a água, está a apagar a luz às famílias que têm necessidade, portanto, a nossa prioridade são as pessoas, obviamente que há edificações a fazer.-----

-----Até fico surpreendido que a Senhora Vereadora Heloísa Apolónia sendo uma ambientalista com um diploma ponha em causa um investimento desta natureza, porque isto tem a designação Templo da Água, porque acima está o Templo da Poesia e pensou-se associar o nome. -----

-----Na realidade estamos a falar de um Centro de Interpretação Ambiental da Água e vai ser feito um Centro de Interpretação Ambiental dos Resíduos e Água, uma coisa já mais genérica, da Amadora.” -----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** interrompeu para dizer o seguinte: -----

-----“Penso que o da Amadora é sobre a floresta, é mesmo adequado!”-----

-----O **Senhor Presidente** prosseguiu: -----

-----“Tem outra diversidade, mas é um Centro de Interpretação Ambiental também e aqui é o Centro de Interpretação da Água, por onde irão passar todos os meninos das escolas deste Concelho, e não só, deste País. -----

-----É um Centro de Formação Educativo de Interpretação Ambiental, para os problemas da água.-----

-----Toda a gente fala na escassez da água e a Senhora Vereadora falou no problema das águas pluviais e da utilização de água para regas, de reciclagem da água, da importância da poupança de água, a escassez da água do planeta, o problema da água na agricultura, o degelo do Ártico e Antártico e por aí fora e este Centro da Interpretação da Água vai ter isso tudo, visa



Câmara Municipal
de Oeiras

justamente educar, sensibilizar as pessoas para a problemática da água. -----
----- A educação é supérflua? -----
----- A educação não é prioritária? -----
----- O que estamos a falar é de educação e cultura, portanto, este investimento é fundamental para o próprio ciclo de desenvolvimento que estamos a viver e investir neste edifício é o mesmo que estarmos a construir uma nova escola. -----
----- Também vamos fazer novas escolas. Vamos fazer uma em Porto Salvo, já está a ser demolida a escola Custódia Marques, vai nascer o novo complexo escolar em Porto Salvo, curiosamente com uma novidade, vai ser a primeira escola que vai ter um estacionamento por baixo, com cerca de duzentos lugares, porque o terreno permite fazer isso, para resolver o problema do estacionamento do Bairro Autoconstrução. -----
----- Vamos arrancar também com completo desportivo/escolar em Linda-a-Velha, mais duas creches, uma Queijas e outra em Vila Fria, estão a ser feitos os projetos, portanto, este equipamento Senhores Vereadores é um equipamento educativo, faz parte do nosso projeto educativo, não vai confluir em nada com aquilo que são as prioridades nas pessoas, aliás, este investimento é nas pessoas. -----
----- Quem é que vai gerir o Templo da Água? -----
----- Os próprios Serviços Intermunicipalizados de Oeiras e Amadora, que naturalmente irão ter a gestão dos dois equipamentos, quer do Centro de Interpretação da Amadora, quer do Centro de Interpretação de Oeiras. -----
----- Estar aqui Templo da Água é um eufemismo, porque na realidade, é um Centro de Ciência e Interpretação Ambiental da Água. -----
----- O Senhor Vereador Joaquim Raposo falou da questão de não conhecer o projeto. -----
----- Este projeto já foi apresentado à Câmara. -----
----- Eu compreendo que o Vereador Joaquim Raposo fale nisso, porque às vezes há

projetos que são malditos, este projeto já vem de dois mil e cinco. Por acaso, o edifício da Câmara foi de mil novecentos e noventa e quatro.-----

-----Estes projetos estiveram parados entre dois mil e treze e dois mil e dezassete e foi neste mandato que foram retomados, o projeto estava pronto, em dois mil e treze o projeto estava concluído para ser aberto o concurso e foi apresentado à Câmara Municipal no mandato anterior aos Vereadores, até tive no meu gabinete mais de um ano os painéis do Centro de Interpretação Ambiental da Água, de resto, julgo que usámos numa exposição que foi feita no Templo da Poesia. -----

-----Eu sou sensível ao que disse o Vereador Joaquim Raposo e podemos adiar esta proposta para a próxima reunião para ser feita uma apresentação do projeto e vai ser votado nessa altura, não vejo nenhum problema, acho que todos os Vereadores têm o direito de conhecer o projeto. -----

-----Pensava que já tinha sido apresentado, mas foi apresentado na Câmara anterior, não foi nesta, é o problema de os projetos arrastarem-se por muito tempo.-----

-----O mérito que este Executivo tem é pôr a andar uma quantidade de coisas que estavam paradas, por exemplo, os edifícios da Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés, ninguém acreditava que era possível, fizemos a escritura na semana passada de mais um edifício onde está a Serralharia Mecânica, falta agora o edifício dos Mármore, portanto, fechando o negócio dos Mármore limpamos toda aquela Avenida. -----

-----Na Rua Ator António Pinheiro durante mais de vinte anos se andou a discutir o acesso a Vila Fria, está resolvido. -----

-----O Palácio Restani andamos durante trinta anos a discutir, está resolvido. -----

-----Este mandato tem-se caracterizado por resolver uma série de situações e de problemas que estavam empencados. -----

-----Tenho que fazer um louvor à arquiteta Antónia Lima, ao Gabinete Jurídico, ao



Câmara Municipal
de Oeiras

Planeamento, porque têm sido incansáveis nestas negociações todas, começámos com a Praça de Touros logo no início do mandato e foi por aí fora, porque havia uma série de projetos encalhados e fiquem tranquilos, porque o SATUO e o Centro de Congressos também vão ser desencalhados, eu espero que ainda seja neste mandato que praticamente tudo isto fique desencalhado e este Executivo tem o mérito de desencalhar isto tudo.”-----

----- A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte:-----

----- “Há só uma questão lateral, o SATUO quase de certeza que não vai ser neste mandato, aquilo está mesmo muito encalhado.-----

----- O Senhor Presidente toma sempre tudo aquilo que nós dizemos como uma provocação, e eu acho que não deve fazê-lo, porque eu não disse se era importante, ou se deixava de ser importante, aquilo que eu lhe disse foi que não tinha informação sobre um conjunto de dados essenciais a esta proposta e pedi ao Senhor Presidente para contextualizar e para explicar aquilo que é a proposta e, nesse sentido, concordo perfeitamente em adiarmos a proposta e que haja uma apresentação formal a este Executivo, que é ele que vai votar, de modo a que nós possamos perceber exatamente o que é.-----

----- Quando eu pergunto quem é que vai gerir este equipamento, aquilo que o Senhor Presidente me responde é que vai, em princípio, ser esta entidade e essa expressão «em princípio», não me descansa nem me informa, como é evidente.-----

----- Nós precisamos de ter certezas sobre aquilo que estamos a aprovar.-----

----- Também teria ficado mais descansada se o Senhor Presidente tivesse dito que na questão das prioridades, há coisas essenciais que nunca deixarão de ser feitas, mas eu reparei que o Senhor Presidente deu um conjunto de exemplos, mas nunca falou da questão do uso eficiente da água, eu quero-lhe dizer uma coisa, é justamente como ecologista, que se me puserem algumas coisas à frente sobre o que é que é prioritário na gestão da água, neste momento, em que nos confrontamos seriamente com o problema das alterações climáticas, que alguns consideram

que é apenas uma questão semântica, outros consideram que é um problema real, eu digo, Senhor Presidente, a prioridade das prioridades é o uso eficiente da água, não descuro nas matérias da Educação, na necessidade da sensibilização, na necessidade do conhecimento, mas não tenha dúvidas, o uso eficiente da água é uma prioridade e Oeiras podia ser pioneira nessa matéria e não está a ser. -- -----

-----Agradeço o adiamento da proposta e a possibilidade da sua apresentação em futura reunião.”-----

-----O **Senhor Presidente** observou o seguinte: -----

-----“Eu quero dizer à Senhora Vereadora que o desconhecimento da realidade a leva a fazer afirmações que não tem conexão com a nossa realidade. -----

-----O uso eficiente da água em dois mil e treze já Oeiras tinha o maior índice de uso eficiente da água e tinha a mais baixa taxa de perdas do País. -----

-----O uso eficiente da água, por exemplo, é não ter perdas de água, entre outras coisas e Oeiras já tinha em dois mil treze a mais baixa taxa de perdas do País. -----

-----Depois por razões várias e algumas circunstâncias terão contribuído, neste momento, estamos a tentar retomar essa situação e quando nós dizemos: vamos substituir todas as redes de fibrocimento até dois mil e vinte e cinco, além da substituição das redes não só de fibrocimento, mas também de PVC, já vamos substituir algumas que estão obsoletas, etc., tudo isso é uso eficiente da água.-----

-----É evidente que quando temos o sistema Neptuno, a Senhora pode-se rir, mas quero dizer que nesta Câmara a Senhora não dá lição nenhuma, tudo o que são propostas suas já fazemos há anos, os ambientalistas deste País andam todos atrasados em relação a Oeiras.”-----

-----A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** disse o seguinte: -----

-----“Não é verdade” -----

-----Volveu o **Senhor Presidente**: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Apresente uma proposta que seja inovadora, se for uma proposta inovadora nós fazemos, se apresentar uma proposta que ainda não se faça em Oeiras, eu tiro-lhe o chapéu.-----

----- O Sistema Neptuno visa um uso eficiente da água.-----

----- A Senhora Vereadora não sabe nada de Oeiras e é uma pena, eu tenho muita consideração pela Senhora Vereadora, o problema é quando não se sabe calamos, não se dizem disparates. -----

----- O Sistema Neptuno visa regar as áreas verdes do Concelho de acordo com a necessidade da espécie e em vez de estar a desperdiçar água a regar quando chove, porque nós temos um sistema em alguns dos nossos espaços e estamos a alargar a mais, só rega aquilo que é necessário para garantir a subsistência das espécies.-----

----- Isto é uso eficiente da água. -----

----- Não podemos fazer aquilo que alguns dizem, vamos fazer a reciclagem do esgoto. Cascais pode fazer porque o esgoto vai todo para Cascais.- -----

----- Está a ver o que era fazer condutas de Cascais para reverter para Oeiras para regar, por exemplo, o Parque dos Poetas, íamos investir milhões de euros a fazer uma conduta de água com um sistema de bombagem de Cascais para Oeiras.-----

----- Claro que Cascais pode utilizar e hoje há tecnologia que o permita e pode utilizar as águas residuais na rega de campos de golfe, portanto, nós temos de ser realistas, quando se fala em uso eficiente da água temos de dizer muito bem em quê e como. -----

----- Tudo o que a Senhora Vereadora diga a este Executivo e a esta Câmara que é preciso fazer, nós fazemos, tem de ser novidade.-----

----- Em Oeiras não falta nada a ninguém, eu reafirmo que esta Câmara Municipal, mesmo neste contexto de pandemia não falta com nada a ninguém e se alguém tiver a ousadia de dizer que falta, que denuncie a sua situação, portanto, que fique muito claro a política da Câmara é apoiar todas as pessoas que precisam, nós apoiamos as pessoas, apoiamos as instituições e até

apoiamos o Governo.-----

-----O Governo recebeu um grande apoio nosso. -----

-----Ainda há dias recebi um pedido de uma ambulância para o Hospital São Francisco Xavier, cinquenta e cinco mil euros por uma ambulância para o Hospital, porque não tem dinheiro. --- -----

-----Esta coisa de ser contra por ser e procurar minorizar, Senhora Vereadora, isso tenho que rejeitar, as políticas deste Concelho, em matéria ambiental e ao nível da água, faz tudo o que é necessário para uso eficiente da água, agora se a Senhora Vereadora tem propostas que apresente, porque é curioso que está aqui há anos e ainda não apresentou uma única proposta para o uso eficiente da água, se apresentou não a vi. -----

-----Nestas coisas não vale a pena a retórica, porque retórica todos temos, falar de coisas abstratas todos falamos, agora há aqui uma proposta concreta que o Município deve levar por diante e vocês já me conhecem todos e sabem muito bem que eu não tenho nessa matéria nenhum preconceito, qualquer Vereador seja de que partido for, apresenta uma proposta, se a proposta é boa eu não quero levar por diante só propostas minhas. -----

-----Há dias até achei piada, porque alguém da Assembleia Municipal disse que eu me tinha apropriado de uma ideia de um partido, claro que eu aproprio, se o Vereador Joaquim Raposo ou a Vereadora Heloísa Apolónia apresentarem no vosso programa eleitoral uma ideia boa, é claro que me aproprio. -----

-----Que fique claro, não basta ditar para a ata estas coisas, de ambientalistas, alterações climáticas, etc., dá a impressão que nós estamos todos contra esta coisa, não é assim, de facto, Oeiras tem um historial. -----

-----Eu não sei se sabe que o primeiro Município a fazer reciclagem, foi Oeiras, os primeiros vidrões, os primeiros MOLOC, em Portugal, vieram para Oeiras, há uns anos atrás o “Green Peace” veio a Lisboa e atracou o seu barco em Lisboa e foi depositar os seus lixos num



Câmara Municipal
de Oeiras

único sítio em Portugal onde o podia fazer, que era a nossa Estação de Triagem de Vila Fria, portanto, em matéria ambiental nós damos lições, não vale a pena vir-nos dizer que não se faz isto, não se faz aquilo, não é assim, às vezes as pessoas falam de cor, dizem que não há e afinal há, dizem que não se faz e já se fez, portanto, sejamos concretos, agora vir com o argumento de que não é prioritário este investimento, quando nós estamos a falar de educação, estamos a falar de ciência e não é prioritário!” -----

----- A **Senhora Vereadora Heloísa Apolónia** argumentou o seguinte: ----- .

----- “Eu não disse que este investimento não é prioritário, eu perguntei se este investimento é prioritário, que é uma coisa completamente diferente, mas é aquilo que eu digo, o Senhor Presidente considera que cada afirmação que é feita pela oposição, é uma provocação ao Senhor Presidente e isso só me dá a ideia que o Senhor Presidente tem a consciência pesada. Se não tivesse a consciência pesada, respondia com naturalidade, ao que era devido responder, julgo eu, sobre a explicação do que é prioritário, na sua perspetiva e o que não é, porque não ouviu da minha boca dizer, que não é prioritário, eu perguntei se era prioritário, porque aquilo que a proposta nos dá não é suficiente para nós podermos fazer uma avaliação relativamente à sua prioridade, se quisermos assim dizer e até para o conhecimento do próprio projeto, como já referi.----- -----

----- Relativamente ao Sistema Neptuno, não sou só eu que o conheci, muita gente ouviu falar dele, por acaso eu só não me lembrava de quando é que ele foi anunciado, mas já lá vão muitos anos, por acaso relativamente a este sistema, esqueceu-se de falar da questão da utilização de água não potável, mas, se calhar, já estávamos na altura de dizer que o Concelho de Oeiras tem, na sua plenitude, utilização de água de diferentes níveis de qualidade e de fontes e origens diferenciadas, para utilização em função das necessidades e dos objetivos, ou seja, devia-se usar água potável para aquilo que é preciso e a água não potável para tudo que não é preciso água potável e, se calhar, ainda estamos muito longe de atingir os cem por cento dessa regra da boa

gestão da água.....

-----Só quis dizer ao Senhor Presidente que na minha perspetiva, porque o Senhor Presidente provocou a dizer como é que uma ambientalista... e eu não sou ambientalista, sou ecologista, que na minha perspetiva é diferente, mas como é que uma ambientalista não considera importante um projeto desta natureza, que está agora em análise. -----

-----Quis justamente explicar ao Senhor Presidente, que se me pusessem duas coisas à frente, eu diria que, na minha perspetiva, face à situação atual, a minha grande prioridade era o uso eficiente da água, por exemplo, o aproveitamento as águas pluviais e, por aí fora, para diversificar os abastecimentos, não estou de modo nenhum a dizer que este projeto não é relevante, não entenda isso como uma crítica brutal. O Senhor Presidente tem a consciência muito pesada é o que me dá a entender. -----

-----Eu só quero mesmo é deixar claro o posicionamento da CDU, porque o Senhor Presidente tem um conjunto de questões que confunde, com toda a franqueza.” -----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

-----“Eu só entro naquilo que eu quero entrar, não assumo rótulos que não tenha. -----

-----Eu disse isto, porque o Senhor Presidente sabe bem, que na informação dos Serviços está que o projeto ficou concluída em catorze de janeiro de dois mil e vinte e um.-----

-----Não fui que o escrevi.-----

-----Na altura, quando disse que foi suspenso, o Senhor Presidente não estava em funções, por isso, naturalmente, foi desenvolvido um conjunto de ações no sentido de fazerem dois tipos de equipamentos, um na Amadora e outro em Oeiras.-----

-----Na altura, com aquela definição do projeto, eu achei que não tinha necessidade de parar tudo à espera deste projeto.-----

-----O Senhor Presidente disse que nós alterarmos o planeamento e o plano estratégico para substituir todas as condutas de fibrocimento e ainda bem, porque aquilo que estava previsto



Câmara Municipal
de Oeiras

nunca mais iríamos lá chegar, assim como teve que ser alterado o plano da situação dos contadores. Nunca mais acabava, porque era uma estratégica que era alterada permanentemente. -

----- Uma coisa não invalida, nem anula a outra, é como o Senhor Presidente diz, é preciso que haja planeamento e coisa que tem faltado nalguns setores é planeamento. É um bocadinho ao sabor da maré e por isso estou de acordo. -----

----- Eu não conheço o projeto, porque nunca vi o projeto e quando estive nos SIMAS, não havia projeto, havia uma ideia de projeto que se ia desenvolver. -----

----- O projeto ficou concluído, é normal ao longo do tempo e ao fim de tantos anos que haja adaptação aos projetos, haja uma nova ideia de projeto, até onde querem inserir o próprio edifício, como é óbvio, se temos um desenvolvimento naquela zona toda em relação às construções e em relação a um conjunto de equipamentos, é evidente que tem que ter algum enquadramento, por isso, naturalmente, sofreu alterações na parte da conceção arquitetónica e, por isso, gostaria de o ter visto. -----

----- Não há aqui nenhum mal ao mundo.-----

----- Fiquei satisfeito quando o Senhor Presidente disse que vai haver um plano estratégico para a questão das condutas e um plano estratégico para a questão dos contadores, porque sei que havendo um plano estratégico é para cumprir, não é para adiar permanentemente.

----- Ver o projeto faz todo sentido, há quem não olhe para os projetos, eu gosto de ver os projetos, acho que é uma questão mínima de direito, por isso, fico à espera de ver o projeto assim como fico à espera que possa ter informação em relação àquilo que foi o novo plano estratégico para a questão das condutas e para a questão dos contadores.” -----

----- **O Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Eu tive oportunidade de dizer que em dois mil e treze quando eu deixei a Câmara o projeto estava pronto e quando regresssei em dois mil e dezoito a informação que os Serviços me deram é que ficou parado e tiveram que ser chamados os projetistas para fazer as alterações, além

depois ter que ser revisto, portanto, e foi a nova Administração designada em princípio de dois mil e dezoito, que retomou, quer este processo, quer o da Amadora. -----

-----O da Amadora até estava previsto para um terreno e houve uma mudança de localização. -----

-----Por outro lado, eu quero dizer à Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, que se a minha consciência está pesada, então posso bem com ela, porque não pesa assim tanto, eu sinto-me levezinho. -----

-----Agora quero dizer que se este projeto vem aqui é porque é uma prioridade. -----

-----À Câmara só vêm prioridades, o que não é prioritário fica pelo caminho, portanto, pode não ser uma prioridade, para a Senhora Vereadora, mas é uma prioridade, não tenho dúvidas, do Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados e é uma prioridade da maioria deste Executivo, portanto, as propostas que vêm à Câmara são prioritárias, nós não trazemos propostas à Câmara que não sejam importantes, porque se não têm interesse não vêm à Câmara, portanto, este projeto veio à Câmara, porque é uma prioridade, caso contrário ficava adiado, porque há outros que são adiados, porque não têm a mesma importância e vou dar um exemplo, está concluído o projeto da Avenida Vinte e Cinco de Abril, em Linda-a-Velha, no entanto, não vai avançar, porque realmente há outras prioridades, está concluído o projeto da Avenida de Santo António, em Tercena, no entanto, também ainda é para adiar, há uma série de projetos que à medida que vão sendo feitos podem ser concluídos, mas que em função da imprevisibilidade do que vem aí em dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três, obviamente que há projetos que nós não vamos avançar, porque não vamos correr o risco de avançar e depois em dois mil e vinte e três registar-se uma diminuição substancial da receita. -----

-----Ora, a prioridade são as pessoas, são as famílias e para isso nunca nos pode faltar dinheiro. --- -----

-----No caso da Educação à medida que os projetos estão prontos é para arrancar, são



Câmara Municipal
de Oeiras

prioritários. Há outras edificações que eventualmente podem não ter a mesma prioridade e esses ficam suspensos até termos a garantia da previsibilidade da receita. -----

----- Nós só no final do próximo ano, saibamos qual é a previsão para dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro, em função da retoma da economia e, portanto, não podemos estar a sobrecarregar determinada despesa. -----

----- Por exemplo o SATUO, era minha intenção avançar com verbas da Câmara, mas como há condições, ao contrário de alguns aqui em Oeiras, a Área Metropolitana de Lisboa, o País e a Comissão Europeia consideram que projetos destes são muito importantes, portanto, vai ser candidato a fundos comunitários.-----

----- Vamos ver se é financiado, mas se for é muito melhor do que estarmos a fazer um esforço por parte do Município.-----

----- O Centro de Congressos, o projeto fica pronto agora no mês de junho, naturalmente que o Centro de Congressos pela sua dimensão, não vamos arriscar a abrir o concurso já este ano, vamos aguardar para ver qual é o comportamento da economia da receita fiscal do Município. ---

----- Agora há outros que são prioritários e este é um deles, eu acho que é um projeto que pela sua dimensão, pela sua importância, faz todo o sentido que a Câmara Municipal o conheça bem, por isso eu disse logo no início da discussão, na sequência da intervenção do Vereador Joaquim Raposo que adiamos esta proposta para a próxima reunião de Câmara e é feita uma apresentação.-----

----- Eu estou convencido que os Senhores Vereadores vão gostar, porque realmente o projeto, na minha opinião, é muito feliz, é um projeto muito interessante, acho que foi bem concebido e que vai atingir o seu objetivo.-----

----- Sobre a gestão quando dizia há pouco que não sabia, em princípio eram os Serviços, por uma razão muito simples, porque é provável que, mais rapidamente do que a gente pensa, vamos ver quanto é que isto demora, será apresentada à Câmara a criação de uma empresa para

os Serviços Intermunicipalizados.-----

-----Todos nós temos consciência que a discussão que está a haver aqui sobre este projeto foi tida também na Amadora e ao que sei também foi muito acesa.-----

-----Os assuntos dos SIMAS têm que ser aprovados nas duas Câmaras, muitas vezes têm que ir às duas Assembleias Municipais, são situações que muitas vezes criam constrangimentos, e algumas ineficiências e, portanto, desde o momento em que os dois Municípios estejam de acordo com a criação de uma empresa, nós vamos criar uma empresa rapidamente.-----

-----Já foi lançada uma consulta prévia para o estudo da viabilidade económico-financeira e significa que se for constituída a empresa já não são os Serviços Intermunicipalizados será a empresa que vai fazer a gestão.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** referiu o seguinte: -----

-----“Queria só sistematizar aquilo que vai acontecer na próxima reunião de Câmara, aliás, já estava previsto não obstante os Vereadores terem feito menção, portanto, respondendo ao pedido do Senhor Presidente na próxima reunião de Câmara vai ser apresentado o projeto do Templo de Água e já foi convocado o autor do projeto que também estará presente, mas, para além dessa apresentação haverá mais três apresentações, no fundo, todas elas culminam para a mesma finalidade, uso eficiente da água.-----

-----Vamos ter uma apresentação sobre o plano estratégico para a remoção do fibrocimento, que já foi apresentado em Conselho de Administração dos SIMAS, efetivamente finalizado.- -----

-----Eu penso que já tenha sido apresentado ao Órgão Executivo da Amadora, porque era essa a indicação e vai ser apresentado na próxima reunião de Câmara de Oeiras. -----

-----Vai ser também apresentado o plano estratégico para a substituição dos computadores, tanto ao nível do “outsourcing”, como ao nível da administração direta, trabalho esse também já finalizado com os Serviços Municipalizados. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Há pouco estávamos a falar de planeamento, Senhor Vereador Joaquim Raposo, não é uma coisa que se consiga de um dia para o outro. Esta Administração já está em funções há catorze meses, é preciso um trabalho árduo, permanente e contínuo, para conseguirmos ter um plano sustentado.-----

----- Só faz agora sentido apresentarmos, porque implica uma revisão orçamental, para consagrar esse plano de remoção do fibrocimento até dois mil e vinte e seis, por causa da questão dos projetos, nós temos que injetar muito dinheiro agora para a concretização dos projetos, porque sem projeto não consigo lançar empreitadas de obra pública, isto significa concertação, disciplina, organização e ninguém consegue de um dia para o outro.-----

----- No que respeita à substituição dos contadores já conseguimos agilizar aquilo que a Gasfomento “outsourcing” está a fazer e aquilo que a administração direta está a fazer, mas para quem administra, para que consiga fazer, é fundamental termos uma noção muito precisa do número de recursos humanos que fazem essa substituição de contadores e os equipamentos que temos nos armazéns, tanto ao nível dos “stocks” mínimos, como ao nível do extraplano, como ao nível da gestão corrente.-----

----- É preciso ter muito bem limado os procedimentos de aquisição.-----

----- Outro plano que também tem que ser apresentado é o plano da água.-----

----- Foi-me apresentado hoje em reunião de despacho no Departamento de Ambiente, não ao nível dos SIMAS, mas ao nível do Departamento e Ambiente da CMO e também vai ser apresentado na próxima reunião de Câmara.-----

----- Espero que as apresentações não sejam maçadoras, mas, na realidade, contribuem para apresentação de um grande objetivo estratégico, que foi sempre a estratégica desta casa, que é a sustentabilidade ambiental.”-----

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Não estou a dizer que é preciso tempo para planear, aliás, sempre houve

planeamento, era um planeamento que era alterado consecutivamente, como se sabe, para não se fazer.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** acrescentou o seguinte: -----

-----“Mas este este planeamento é para ser apresentado e devidamente monitorizado pelos Senhores Vereadores, porque eu tenho todo o gosto em apresentar um planeamento e ser monitorizado mensalmente pelos Senhores Vereadores.” -----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

-----“Não tenho dúvidas, mas eu ao longo de anos habituei-me que as coisas naquela casa fossem da forma como estavam a ser e critiquei mais vezes, como sabe, é bom que se tenha essa noção, nunca fui Presidente dos Serviços Municipalizados, e, por isso, as coisas são como são e cada um deve assumir as responsabilidades que tinha.-----

-----Eu não tenho dúvidas que se a Senhora Vereadora disser é para fazer, que se vai fazer, é isso, já a conheço, mas, permanentemente, nós planeamos e depois altera-se, não é possível. --- -----

-----Sobre a questão dos contadores é preciso ter atenção para aquilo que assinámos no contrato dos contadores, se for para montar o contador custa X, se tiver que substituir outras coisas já custa Y. -----

-----Desculpe lá a expressão, eu não sou parvo, mas a Senhora Vereadora também não, porque aquilo é um pacote que foi calculado com base em X por cento por pôr o contador, mas sabemos que não é só pôr o contador, há outras coisas que é preciso substituir. -----

-----O contador que se comprou custou X, mas vai custar X mais Y, por isso, é bom que se tenha um controlo efetivo disso.-----

-----É óbvio que tem que haver planeamento, mas também tem que haver controle, por isso, não tenho nenhum problema. Eu sei que as coisas são assim e eu prefiro que as coisas sejam assim, como é óbvio e as pessoas têm que assumir. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Agora, não é possível, nós termos um plano estratégico para uma coisa e depois o plano estratégico vai deslizando permanentemente, era assim que acontecia no passado. -----

----- Eu não estou a dizer que a Senhora Vereadora não faz um esforço e não faz tudo o que é possível, mas há coisas que nem sempre são como nós queremos.-----

----- Não tenho dúvidas que a Senhora Vereadora gosta de receber propostas cabimentadas, mas a verdade é que aprovaram uma proposta que não estava cabimentada na altura da reunião do Conselho de Administração, e acredito que não gostou, tal como eu não gosto.-----

----- Há erros que são perfeitamente aceitáveis. Eu tive oportunidade que fazer uma informação sobre determinada proposta vinda do gabinete da Senhora Vereadora e disse que havia um erro, acontece não tem mal nenhum, mas quando se substitui uma proposta tem que ficar registado, quando fizeram a substituição da proposta, não fizeram, é uma questão de transparência para todos e, por isso, há questões que são como são e não tenho prazer nenhum em que as coisas venham mal e por isso aviso.-----

----- Eu perco tempo, porque tenho que ler os documentos todos e há coisas que eu deteto, se calhar, que outros não detetam, porque não têm essa disponibilidade para ver as coisas e eu tenho, aviso, digo que não é essa proposta, que o anexo não está de acordo, etc.. -----

----- Agora fico à espera da apresentação destes documentos. -----

----- Está aqui uma proposta que apesar do volume que tem, está cinquenta/cinquenta, e bem. -----

----- Eu gostava de ver o projeto, porque eu acredito que no sítio onde vai ser feito, não pode ser um projeto qualquer, tem que ser um projeto que tem de ter algum enquadramento, não pode ser uma aberração e, por isso, é evidente que gostava de o ver.”-----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Estou convencido que o Senhor Vereador já se apercebeu que as coisas estão a

mudar e que vão mesmo mudar.-----

-----Já tem dados que lhe permitam ver isso.”-----

-----O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----

-----“E tenho contribuído também para que isso aconteça.”-----

-----II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

28 - PROPOSTA Nº. 187/21 - SIMAS - REESCALONAMENTO DO CABIMENTO E ADJUDICAÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS AO “FORNECIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E SUPORTE DE UMA NOVA SOLUÇÃO PARA AS INFRAESTRUTURAS DE SERVIDORES, “STORAGE, SAN E BACKUPS”, ATRAVÉS DE UMA MODALIDADE DE SERVIÇOS COM PAGAMENTO POR CONSUMO (PPU) - INFRAESTRUTURAS DE SERVIDORES E ARMAZENAMENTO”:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de oito de março de dois mil e vinte e um, na qual deliberou autorizar o reescalonamento do cabimento e, por razões de economia procedimental, a adjudicação, do procedimento por concurso público, com publicidade internacional, para aquisição de serviços destinados ao “Fornecimento, implementação de uma nova solução para as infraestruturas de servidores, “storage, SAN e backups”, através de uma modalidade de serviços com pagamento por consumo (PPU) - Infraestruturas de servidores e armazenamento”, pelo valor de duzentos e oitenta mil e quarenta e nove euros e noventa e quatro cêntimos, acrescido de IVA, pelo prazo de execução de quarenta e oito meses, a decorrer nos



Câmara Municipal
de Oeiras

anos de dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois, dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, e demais atos nela referidos, ao concorrente “Evonic - Evolution and Innovation Consulting, Limitada”.

Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro;

Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho;

Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.

29 - PROPOSTA Nº. 188/21 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 6ª. ALTERAÇÃO PERMUTATIVA ORÇAMENTAL:

I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:

“A determinada altura, num dos quadros diz: receita de dedução de dois mil e vinte e um, no valor de doze milhões duzentos e cinquenta e um quinhentos e vinte e tem uma nota que diz dotação inicial que por lapso ficou trocada, houve uma troca? Isto é relativo ao IVA.”

O **Senhor Vice-Presidente** elucidou o seguinte:

“Foi exatamente um lapso na construção do orçamento na linha dos quadros da receita onde foi colocada uma verba que não estava na rubrica correta, estamos apenas, a corrigir isso e a colocar a verba no lugar correto.”

O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:

“Aquando do orçamento não vi isso.”

II - A Câmara deliberou, por maioria com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar aa informação número INT-CMO/dois mil e vinte e um/quatro mil novecentos e quarenta e cinco, referente à sexta Alteração Orçamental de dois mil e vinte e um,

no valor de cinco milhões duzentos e dezasseis mil quinhentos e cinquenta e dois euros. -----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

30 - PROPOSTA Nº. 189/21 - DP - CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO, DE FRAÇÃO LOCALIZADA NA RUA INSTITUTO CONDE AGROLONGO, Nº. 42-LOJA E, BAIRRO DO ALTO DA LOBA, EM PAÇO DE ARCOS: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a celebração de um contrato de comodato, entre o Município de Oeiras e a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, referente à fração localizada na Rua Instituto Conde Agrolongo, número quarenta e dois-loja E, Bairro do Alto da Loba, em Paço de Arcos, conforme a correspondente minuta de contrato.-----

-----Nos termos da alínea b), do número um, do artigo sexto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro.-----

-----Artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas g) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

-----Artigos ducentésimo, número um e ducentésimo segundo, número dois, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para os artigos quarto, número dois, alínea c) e ducentésimo octogésimo, número quatro, do Código dos Contratos



Câmara Municipal
de Oeiras

Públicos, que por seu turno remetem para os artigos milésimo centésimo vigésimo nono e seguintes, do Código Civil. -----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

31 - PROPOSTA Nº. 190/21 - DP - DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, SITA EM LINDA-A-VELHA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de desafetação de uma parcela de terreno para construção com a área de cento e trinta e quatro vírgula vinte metros quadrados, sita a nascente da Rua Carlos Saraiva, em Linda-a-Velha, União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, confrontando a norte com domínio público municipal, alvará de loteamento dez, de dois mil e sete, a sul com Krestpor, a nascente com domínio público municipal-alvará de loteamento dez, de dois mil e sete e a poente com domínio público municipal, alvará de loteamento dez, de dois mil e sete, avaliada em dezanove mil trezentos e quarenta e dois euros e vinte e cinco cêntimos. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo quinto, número um, alínea q), trigésimo terceiro, número um, alínea ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto e ainda no disposto no artigo décimo sétimo, do Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto, na redação da Lei número oitenta e três-C, de dois mil e treze, de trinta e um de dezembro.-----

32 - PROPOSTA Nº. 191/21 - DE - ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO PARA APOIO AO

FUNCIONAMENTO DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLA NÃO AGRUPADA - ANO DE 2021 - PRIMEIRA TRANCHE:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de subsídio aos Agrupamentos de Escolas, num total de cento e noventa e sete mil trinta e dois euros e trinta cêntimos, conforme se apresenta:-----

-----Agrupamento de escola - a transferir:-----

-----Aquilino Ribeiro - dezoito mil seiscentos e dezassete euros e quinze cêntimos;-----

-----São Bruno - nove mil quinhentos e sessenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos;-----

-----Carnaxide - vinte e três mil setecentos e dezoito euros e setenta cêntimos;-----

-----Carnaxide-Portela - nove mil setecentos e sessenta e nove euros;-----

-----Miraflores - vinte e três mil seiscentos e vinte e cinco euros e quinze cêntimos;-----

-----Paço de Arcos - vinte e um mil seiscentos e cinquenta e dois euros e quinze cêntimos

-----Conde de Oeiras - quinze mil cento e cinquenta e quatro euros e vinte e cinco cêntimos;-----

-----São Julião da Barra - vinte e sete mil setecentos e trinta e seis euros;-----

-----Linda-a-Velha/Queijas - vinte e seis mil oitocentos e cinquenta e três euros e oitenta e cinco cêntimos;-----

-----Santa Catarina - vinte mil trezentos e trinta e sete euros e oitenta cêntimos.-----

-----Que a transferência destes valores seja processada de imediato, remetendo-se para antes do início do próximo ano letivo a aferição do valor da segunda tranche a transferir.-----

-----Comunicação aos Agrupamentos de Escolas.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d) e trigésimo terceiro,



Câmara Municipal
de Oeiras

número um, alíneas u) e ee), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Decreto-Lei número setenta e cinco, de dois mil e oito, de vinte e dois de abril. -----

----- Decreto-Lei número cinquenta e seis, de dois mil e vinte, de doze de agosto, que prorroga o prazo de transferência das competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais nos domínios da educação e da saúde do Decreto-Lei número vinte e um, de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro, nos termos da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, mantendo assim em vigor o contrato interadministrativo de Delegação de Competências na Área da Educação do Município de Oeiras, Contrato número quinhentos e cinquenta e oito, de dois mil e quinze. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

33 - PROPOSTA Nº. 192/21 - GAF - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO - SISTEMA INFORMÁTICO DA JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Porto Salvo, no valor de nove mil e novecentos euros em despesas de capital, destinada à aquisição de equipamento informático. -----

-----Submeter para aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, conjugado com a alínea j) do número um, artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

34 - PROPOSTA Nº. 193/21 - GAF - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO PARA A LOJA SOLIDÁRIA: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Porto Salvo, no valor de cinco mil euros, destinada a apoiar as despesas de manutenção da Loja Solidária da Junta de Freguesia de Porto Salvo. -----

-----Submeter para aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, conjugado com a alínea j) do número um, artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

35 - PROPOSTA Nº. 194/21 - SIMAS - ADJUDICAÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO “NOVO RESERVATÓRIO DO ALTO DE SANTA CATARINA”, NO CONCELHO DE OEIRAS: -----

----- I - O Senhor Vereador **Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Não tenho nada contra a adjudicação, a proposta foi adjudicada à SEHT - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, mas a minha questão tem a ver com o júri do concurso ter utilizado uma competência, para a qual não tinha essa delegação, em relação aos erros e omissões. -----

----- O assunto veio à Câmara para ser ratificado, mas o que é certo, é que entre a aprovação nos SIMAS que foi em oito de março de dois mil e vinte e até detetarem o erro, houve uma demora desnecessária sabendo que havia aqui uma competência que o júri não tinha em relação a esta matéria. -----

----- A proposta está adjudicada a uma empresa em que o valor na sua base eram dois milhões quinhentos e vinte e um mil euros e ela foi adjudicada por dois milhões quarenta e oito mil novecentos e dez euros, não é essa questão que está em causa, mas mais uma vez o júri utilizar competências que não tem, não lhe foram delegadas e é preciso ter em atenção os prazos em que isso é detetado e os prazos em que depois é ratificado.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando

Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar a deliberação do Conselho de Administração da reunião datada de oito de março de dois mil e vinte e um, na qual aprovou a adjudicação da empreitada destinada à construção do “Novo Reservatório do Alto de Santa Catarina”, no Concelho de Oeiras, à empresa SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicas, Sociedade Anónima, pelo valor de dois milhões quarenta e oito mil novecentos e dez euros e noventa e um cêntimos, acrescido de IVA, valor a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante, a executar no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias, prevendo-se que o mesmo decorra nos anos de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, devendo, face ao carácter plurianual da prestação de serviços em causa, ser afeto para efeitos cabimentais o valor de setecentos e noventa e seis mil setecentos e noventa e oito euros e sessenta e seis cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e um e o valor de um milhão duzentos e cinquenta e dois mil cento e doze euros e vinte e cinco cêntimos, ao ano de dois mil e vinte e dois, ambos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.-----

-----A celebração de contrato escrito e da respetiva minuta. -----

-----A nomeação do engenheiro Luís Filipe Niza dos Santos Amaro como representante do Dono da Obra no decorrer da empreitada.-----

-----Delegar no Diretor-delegado o ato de liberação de cauções, materializado nos ofícios de notificação do cocontratante e da entidade bancária. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigo décimo oitavo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

36 - PROPOSTA Nº. 195/21 - DPU - ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 9/99, EM QUEIJAS - REQ. 18005/2020 APENSO AO PROCº. 8561/1996: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o pedido de alteração ao alvará de loteamento número nove, de noventa e nove, para anulação do lote setenta.

----- Nos termos dos números dois e oito, do artigo vigésimo sétimo, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de noventa e nove, de dezasseis de dezembro. -----

37 - PROPOSTA Nº. 196/21 - DAQV - ISENÇÃO DE TAXAS A FAVOR DE TITULAR DAS BANCAS 21 E 22 DO MERCADO DE LINDA-A-VELHA: -----

----- I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Esta pessoa queria entregar as bancas, porque iria regressar para Cabo Verde e na altura tinha uma dívida de quinhentos e tal euros, entretanto, fez um acordo de pagamento, essa dívida passou para trezentos e vinte e um euros e nós agora estamos a isentar as taxas, mas nós não estamos a isentar taxas. -----

----- Estamos a perdoar uma dívida que já existia? -----

----- Esta dívida é resultante antes da epidemia? -----

----- É preciso que fique claro, uma coisa é isentar taxas outra é perdoar uma dívida, porque são coisas diferentes. -----

----- Tanto uma como a outra terão de ir à Assembleia Municipal.” -----

----- O **Senhor Vereador Armando Soares** disse o seguinte: -----

----- “Posso verificar e não há problema nenhum em que a proposta seja adiada.” -----

----- II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

38 - PROPOSTA Nº. 197/21 - GAF - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO, DESTINADA A REPARAÇÃO DE PALCO: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Porto Salvo, no valor de onze mil seiscentos e vinte e três euros e cinquenta cêntimos em despesas de capital, destinada à reparação de um palco. -----

-----Submeter para aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, conjugado com a alínea j), do número um, artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

39 - PROPOSTA Nº. 198/21 - DCS - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OEIRAS - PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS - 2ª. FASE - APOIO PARA A COORDENAÇÃO DO CONSÓRCIO DE OEIRAS - ANO DE 2021: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e



Câmara Municipal
de Oeiras

Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, a atribuição de uma comparticipação financeira de cento e dezoito mil novecentos e onze euros e noventa e cinco cêntimos, à Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, correspondente a noventa mil euros de apoio anual do Município (tendo por base o montante apurado para dois mil e vinte), acrescidos dos vinte e oito mil novecentos e onze euros e noventa e cinco cêntimos, do acerto de contas de dois mil e vinte, para apoio ao segundo ano da coordenação do Consórcio de Oeiras do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas. -----

----- Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Decreto-Lei número quatrocentos e trinta e três, de noventa e nove, de vinte e seis de outubro. -----

----- Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

40 - PROPOSTA Nº. 199/21 - DDS - ACEITAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE EQUIPAMENTO DOADO AO MUNICÍPIO: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e

Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a doação de um frigorífico por parte da “Miele” e a integração do mesmo no Património do Município.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas e), h) e m) e trigésimo terceiro, número um, alínea j), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -- -----

-----Artigo décimo terceiro, número um, do Regulamento do Programa “Oeiras Solidária”, publicado no Diário da República, segunda série, número cento e sessenta e quatro, de vinte e cinco de agosto de dois mil e dezassete. -----

-----Artigos noningentésimo quadragésimo, noningentésimo quadragésimo quinto e noningentésimo quadragésimo sétimo, número dois, primeira parte, do Código Civil. -----

41 - PROPOSTA Nº. 200/21 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBAS A ENTIDADES PARCEIRAS: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira às entidades abaixo discriminadas, no montante global de trezentos e dez mil euros, no âmbito do Fundo de Emergência Social:-----

-----Entidades - Montante:-----

-----Centro Social Paroquial Cristo Rei de Algés - cinquenta mil euros;-----

-----Centro Social e Paroquial de Barcarena - vinte mil euros; -----

-----Apoio - Centro de Solidariedade Social - trinta mil euros;-----

-----Centro Social Paroquial São Romão de Carnaxide - vinte mil euros; -----

-----Centro Social Paroquial Senhor Jesus dos Aflitos - dez mil euros; -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Centro Social Paroquial Nossa Senhora do Cabo - quarenta mil euros; -----

----- Centro Social e Paroquial São Julião da Barra - cinquenta mil euros; -----

----- Núcleo de Instrução e Beneficência - quarenta mil euros; -----

----- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora de Porto Salvo - vinte mil euros; -----

----- Centro Social Paroquial São Miguel de Queijas - trinta mil euros. -----

----- O compromisso do Município em: -----

----- Proceder à monitorização e avaliação do apoio concedido, designadamente verificando da correta aplicação da verba; -----

----- A não aplicação, no todo ou em parte, da comparticipação financeira aprovada, concede ao Município, o direito de revogar o apoio concedido. -----

----- A minuta de termo de aceitação. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. ---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto. -----

42 - PROPOSTA Nº. 201/21 - DCS - COVID-19 - PLANO MUNICIPAL DE APOIO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL - DISPONIBILIZAÇÃO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição das seguintes participações financeiras que totalizam trinta mil euros, no âmbito do Plano Municipal de Apoio à População em Situação de Vulnerabilidade Social, para disponibilização de refeições confeccionadas, de acordo com o seguinte: -----

----- - À Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, no montante de vinte mil euros, correspondente à confeção de quatro mil refeições (quatrocentas e sessenta refeições confeccionadas e já disponibilizadas até dez de março de dois mil e vinte e um e, as restantes, para assegurar refeições subsequentes); -----

----- - À Fundação Obra Social das Religiosas Dominicanas Irlandesas, no montante de dez mil euros, correspondente à confeção de duas mil refeições.-----

-----Nos termos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conforme o previsto na alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas u) e v), do número um, do artigo trigésimo terceiro.-----

-----Lei número cento e cinquenta e um, de dois mil e quinze, de onze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Código do Procedimento e Processo Tributário, artigo centésimo septuagésimo sétimo-B.-- -----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

43 - PROPOSTA N.º. 202/21 - DGSH - ANULAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º.



Câmara Municipal
de Oeiras

130/2021, DE 26 DE FEVEREIRO RELATIVA À ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA AZEREDO PERDIGÃO, N.º 1, 1.º. ESQ.º., BAIRRO DO POMBAL: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a anulação da proposta de deliberação número cento e trinta, de dois mil e vinte e um, de vinte e seis de fevereiro, relativa à atribuição de fogo T Um, sito na Rua Azeredo Perdigão, número um, primeiro esquerdo, Bairro do Pombal.-----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e nove-A, de dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro.-----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto, em especial o artigo décimo sexto-A. -----

----- Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. ---- -----

44 - PROPOSTA N.º. 203/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA (ITQB NOVA - INSTITUTO DE TECNOLOGIA QUÍMICA E BIOLÓGICA ANTÓNIO XAVIER) - PROJETO TESTAR COM CIÊNCIA E SOLIDARIEDADE - COVID-19: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**,

aprovar a atribuição da comparticipação financeira à Universidade Nova de Lisboa (ITQB Nova - Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier), no valor de quarenta e cinco mil euros, no âmbito do Projeto Testar com Ciência e Solidariedade COVID-Dezanove. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas g) e h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto.-

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto-----

45 - PROPOSTA Nº. 204/21 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À POMBAL XXI - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DOS BAIROS DO POMBAL E BENTO JESUS CARAÇA, PARA APOIO À MANUTENÇÃO DAS SUAS ATIVIDADES EM 2021:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de quarenta e cinco mil novecentos e setenta e dois euros, à Pombal Vinte e Um - Associação dos Moradores dos Bairros



Câmara Municipal
de Oeiras

do Pombal e Bento Jesus Caraça, para apoio à realização das atividades em dois mil e vinte e um.

----- A minuta de termo de aceitação.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea o), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e do Processo Tributário. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio. -----

46 - PROPOSTA Nº. 205/21 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA FRANCISCO MANUEL DE MELO, Nº. 17, 1º. DTO., NO BAIRRO BENTO JESUS CARAÇA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição do fogo de tipologia T Um, sito na Rua Francisco Manuel de Melo, número dezassete, primeiro direito, no Bairro Bento Jesus Caraça.-----

----- A fixação da renda, em regime de arrendamento apoiado no valor de cento e seis euros e oitenta e um cêntimos. -----

----- A elaboração do contrato de arrendamento apoiado. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cento e

nove-A, de dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

-----Código Civil, em especial o artigo milésimo centésimo sexto, número um, alínea c).-

-----Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras. -----

47 - PROPOSTA Nº. 206/21 - GCAJ - PROJETO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A DOCENTES, PARA EFEITOS DE CONSULTA PÚBLICA:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar o projeto do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Docentes.-----

-----Publicar o projeto no Boletim Municipal e no sítio da Internet do Município, acompanhado da respetiva nota justificativa, para efeitos da realização de consulta pública pelo prazo de trinta dias.-----

-----Nos termos das alíneas k) e u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos centésimo e centésimo primeiro, do Código do Procedimento Administrativo.-----

48 - PROPOSTA Nº. 207/21 - DOT - PLANO DE PORMENOR OCIDENTAL DE PORTO SALVO - FASE II - ALTERAÇÃO DO LIMITE DA ÁREA DE INTERVENÇÃO:-----

-----Nesta votação não participou a **Senhora Vereadora Joana Baptista**, devido a ausência momentânea. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e abstenção da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a alteração do limite da área de intervenção do Plano de Pormenor Ocidental de Porto Salvo - Fase dois, bem como o ajustamento dos respetivos Termos de Referência que definem a oportunidade e objetivos da Câmara Municipal na determinação da realização do Plano de Pormenor Ocidental de Porto Salvo - Fase dois.-----

----- Fixar um prazo de dezoito meses para a conclusão do Plano de Pormenor Ocidental de Porto Salvo - Fase dois.-----

----- A publicitação do início deste procedimento e da presente deliberação que aprova a elaboração do Plano de Pormenor, através de aviso a publicar em Diário da República e a sua divulgação através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e no sítio da Internet da Câmara Municipal. -----

----- A abertura de um período para formulação de sugestões por qualquer interessado ou para apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração do plano, com a duração de trinta dias úteis. -----

----- Dar conhecimento da presente deliberação à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. -----

----- Nos termos do artigo septuagésimo sexto, número um e octogésimo oitavo, número dois, do Decreto-Lei número oitenta, de dois mil e quinze, de catorze de maio. -----

----- Artigo quinquagésimo sexto, número dois, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

49 - PROPOSTA N.º. 208/21 - DP - CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE ESPAÇO PÚBLICO, PARA A EXPLORAÇÃO DE 16 PONTOS DE CARREGAMENTO DE

BATERIAS DE VEÍCULOS ELÉTRICOS NORMAIS, EM LOCAIS PÚBLICOS DE ACESSO PÚBLICO, NO CONCELHO DE OEIRAS:-----

-----I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** perguntou o seguinte: -----

-----“Este concurso foi aquele que ficou deserto?” -----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto** respondeu:-----

-----“Não. O lote que aí está já veio à Câmara a adjudicação, estes são os dezasseis “shuffle” que a Câmara adquiriu e instalou e que agora se propõe concessionar a operação de exploração, são “shuffle” porque têm mais valências do que o carregamento, estão preparados para videovigilância, música, “wifi” etc., mas o que vamos concessionar é apenas a gaveta do carregamento.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Eu queria contar um episódio interessante sobre esta questão dos carregadores, o Senhor Vereador Nuno Neto não disse, creio que está na proposta, que estes não são ultrarrápidos, são os carregadores normais que faltavam concessionar. -----

-----No início do mandato não havia um único carregador em espaço público, todos os carregadores que foram instalados e criada uma maior rede de carregamento ultrarrápido na península ibérica, foi neste mandato. -----

-----Dissemos na altura que eram estes carregadores que estavam a ser instalados que iriam permitir a mobilidade elétrica em Oeiras para a utilização do quotidiano e a verdade é que o Gabinete de Comunicação recebeu há algumas semanas, creio que já foi para o gabinete do Senhor Presidente, uma comunicação por parte de uma empresa de táxis, que nos informou que ia substituir os táxis que tinham a gasóleo por veículos elétricos, agradecendo à Câmara a criação desta rede de carregamentos rápidos e ultrarrápidos que lhes permitiam fazer o negócio, não com o combustível de hidrocarbonetos que usavam até agora, mas agora com veículos elétricos, portanto, dizer que a importância desta rede já se está a fazer sentir até na atividade económica e



Câmara Municipal
de Oeiras

na substituição de alguns veículos a gasóleo, no caso concreto, por veículos elétricos, com isto ganha o ambiente e a comunidade.”-----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** disse o seguinte: -----

----- “A propósito desta intervenção do Senhor Vice-Presidente, temos recebido muitas felicitações de diversos Municípios do País e temos disponibilizado, quer as peças do concurso, quer todos os levantamentos que fizemos, para que outros Municípios possam seguir este nosso modelo, desta forma estamos a contribuir também para que a rede elétrica nacional de carregadores possa ser alargada e com isto possibilitar que este exemplo de Oeiras possa ser replicado pelo País, porque ganhamos todos com esta implementação.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a adoção de um procedimento por concurso público, tendo por finalidade a concessão do direito de uso privativo de espaço público, para a exploração de dezasseis pontos de carregamento de baterias de veículos elétricos normais em locais públicos de acesso público no Concelho de Oeiras. -----

----- As peças do procedimento, compostas por anúncio, programa do procedimento e caderno de encargos.-----

----- A composição do júri do procedimento, composto por três membros efetivos, um dos quais preside e quatro membros suplentes, com competência para proceder à apreciação das candidaturas e das propostas, pedir esclarecimentos aos concorrentes e elaborar relatórios de análise.-----

----- A delegação de competências no júri. -----

----- A nomeação do Gestor do Contrato, para todos os contratos de concessão, com a

possibilidade de vir a ser auxiliado por órgão de apoio técnico à atividade da mesma, a ser constituído simultaneamente ou nomeado em momento posterior. -----

-----A submissão da presente proposta de deliberação à Assembleia Municipal. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número trinte e nove, de dois mil e dez, de vinte e seis de abril, alterado pela Lei número sessenta e quatro-B, de dois mil e onze, de trinta de dezembro e pelos Decretos-Lei números cento e setenta, de dois mil e doze, de um de agosto e noventa, de dois mil e catorze, de onze de junho. -----

-----Código dos Contratos Públicos, regulado pelo Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e onze-B, de dois mil e dezassete, de trinta e um de agosto e demais legislação aplicável, nomeadamente a Portaria vinte e dois, de dois mil e dezasseis, de um de agosto. -----

-----Alínea c), do número um, do artigo décimo sexto, conjugado com a alínea a), do número um, do artigo vigésimo primeiro, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

-----Artigos trigésimo sexto, número dois, trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea b) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, com a redação dada pelo Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio. -----

-----Artigos vigésimo quarto, vigésimo quinto, número um, alínea p) e artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas f), qq) e ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação da Lei número quarenta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e oito de dezembro. -----

50 - PROPOSTA Nº. 209/21 - DPOC - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA 7ª. ALTERAÇÃO PERMUTATIVA ORÇAMENTAL: -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do



Câmara Municipal
de Oeiras

Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a ratificação da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e um/cinco mil trezentos e noventa e quatro, referente à sétima alteração orçamental de dois mil e vinte e um, no valor de trezentos e dezanove mil euros. -----

----- Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

----- Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

51 - PROPOSTA Nº. 210/21 - DOM - Pº. 2021/44-DGEP - “EXECUÇÃO DA PRAÇA DE TALAÍDE, EM PORTO SALVO” - DECISÃO DE CONTRATAR, ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO:-----

----- I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----

----- “Isto é a prorrogação das peças para o concurso público da praça em Talaíde, que são quinhentos e cinquenta e seis mil euros para executar em duzentos e dez dias, mas quero saber quais são os critérios da adjudicação, porque não encontro os critérios na proposta.”-----

----- A **engenhreira Fátima Rabuge** disse o seguinte:-----

----- “Efetivamente é a proposta pelo preço mais baixo, este aqui não tem qual é a economicamente mais vantajosa.”-----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----

----- “Quer dizer que não há valia técnica, neste caso é o preço mais baixo.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor

Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar o procedimento concursal necessário para a adjudicação da empreitada de obras públicas “Execução da Praça de Talaíde, em Porto Salvo”, mediante a adoção de um procedimento por concurso público, sem publicidade no Jornal Oficial da União Europeia. -----

-----O preço base do concurso de quinhentos e sessenta e um mil quatrocentos e quinze euros e sessenta e dois cêntimos, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento, com prazo de execução da empreitada de duzentos e dez dias. -----

-----As peças do procedimento, que incluem o Projeto de Execução. -----

-----A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

-----As nomeações para Coordenador de Segurança, Diretor de Fiscalização e Gestor do Contrato. -- -----

-----Nos termos do artigo trigésimo sexto, número um, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, bem como, atento o disposto nos artigos trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos. -----

**52 - PROPOSTA Nº. 211/21 - DRU - Pº. 09/DRU/21 - “INFRAESTRUTURAS - FASE 3, LECEIA”
- APROVAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA:-----**

-----I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo disse o seguinte:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Nesta proposta o critério também é quarenta por cento o preço e sessenta por cento a valia técnica. -----

----- Há alguma questão que justifique nós valorizarmos desta maneira a valia técnica?” --

----- O **arquiteto António Abreu** disse o seguinte:-----

----- “Nós eventualmente valorizamos mais a valia técnica e menos o preço, o preço apesar de ser mais facilmente mensurável não nos permite aferir a qualidade da proposta apresentada, é unicamente o valor. -----

----- Julgamos que estes fatores nos tem permitido encontrar um melhor equilíbrio na qualidade das propostas.”-----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Não pode ser essa justificação tão simples, porque está a colocar mal os seus colegas, os seus colegas afinal não estão nada preocupados com a valia técnica dos projetos ou da execução da obra. -----

----- Isto é uma obra com complexidade de engenharia e como tal a valia técnica é mais importante que o preço, eu compreendo, mas ela tem mais complexidade do que aquela que falámos anteriormente.”-----

----- O **arquiteto Pedro Carrilho** disse o seguinte:-----

----- “Isto é uma obra num meio urbano de génese ilegal com alguma complexidade, porque tem moradores a interromper, por isso é um processo especial.”-----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Ou seja, é uma obra que pode levar mais tempo e pode parar e há alterações que podem ser consertadas.”-----

----- O **arquiteto Pedro Carrilho** disse o seguinte:-----

----- “Tem que ser um empreiteiro que tenha essa capacidade, porque é uma obra mais complexa do que as outras.”-----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte:-----

-----“O problema que se põe é o que se faz quando concorrem empresas que se portam mal com a Câmara, que não cumprem etc., mas sistematicamente apresentam melhor preço e depois não cumprem.-----

-----Por isso, tem que se ir pela valia técnica.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o procedimento contratual para a execução das infraestruturas da fase três, referente ao artigo matricial número oitocentos e setenta e um, do Bairro de Leceia, Freguesia de Barcarena, nos seguintes termos:-----

-----Abertura do procedimento na modalidade de concurso público;-----

-----O preço base do concurso de trezentos e vinte e cinco mil e quinhentos euros, ao qual será acrescido IVA à taxa legal em vigor;-----

-----O prazo de execução de trezentos e sessenta e cinco dias;-----

-----As peças do procedimento;-----

-----A designação do júri do procedimento;-----

-----A delegação de competências no júri do procedimento;-----

-----O compromisso plurianual com a seguinte programação financeira já previsto nas Grandes Opções do Plano, que terá por base o valor contratual que resultar do procedimento que agora se inicia e cujo preço base é de trezentos e vinte e cinco mil e quinhentos euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, distribuído da seguinte forma:-----

-----Para o ano de dois mil e vinte e um, prevê-se uma execução financeira de vinte e sete mil cento e vinte e cinco euros;-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Para o ano de dois mil e vinte e dois, prevê-se uma execução financeira de duzentos e noventa e oito mil trezentos e setenta e cinco euros.-----

----- Nos termos do artigo vigésimo terceiro, número dois, alíneas a), c), k), m) e n), bem como no artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas f) e bb), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, em especial o disposto nos artigos décimo sexto, número um, alínea b), décimo nono, alínea b), trigésimo sexto, número um, trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea b) e número dois, quadragésimo terceiro, número um, quadragésimo sétimo, sexagésimo sétimo, número um, sexagésimo nono, número dois e centésimo trigésimo e seguintes. -----

53 - PROPOSTA Nº. 212/21 - GAEP - RETIFICAÇÃO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 26/2021 - “OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.” - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL REFERENTE AO 3.º TRIMESTRE DE 2020 E 4.º TRIMESTRE DE 2019:-----

-----Por proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** a Câmara tomou conhecimento, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e artigo quadragésimo segundo, número um, alínea e), da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto, com última alteração introduzida pela Lei número setenta e um, de dois mil e dezoito, de trinta e um de dezembro, em conjugação com o artigo décimo primeiro, número um, alínea c), dos Estatutos da Oeiras Viva - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, Empresa Municipal, do Relatório trimestral de Execução Orçamental referente ao terceiro trimestre de dois mil e vinte e quarto trimestre de dois mil e dezanove.-----

----- Submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de deliberação e os documentos anexos à mesma, para apreciação, no âmbito das respetivas competências em

matéria de acompanhamento, controlo e fiscalização da atividade das empresas municipais. -----

54 - PROPOSTA Nº. 213/21 - DCS - FUNDAÇÃO AGA KHAN PORTUGAL - ADENDA AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO Nº. 98/2019, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2021: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de cento e onze mil setecentos e oitenta euros, à “Fundação Aga Khan Portugal”, para prorrogação do prazo de vigência ao Protocolo de Cooperação número noventa e oito, de dois mil e dezanove, até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um. -----

-----A minuta de adenda ao protocolo número noventa e oito, de dois mil e dezanove. ----

-----Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Decreto-Lei número quatrocentos e trinta e três, de noventa e nove, de vinte e seis de outubro e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e



Câmara Municipal
de Oeiras

oito, de vinte e nove de janeiro.-----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

55 - PROPOSTA Nº. 214/21 - DOM - RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA, DEDUZIDA PELA “FUTURE PROMAN, S.A.”, DO ATO DE ADJUDICAÇÃO NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIREÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA OBRA DO FÓRUM MUNICIPAL - INDEFERIMENTO:-----

----- **I - O Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----

----- “Do meu ponto de vista há aqui um erro de precipitação, houve muita rapidez na análise das propostas e propuseram logo que a atribuição fosse de maneira diferente, por acaso a proposta que está para adjudicar é do Victor Hugo, Sociedade Anónima, que foi o valor mais baixo e eles vêm recorrer da atribuição e aquilo que se propõe é o indeferimento da reclamação. -

----- Apesar da primeira intenção que dava uma pré adjudicação, mas com direito a discussão e a contestação, houve quem protestasse, mas a proposta está adjudicada àquele que tem o valor mais baixo.-----

----- Por vezes aquilo que é muito rápido a decidir depois dá problemas, mas esperemos que não tenhamos nenhum problema.-----

----- Tendo em conta que houve correção de fatores esta proposta tem a valia técnica, tem o melhor preço, é normal que se tenha feito a alteração da proposta de adjudicação.”-----

----- **O Senhor Presidente** disse o seguinte:-----

----- “Nestas matérias o júri tem alguma soberania, é claro que a Câmara Municipal pode aprovar ou não, mas não aprovando, a Câmara também tem de fundamentar a não aprovação.”---

----- **O Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----

----- “Claro que sim, mas se houver algum problema quem responde é a Câmara.”-----

-----O **Senhor Presidente** concluiu:-----

-----“Agora por acaso a responsabilidade é solidária.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e voto contra da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o indeferimento da Reclamação administrativa, deduzida pela “Future Proman, Sociedade Anónima”, do ato de adjudicação no âmbito do concurso público com publicidade internacional, para aquisição da prestação de serviços de direção de fiscalização e coordenação de segurança da obra do Fórum Municipal, mantendo-se, conseqüentemente, a decisão de adjudicação do contrato à concorrente “Vítor Hugo, Sociedade Anónima”, notificando-se em seguida a reclamante e contrainteressados da decisão.-----

-----Nos termos dos artigos ducentésimo sexagésimo sétimo a ducentésimo septuagésimo quarto, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o a alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, bem como, atento o disposto nos artigos trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos.-----

56 - PROPOSTA N.º 215/21 - DOM - P.º 2021/17-DEM - “BENEFICIAÇÕES DIVERSAS - PALÁCIO ANJOS, ALGÉS” - DECISÃO DE CONTRATAR, ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO:-----

-----I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----

-----“Está definido qual é o valor considerado anormalmente baixo, ou seja, se for abaixo



Câmara Municipal
de Oeiras

de setenta por cento do valor da média, para evitar a adjudicação de propostas com preços demasiadamente baixos que têm resultado, por experiências anteriores, em problemas de atrasos na conclusão dos trabalhos, por isso, essa questão está clara.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a abertura do procedimento concursal necessário para a adjudicação da empreitada de obras públicas “beneficiações diversas - Palácio Anjos, Algés”, mediante a adoção de um procedimento por concurso público, sem publicidade no Jornal Oficial da União Europeia.

----- O preço base do concurso de trezentos e cinquenta e seis mil euros, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento, com prazo de execução da empreitada de cento e oitenta dias. -----

----- As peças do procedimento. -----

----- A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

----- As nomeações para Coordenador de Segurança, Diretor de Fiscalização e Gestor do Contrato.-- -----

----- Nos termos do artigo trigésimo sexto, número um, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, bem como, atento o disposto nos artigos trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos. -----

57 - PROPOSTA Nº. 216/21 - DOM - “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

**PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE ALARME DO MUNICÍPIO DE OEIRAS” -
DECISÃO DE CONTRATAR, DISPENSA DA APLICAÇÃO DO N.º 1, DO ART. 73.º., DA
LOE2021 - ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO COM
PUBLICIDADE INTERNACIONAL E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO:-----**

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a decisão de contratar e a abertura do procedimento concursal necessário para a adjudicação da “aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de alarme do Município de Oeiras”, mediante a adoção de um procedimento por concurso público com publicidade internacional. -----

-----Nos termos do número quatro, do artigo septuagésimo terceiro, da Lei do Orçamento de Estado para dois mil e vinte e um, a dispensa de aplicação dos limites estabelecidos no seu número um. -----

-----O preço base total de trezentos e setenta e cinco mil euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

-----As peças do procedimento.-----

-----A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. ----

-----A nomeação do gestor de contrato. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo sexto, número um, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, bem como, atento o disposto nos artigos trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo



Câmara Municipal
de Oeiras

oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos. -----

58 - PROPOSTA Nº. 217/21 - DOM - Pº. 2018/80-DEM - “PALÁCIO DO MARQUÊS DE POMBAL (OEIRAS) - RECUPERAÇÃO DE FACHADAS, CANTARIAS E ORNAMENTOS” - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES NºS 2 E 3: -----

----- I - O Senhor Vereador **Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Como é óbvio faz sentido e é evidente que quando se começa a ver o processo e a obra em si, consegue-se verificar que há um conjunto de questões que não estavam no caderno de encargos.-- -----

----- A obra estava orçamentada em setecentos e quarenta e oito mil setecentos e seis euros e sessenta cêntimos, neste momento só temos cabimentados duzentos e um mil euros, correspondentes a vinte e seis vírgula noventa e seis por cento, ou seja, ainda temos uma margem de treze vírgula quatro por cento do valor da adjudicação, mas é preciso controlar para não termos chatices.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a execução dos trabalhos complementares, no valor total de cento e dezasseis mil duzentos e cinquenta e três euros e vinte e seis cêntimos (a acrescer IVA à taxa de seis por cento), constituindo deste modo as segunda e terceira modificações objetivas do contrato da empreitada “Palácio do Marquês de Pombal (Oeiras) - Recuperação de fachadas, cantarias e ornamentos”, e posterior remessa ao Tribunal de Contas, para efeitos de Fiscalização Concomitante. -----

-----Os trabalhos a menos no montante de doze mil quatrocentos e vinte e oito euros e cinquenta cêntimos.-----

-----Nos termos dos artigos trigésimo sexto, número um, tricentésimo septuagésimo, números dois e quatro, tricentésimo septuagésimo quinto e tricentésimo septuagésimo nono, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea b), do número um, do artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

-----Artigo quadragésimo sétimo, número um, alínea d), da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.-----

59 - PROPOSTA Nº. 218/21 - GCAJ - EMPREITADA “CONSTRUÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL, EM OEIRAS” - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL:-----

-----I - O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte:-----

-----“Tive a oportunidade de analisar este processo, percebo que do ponto de vista da afetação de verba num consórcio desta natureza é preferível haver um único centro de custos do que haver vários espalhados, ao nível dos serviços também é preferível ter um único centro, porque assim é mais fácil o controlo, por isso, eles criaram exclusivamente para esta obra uma outra entidade.-----

-----Não há nenhum problema do ponto de vista jurídico, está bem fundamentado, não há nada a dizer sobre esta matéria, mas o princípio da “cessão da posição contratual” levantou algumas interrogações.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte:-----

-----“Eu até acho que fui muito explícita no despacho que dei à informação do Gabinete Jurídico que permite a esta Administração encarar duas tipologias de interpretação para o pedido que o consórcio apresentou, uma interpretação mais restrito ou uma interpretação mais lato, mas na realidade do que estamos a falar nem é bem de uma cessão da posição contratual, mas uma



Câmara Municipal
de Oeiras

fusão, porque na realidade estamos a falar de uma só entidade que responde perante a obra e por uma questão logística e de operacionalidade é muito mais fácil e ágil para as duas empresas, até do ponto de vista contabilístico e fiscal.”-----

----- O **Senhor Vereador Joaquim Raposo** disse o seguinte: -----

----- “Para quem não fez essa leitura, a primeira intenção diz, cessão da posição contratual, ou seja, vão ceder a posição do contrato a outro?-----

----- Em relação a esta matéria, como houve as vicissitudes que houve, era mais uma questão para baralhar isto tudo, mas é evidente que depois de ler a informação, o parecer e o despacho que fizeram, é óbvio que não é nada disso.” -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte:-----

----- “Outra questão que também dei o alerta neste parecer foi que em situações futuras, em empreitadas desta magnitude é importante salvuardarmos esta situação em sede de elaboração do contrato para que não haja depois pedidos subsequentes de cessão de posição contratual.”-----

----- O **Senhor Presidente** concluiu: -----

----- “Até porque neste caso a cessão da posição contratual é para os próprios empreiteiros, mas, eventualmente, poderiam estar a pretender fazer para outra empresa e nesse caso era mais complicado, portanto, situações destas devem estar previstas no próprio contrato.”-

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e abstenção da Senhora Vereadora Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, autorizar o Consórcio Externo de Responsabilidade Solidária constituído pelas empresas “Acciona Construcción, Sociedade Anónima” e “Tecnovia - Sociedade de Empreitadas, Sociedade Anónima”, a ceder a sua posição contratual no contrato de

empreitada, denominado “Construção do Fórum Municipal, em Oeiras”, ao Agrupamento Complementar de Empresas a constituir entre aquelas mesmas sociedades.-----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo décimo sexto a tricentésimo décimo nono, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Artigo trigésimo segundo, primeira parte do anexo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

60 - PROPOSTA Nº. 219/21 - GCAJ - REVOGAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 666/2020, DE 5 DE AGOSTO E APROVAÇÃO DOS TERMOS DO NOVO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E OS MUNICÍPIOS DE LISBOA E DE LOURES, A COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M., S.A., E O METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E. - “LIOS - LINHA INTERMODAL SUSTENTÁVEL”: --

-----I - O Senhor Vereador **Joaquim Raposo** referiu o seguinte:-----

-----“Relativamente a esta proposta ela foi carregada no Salão Nobre Digital e só foi cabimentada muito depois de estar disponível no Salão Nobre Digital, não interessa, foi cabimentada a tempo. -----

-----Percebo esta alteração, mas tenho que dizer e não é nada diferente do que eu tenha dito no passado sobre esta matéria, de quem será o grande beneficiário deste contrato? -----

-----É a Câmara Municipal de Lisboa que vai fazer quatro estações na linha vermelha (em São. Sebastião, Amoreiras, Campo de Ourique, Infante Santo e Alcântara e uma nova estação na linha amarela (no Rato, Estrela, ligando à Infante Santo) fechando duas novas linhas do Metropolitano de Lisboa. -----

-----Oeiras está a aproveitar, e bem, somos os parentes pobres, estamos a fazer o chamado elétrico quinze, que até já vem a Oeiras, depois será fazer todo aquele circuito que está previsto, até ao Parque Urbano de Miraflores e que a seguir irá pelo Hospital do Restelo e Alcântara Mar.

-----E Alcântara Mar porquê? -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Porque aqui vai ter o metropolitano e o comboio. -----

----- O grande beneficiário é a Câmara de Lisboa que consegue neste projeto ganhar cinco novas estações de metro tradicional. -----

----- Não tem mal nenhum. -----

----- Espero que no futuro sejam mais beneméritos, porque tiveram os apoios da Câmara de Oeiras, da Câmara de Loures, e o que é que estas conseguirão no futuro? -----

----- Conseguem ter o mesmo elétrico rápido que vai chegar a Sacavém, mas a determinada altura queriam puxar o Metro, nem que fosse à superfície, em canal próprio, para Loures. -----

----- Devo dizer que temos que aproveitar todas estas potencialidades, é melhor ter uma coisa do que não ter nenhuma, mas acho que o grande beneficiário é, de facto, a Câmara de Lisboa, que consegue incluir neste projeto cinco novas estações de metro tradicional.” -----

----- O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “Lisboa é a grande beneficiária, mas eu espero que Oeiras e Loures possam vir a ter uma participação, no nosso caso, o modo de transporte seja o SATUO ou outra coisa qualquer de Paço de Arcos ao Cacém e em Loures também está previsto um outro investimento que agora não me recordo qual é, mas está previsto na Área Metropolitana. -----

----- Por outro lado, há uma coisa que Oeiras no futuro precisa de ter e já foi muito falado e muito alimentado até pelo Senhor Vereador Joaquim Raposo, ou seja, de Algés à Pontinha ou à Falagueira, que mais tarde ou mais cedo vai ter que se fazer.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carlos Morgado, Marlene Rodrigues, Joaquim Raposo, Armando Soares e Heloísa Apolónia, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a revogação a proposta de deliberação número seiscentos e sessenta e seis, de

dois mil e vinte, de cinco de agosto. -----

-----Submeter à Assembleia Municipal a revogação da assunção do compromisso plurianual e repartição de encargos, para os anos dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, relativos ao protocolo de cooperação em causa, aprovada através da proposta de deliberação número cento e dez, de dois mil e vinte, de vinte e dois de setembro. -----

-----Aprovar a celebração de Protocolo de Cooperação entre o Município de Oeiras e os Municípios de Lisboa e de Loures, a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, Empresa Municipal, Sociedade Anónima e o Metropolitano de Lisboa, Entidade Pública Empresarial. -----

-----A repartição de encargos para os anos de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois a assumir com o Protocolo de Cooperação e de acordo com o cabimento, conforme os valores que se indicam: -----

-----Ano - montante:-----

-----Dois mil e vinte e um - quatrocentos e setenta e oito mil trezentos e sete euros; -----

-----Dois mil e vinte e dois - vinte e cinco mil cento e setenta e quatro euros; -----

-----Total - quinhentos e três mil quatrocentos e oitenta e um euros. -----

-----Designar para efeitos de acompanhamento, monitorização e execução financeira do Protocolo e ao abrigo da cláusula sétima, do protocolo previsto no ponto três e ali melhor identificado, como membro representante do Município de Oeiras, no Grupo de Trabalho que garantirá o acompanhamento permanente do desenvolvimento do Projeto, autorizando-se a alteração da sua constituição, a todo o tempo, através de Despacho do Vereador responsável, o Diretor do Departamento de Ordenamento do Território e Planeamento Urbano, ou quem nessa qualidade o substitua. -----

-----Nos termos do artigo vigésimo terceiro, número dois, alínea c), do artigo trigésimo terceiro, número um, alíneas ee) e ccc), constante do Anexo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Artigo quinto-A, número cinco, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Artigo sexto, número um, alínea c), da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo décimo segundo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

61 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

----- Às vinte horas e vinte minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Chefe da Divisão de Gestão Organizacional.-----

O Presidente.

(Isaltino Moraes)

A Chefe de Divisão,

Vera Lúcia da Rocha
Ferreira de Carvalho de
Ascensão / 500745943
2021.04.12 15:17:21
+01'00'

(Vera Carvalho)